



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)**

**CAMPUS ERECHIM**

**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**CLEIDE APARECIDA FERREIRA**

**A LUTA POR TERRA, PÃO E SABER  
A ESCOLA FORJADA NA PEDAGOGIA DA LUTA**

**ERECHIM – RS  
NOVEMBRO – 2017**

**CLEIDE APARECIDA FERREIRA**

**A LUTA POR TERRA, PÃO E SABER: A Escola forjada na pedagogia da luta**

**Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História, apresentado como requisito para a obtenção do título de licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim/RS. Orientador: Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério. Co-orientador: Me. Valter de Jesus Leite.**

**ERECHIM – RS  
NOVEMBRO – 2017**

## Ficha Catalográfica

### PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

FERREIRA, CLEIDE APARECIDA  
A LUTA POR TERRA, PÃO E SABER: A Escola forjada na  
pedagogia da luta/ CLEIDE APARECIDA FERREIRA. -- 2017.  
112 f.

Orientador: Mairon Escorsi Valério.  
Co-orientador: Valter de Jesus Leite.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA , Erechim, RS , 2017.

1. MST. 2. terra. 3. acampamento. 4. educação. 5.  
Escola Itinerante. I. Valério, Mairon Escorsi, orient.  
II. Leite, Valter de Jesus, co-orient. III. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

# TERMO DE APROVAÇÃO

POR

---

CLEIDE APARECIDA FERREIRA

“A LUTA POR TERRA, PÃO E SABER:  
A ESCOLA FORJADA NA PEDAGOGIA DA LUTA”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Mairon Escorsi Valério

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 23/11/2017

Banca examinadora:

  
Prof. Mairon Escorsi Valério

  
Prof. Isabel Rosa Gritti

  
Prof. Solange Toderro Von Orçay

ERECHIM – RS

2017

Aos trabalhadores que teimam em não aceitar a lógica capitalista e, apesar de a ela ainda terem de se submeter, não perdem de vista o projeto estratégico para superá-la. Aos militantes do MST, a família Sem Terra pelo aprendizado e oportunidade de ingressar na academia e acrescentar em minha vida outras reflexões que reafirma a luta por outro projeto de sociedade. In memoriam de Angela Hilaria Bueno dos Santos, minha avó, grande matriarca que muito nos ensinou. A minha mãe, Maria Salete dos Santos, pelo exemplo de vida, agricultora qual não teve oportunidade de estudar, mas que aprendeu desde cedo, a cultivar valores fundamentais a vida. Mulher marcada pela saga da despossarão, das desigualdades, mas que não perdeu de vista o sonho de uma vida melhor, mais humana, não somente para os seus. Ao pequeno Thalles que desde muito pequeno aprendeu a ter responsabilidades e a conviver com a distância da mãe em função da necessidade e projeto futuro. Ele que está sempre ansioso rabiscando o calendário a espera da mãe e da maninha querida. A minha pequena Ester que nasceu durante o curso e acompanha-me nesta trajetória, a cada dia faz novas descobertas e que com seu sorriso meigo me ensina a persistir, que o amor tudo supera.

## AGRADECIMENTOS

Aos familiares que de uma forma ou de outra acreditam e me apoiam nesta trajetória, de maneira especial ao meu tio Sebastião Fernandes dos Santos (Tião), capaz de abrir mão de seus sonhos em prol dos demais, essa caminhada tem início acima de tudo por ele não desistir dos trabalhadores, pelo carinho e incentivo, minha gratidão e admiração.

Ao meu esposo David, por ensinar-me que o tempo tudo supera, pelo amor/carinho, por estar ao meu lado neste momento, e nas lutas diárias.

Aos meus filhos, Paulo e Felipe pela compreensão em minhas ausências, que sigam firmes em seus propósitos e na militância, que estando na academia não esqueçam seus objetivos e de onde foram forjados. Não esqueçam o compromisso com a classe trabalhadora.

Ao Orientador Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério, por dedicar parte de seu tempo a me auxiliar neste breve ensaio.

Ao Co-orientador Me. Valter de Jesus Leite, pelo incentivo e dedicação nos momentos de aflição.

Aos Professores Gerson W. Fraga e Miguel Enrique Stedile pela força e empenho, para que esse curso fosse possível.

Ao companheiro Celso Ribeiro Barbosa, pela militância e aprendizado.

A Geni Teixeira e demais pessoas da comunidade Valmir Mota que apoiaram e abriram as portas para me receber neste momento.

A amiga/irmã Edemir Vieira, pelo incentivo e apoio nas decisões, com ela muito aprendi, especialmente a não desistir da luta.

Ao camarada Antonio Ivan Silva, Fatima e Nara, pelo apoio ao trabalho, por receber eu e Ester tão bem em sua casa em Erechim/RS, a família, meu carinho.

A Diana Vanessa pelo cuidado com minha pequena na Ciranda Infantil Pequeno Colibri (IEJC) e por socorrer-me com o PC quando o meu falhou.

A Turma de História - Eduardo Galeano pelo convívio e aprendizado coletivo.

A Deus, por colocar pessoas maravilhosas em minha vida e que muito me ensinam.

Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução Comunista! Os proletários nada tem a perder nela a não ser as correntes que o aprisionam. Tem um mundo a ganhar. (Karl Marx)

## RESUMO

O trabalho objetiva uma breve abordagem teórica a cerca do movimento percorrido pelas famílias Sem Terra (MST) no interior do Complexo Cajati, Cascavel/PR, desde a efetiva ocupação na década de 1990, aos dias atuais, período de maior instabilidade no Assentamento, com a conquista da terra. Junto da luta dessas famílias pela terra, pela Reforma Agrária e dignidade, trás a reivindicação pela Escola. Diante disso a conquista da Escola Itinerante no contexto do acampamento, anterior a conquista da terra, todavia com relações intrínsecas e esta será efetiva posteriormente no assentamento. A conquista da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, tornou-se possível pela luta das inúmeras famílias que integraram o Acampamento Dorcelina Folador, no ano 2003. Essas ousaram reivindicar aquilo que era de direito, ao compreender que somente a terra não bastava. O trabalho esta organizado em três partes de maneira que a primeira objetiva entender algumas das determinações sociais profícuas a origem do MST enquanto um movimento social organizado nacionalmente nos últimos 33 anos, tendo como instrumento efetivo de luta a ocupação e questionamento da propriedade privada e do latifúndio improdutivo. A segunda parte aborda a trajetória histórica do Assentamento Valmir Mota de Oliveira, a partir do conjunto dos acampamentos da região que foram integrando a luta pela terra neste território. Por fim objetiva entender os passos percorridos na construção da Escola dos Sem Terra, ela como uma força viva no contexto da luta de classe, diante disso a luta pelo reconhecimento estatal num território de lutas e desafios constantes. Para isso será realizado um apanhado histórico da educação do campo, da constituição escolar desde o marco inicial anterior ao Acampamento Dorcelina Folador.

**Palavras chave:** MST, terra, acampamento, educação, Escola Itinerante.



## RESUMEN

El trabajo objetiva un breve abordaje teórico a cerca del movimiento recorrido por las familias Sin Tierra (MST) en el interior del Complejo Cajati, Cascavel / PR, desde la efectiva ocupación en la década de 1990, a los días actuales, período de mayor inestabilidad en el Asentamiento, con la conquista de la tierra. Junto a la lucha de esas familias por la tierra, por la Reforma Agraria y la dignidad, tras la reivindicación por la Escuela. Ante la conquista de la Escuela Itinerante en el contexto del campamento, anterior a la conquista de la tierra, todavía con relaciones intrínsecas y ésta será efectiva posteriormente en el asentamiento. La conquista de la Escuela Itinerante Zumbi dos Palmares, se hizo posible por la lucha de las innumerables familias que integraron el Campamento Dorcelino Folador, en el año 2003. Estas se atrevieron a reivindicar aquello que era de derecho, al comprender que solamente la tierra no bastaba. El trabajo esta organizado en tres partes de manera que la primera objetiva entender algunas de las determinaciones sociales provechosas el origen del MST como un movimiento social organizado nacionalmente en los últimos 33 años, teniendo como instrumento efectivo de lucha la ocupación y cuestionamiento de la propiedad privada y del latifundio improductivo. La segunda parte aborda la trayectoria histórica del Asentamiento Valmir Mota de Oliveira, a partir del conjunto de los campamentos de la región que fueron integrando la lucha por la tierra en este territorio. Por fin objetiva entender los pasos recorridos en la construcción de la Escuela de los Sin Tierra, ella como una fuerza viva en el contexto de la lucha de clase, ante ello la lucha por el reconocimiento estatal en un territorio de luchas y desafíos constantes. Para ello se realizará un recuento histórico de la educación del campo, de la constitución escolar desde el marco inicial anterior al Campamento Dorcelina Folador.

**Palabras clave:** MST, tierra, campamento, educación, Escuela Itinerante.

## Lista de Figuras – Gráfico, tabelas, imagens e outros anexos

Figura I: Gráfico dos Indicadores da vulnerabilidade socioambiental.....	105
Figura II: MST- Tabelas - Brasil - Ocupações de Terra - Número de Famílias - 1988 – 1999 - CPT, 2.000 ( <a href="http://">http: As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST</a> .....	105
Tabela II: Percentual e área com a respectiva faixa de declividade no PA Valmir Mota de Oliveira. FONTE: INCRA (Mapa de declividades) – Dentro do texto.....	53
Figura III: Imagem do Acampamento Primeiro de Agosto - 24 de abril de 2009.....	106
Figura IV; Imagem de Sebastião Salgado. Marcha Final. MST e a Luta Pela Terra....	106
Figura V: Tabela - Analfabetismo Geral, zona rural, Paraná, estimativa, 2006.....	106
Figura VI- Matéria do Jornal Sem Terra - Inauguração da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares. ADF, fev. 2004.....	107
Figura VII-Imagem Paulo Porto – Inauguração da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares – Acampamento Dorcelina Folador/07/02/2004.....	107
Figuras VIII e IX- Imagem Paulo Porto – Retratam o início das Aulas a céu aberto na recente ocupação - Escola Itinerante Zumbi dos Palmares – Acampamento 1º de Agosto, 02/082004.....	108
Figuras X e XI - Imagens Paulo Porto – Primeira Reunião dos Educadores/as - Escola Itinerante – 1º de ago. de 2004. Imagem XI – vista do Acampamento Primeiro de Agosto em 28.07. 2005.....	108
Figura XII: Mapa do Assentamento Valmir Mota de Oliveira. 2009-2011.....	109
Anexo XIII: APÊNDICE A – ENTREVISTA: Aplicada às pessoas/famílias participantes do processo de ocupação e organicidade.....	110
Anexo XIV: Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos.....	111

## Lista de Abreviaturas e siglas

ADF: Acampamento Dorcelina Folador

CCE: Conselho Estadual de Educação

CEATV: Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida

CEISS: Colégio Estadual Iraci Salete Strozak

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CUT: Central Única dos Trabalhadores

EI: Escola Itinerante

EIZP: Escola Itinerante Zumbi dos Palmares

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FAO: Fundo das Nações Unidas para a Agricultura

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER: Movimento dos Agricultores Sem Terra

MASTRO: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NB: Núcleo de Base

NRE: Núcleo Regional de Educação

PA: Pré Assentamento

PPP: Projeto Político Pedagógico

SEED: Secretaria de Estado da Educação

SRO: Sociedade Rural do Oeste/ Ruralistas

UDR: União Democrática Ruralista

ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

VS: Vigilância Sanitária

## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO I.....	17
ASPECTOS DO CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA .....	17
2.1.1 A propriedade como forma de privação de direitos .....	17
2. 1.2 – Busca pela terra - Contexto e organização dos Sem Terra (MST) .....	25
2. 1.3 A Ocupação - Elemento fundamental no contexto da luta pela terra.....	35
CAPITULO - II .....	38
3. 2 ASSENTAMENTO VALMIR MOTA DE OLIVEIRA – TRAJETÓRIA .....	38
3. 2. 1 O tempo de Acampamento - Resistência das famílias .....	45
3. 2. 2 Significados da conquista da terra e Perspectivas das Famílias Assentadas	54
CAPITULO - III.....	59
4. 3 PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA (MST) - ENSAIO.....	59
4. 3.1 A Escola Itinerante – desafios da luta na busca pelo conhecimento .....	64
4. 3.2 A luta pela terra e o direito a Educação - Escola Itinerante Zumbi dos Palmares .....	71
4. 3.3 A Escola como força viva - Ações educativas no Movimento da Luta.....	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	99
ANEXOS .....	105

## 1 INTRODUÇÃO

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações válidas do social exatamente a partir de versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais...é que torna possível ao historiador ter acesso as lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social. (CHALHOUB, 2012)

Historicamente a luta pela terra tem sido marcada por conflitos e por apropriação. Ao longo do tempo, os camponeses a partir de suas lutas, derrotas e algumas conquistas forçadas, têm procurado resistir e construir seu lugar na sociedade como classe social dotada de direitos que deveriam ser assegurados pela constituição brasileira. O processo de luta pela garantia da seguridade de direitos ocorre constantemente, pois, em nossa sociedade os territórios se constituíram em grandes áreas do território por uma pequena parcela de privilegiados. No sentido de compreensão e análise histórica a referida pesquisa pretende, a partir de um breve recorte histórico, abordar o processo de luta pela terra e enfrentamento em Cascavel/Paraná região oeste do estado do Paraná, em especial que culminou no assentamento de 83 famílias. Número que podemos considerar pequeno em relação as mais de três mil famílias que passaram pelo processo de ocupação de áreas no mesmo complexo Cajati, pertencente à Brigada Teixeira<sup>1</sup>.

Deste modo o trabalho recorre o contexto da luta pela terra no contexto brasileiro em especial ao final da década de 1990, período da ocupação<sup>2</sup>, até meados da

---

<sup>1</sup> No acampamento e assentamento todas as famílias estão nucleadas. Os Núcleos de Base são compostos por 10/12 famílias. A cada cinco Núcleos de Base (NB) se constitui numa brigada de 50 membros, em torno de 60 famílias, com uma organização específica e que depois vão ampliando-se. O nome de brigada ocorre quando são reorganizadas a cada 500 famílias em uma região, que homenageia um companheiro que tenha contribuído significativamente com o processo de luta. Neste caso Diniz Bento da Silva, o Teixeira Dirigente do MST é homenageado, que foi torturado e morto por policiais, na Fazenda Santana em Campo Bonito/ PR, em 08 de março de 1993. Em outras palavras uma brigada corresponde ao conjunto de assentamentos e acampamentos que estão vinculados a uma secretaria do MST. Por exemplo, no município de Cascavel há uma secretaria, onde todos os assentamentos e acampamentos dos municípios vizinhos ligados a esta secretaria compõe-na. Integram a Brigada os municípios de Campo Bonito, Lindoeste, Santa Tereza, Céu Azul, Ibema, Catanduvas, Guaraniaçu, Corbélia, Braganey e Cascavel. A brigada em si comporta um grande número de famílias, pois além dos acampamentos tem ainda sete assentamentos.

<sup>2</sup> Conforme relato das primeiras famílias que vão estruturar o acampamento, vão dizer que ele surge inicialmente nas proximidades da BR277. Essas foram organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na luta por terra e auto - sustentação. Através dessa organização, em primeira instancia forma-se o acampamento Sirlene César, em 18 de maio de 1999, com um número estimado de 1200 famílias vindas de diversas partes da região do estado, principalmente de fora, pois nesse período a massificação na região municipal estava fragilizada.

segunda década dos anos 2000, período de consolidação de algumas conquistas a partir do processo de luta e persistência das famílias que na atualidade constituem o Assentamento Valmir Mota de Oliveira<sup>3</sup> com 83 Famílias Sem Terra, nas proximidades da quinta maior cidade (CASCAVEL, 2015) do Estado, um pólo em desenvolvimento.

Apontar em partes causas determinantes para inserção na luta pela terra das famílias nesta região, dentre isso fatores que geraram aos tantos “sem” e o que os movimenta. É importante levar em consideração também o contexto econômico, político e social do país nesse período para compreender as condições materiais de existências desses homens, mulheres e crianças que se levantam e se organizam para pressionar do Estado às condições aos aspectos essenciais a vida (terra, moradia, transporte, trabalho, saúde, educação...). São pessoas, famílias que compõe o cenário de um modelo de desenvolvimento do qual elas não foram inseridas. Neste sentido, além da busca dos Sem Terra pela terra e o direito de nela produzir seu alimento, mas questões para, além disso, como o saber e não qualquer saber, mas saber este que vá de encontro aos anseios da classe trabalhadora, orientado por princípios e práticas coletivas. A intenção está em compreender as principais categorias que integram seu projeto de Educação e Cultura e como estas categorias estão presentes no projeto educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O trabalho tem como objetivo compreender o processo de luta pela conquista do direito de viver e cultivar a terra, associada à luta pela escola no Complexo Cajati Cascavel/PR. A partir deste objetivo geral elencamos os seguintes objetivos específicos para contribuir no procedimento de investigação: 1) Analisar o processo de formação do Acampamento, ocupação, origem das famílias que o compõe, bem como a preocupação com a busca pela escola. 2) Historicizar o processo de formação do assentamento, a manutenção dessas famílias num território de lutas e conflitos constantes. 3) Compreender o contexto em que surge a escola até o momento de ser reconhecida e como se estabelece a relação entre a terra e o espaço educativo e como se concede essas ações educativas no Movimento da luta. Com intuito de alcançar os objetivos se recorrerá aos procedimentos metodológicos de pesquisa de campo, entrevista com

---

<sup>3</sup> Valmir Mota de Oliveira, Keno, como era conhecido. Uma das principais lideranças do MST no Oeste do PR, assassinado pela NF segurança na área experimental da Syngenta Seeds, em 21 de outubro de 2007, em Santa Tereza do Oeste. O nome do Assentamento deve-se em função de sua militância, (memória histórica). Ver mais no cap. II.

lideranças do Movimento<sup>4</sup>, estudantes, coordenação pedagógica da escola e famílias participantes do processo. Os sujeitos envolvidos na pesquisa são homens, mulheres e crianças Sem Terra, acampados/assentados, educandos, educadores, lideranças entre outros. Pessoas que viveram, vivem sob barracos de lona preta, chão batido. Estes, que são tão mal vistos aos padrões midiáticos por “ferir” a “ordem e o progresso”, os preceitos da constituição brasileira, estes que com ou sem as condições básicas de subsistência não desistem de seus objetivos, daquilo que acreditam. A busca por mudança nas condições impostas pelo capitalismo, por não aceitar essas amarras, os leva a ir longe, sair da zona de conforto e nem as difíceis condições os impedem de avançar. São muitos “sem” deste país, tantos são, os sem terras, sem roupas, sem comida, sem trabalho, sem abrigo, um lugar para descansar seu corpo cansado por esse Brasil lindo, rico em diversidade, em vida em abundâncias, mas que em sua essência trás grandes desigualdades produzidas socialmente. Em suma uma combinação entre história oral e leitura de documentos escritos. Análise documental – documentação legal (jurídico), atas de reuniões, matérias de jornais e imagens.

Para apresentar a pesquisa desenvolvida estruturamos a monografia em três capítulos. De maneira que o primeiro capítulo objetiva tratar de parte dos fundamentos e alicerces que historicamente usurparam a classe trabalhadora do direito a terra, por meio da regularização da apropriação privada da terra e da violência. Assim como, as determinações sociais que propiciaram a origem do MST enquanto um movimento social organizado nacionalmente nos últimos 33 anos, tendo como instrumento efetivo de luta a ocupação e questionamento da propriedade privada e do latifúndio improdutivo. O segundo capítulo será pautado na busca pela compreensão do processo de formação Histórica do Assentamento Valmir Mota de Oliveira, a partir do conjunto dos acampamentos da região que foram integrando a luta pela terra neste território.

O terceiro capítulo estará focado na trajetória e construção histórica da Escola dos Sem Terra, ela como uma força viva no contexto da luta de Classe, a luta pelo reconhecimento Estatal num território de lutas e desafios constantes. Para isso será realizado um apanhado histórico da educação do campo, da constituição escolar desde o marco inicial anterior ao Acampamento Dorcelina Folador.

---

<sup>4</sup> Toda vez que fizer referência à palavra Movimento em maiúsculo, se refere ao MST.

A partir dos dados coletados e da articulação com os referenciais teóricos adotados pretendeu-se fundamentar a análise da pesquisa, com base em mapeamentos e utilização nas discussões o conteúdo de livros, jornais, revistas e sites da Internet entre outros, que referenciam notícias acerca das questões aqui trabalhadas e assim promover sua interface com a historiografia nos aspectos que diz respeito à luta pela terra e Reforma Agrária.



## CAPITULO I

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores. A liberdade da Terra é assunto de todos quantos se alimentam dos frutos da terra. Do que vive, sobrevivem de salário. Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto. Dos que disputam com os ratos, os restos das grandes cidades. Do que é impedido de ir à escola. Das meninas e meninos de rua. Das prostitutas. Dos ameaçados pela Cólera. Dos que amargam o desemprego. Dos que recusam a morte do sonho (A Fala da Terra - Pedro Tierra).<sup>5</sup>

### ASPECTOS DO CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA

#### 2.1.1 A propriedade como forma de privação de direitos

Ao tratar-se de história, é muito difícil estabelecer uma conexão direta, de causa e efeito, entre um fato do passado e a realidade do presente, todavia conforme ressalta Marx em seu manifesto Comunista “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classe”. No Brasil a questão agrária marca seu início com as condições em que a terra foi distribuída historicamente. O processo das sesmarias, a Lei de Terras de 1850 legitimaram a concentração fundiária, ao impossibilitar o acesso à terra a escravos e camponeses pobres.

Tida como “ciência do passado”, a história, segundo PINSKI (1991:9) era vista como “detentora de verdades universais e definitivas, imutáveis e indiscutíveis”. Mas apesar dessa concepção histórica tradicional ser atualmente muito criticada, ainda se percebe a sua prática em muitos espaços da sociedade. Essa visão tradicional da história que contempla a criação de heróis e personagens importantes, sempre destacou alguns agentes privilegiados. Compreender a história de baixo para cima implica em olhar para a história, e procurar por respostas a questões do tipo *quem construiu a Tebas de Sete Portas?* Presente no célebre poema, em “Perguntas de Um Trabalhador que lê”, nisso Brecht<sup>6</sup> nos faz refletir sobre algumas questões pertinentes postas tendo como elemento central os trabalhadores, que segundo Hobsbawm é uma pergunta própria do século XX. Todavia, esses sujeitos foram ocultados na história. A história dos “grandes homens” –

<sup>5</sup> Pedro Tierra, poeta e ex - preso político, In: Vozes Sem Terra. Disponível em: <https://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=206923> acesso em 29 mai.2017

<sup>6</sup> “Quem construiu a Tebas de sete portas?/Nos livros estão nomes de reis:/ Arrastaram eles os blocos de pedra?/ E a Babilônia várias vezes destruída/ Quem a reconstruiu tantas vezes? (...)/ A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:/ Quem os ergueu?/ Sobre quem triunfaram os Césares? (...)” BERTOLT BRECHT – PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ, <https://bertolt-brecht-perguntas-de-um-trabalhador-que-le/29/08/17>

homens das classes dominantes – promovia a ideia de que os debaixo não faziam história. Esse desprezo pelos subalternos era um modo de legitimar o poder das elites, como se a roda da história só girasse a partir da ação de líderes, homens poderosos, militares, reis, etc. Isso trás - nos situações que se revelam num traço fundamental para a compreensão das contradições contemporâneas entre o trabalho e o capital, sob a égide do capitalismo. Deste modo conforme Sposito

Todos os que procuram reconstruir a história do ponto de vista dos trabalhadores, dos excluídos, conhecer suas trajetórias, suas vicissitudes, sua cultura e suas práticas cotidianas, sabem que estão desafiando algumas regras. Na verdade esse tipo de pesquisa procura desvendar a história dos homens simples que foram proibidos de fazer e escrever sua própria história”. (SPOSITO, 1993,p.27).

Para o atual sistema capitalista importa a ignorância extrema dos trabalhadores, carecendo deles apenas os braços como força de trabalho e não sujeitos pensantes. Hobsbawm vai dedicar parte de seus escritos para também compreender o mundo do trabalho e conseqüentemente as relações de produção e nesse emaranhado a “categoria dos debaixo”, os pobres, as classes subalternas num conceito Gramsciano. Com base na produção escrita do Historiador inglês Eric Hobsbawm<sup>7</sup> (2013), se percebe que George Rudé (1991)<sup>8</sup> foi um destacado pioneiro a escrever sobre a *História dos Movimentos Populares*, história vista a partir de baixo ou a história da gente comum, a história sob a perspectiva “dos de baixos” conforme se ressaltam as místicas do MST e de outras organizações populares.

No Art. 5º da Constituição Federal de 1988, no XXII, vamos entender que - *é garantido o direito de propriedade*; Mas para que? Para quem? No XXIII vemos que - *a propriedade atenderá a sua função social*; XXIV - *a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro* (BRASIL, 2000, pp4,5). Se ela é um direito e ninguém pode dela ser privado, porque as coisas acontecem contrariamente? Historicamente o processo de grilagem<sup>9</sup> de terras, expulsou muitas famílias do campo,

<sup>7</sup> HOBBSAWM, 2013. Ver especialmente capítulo 16, A História de Baixo Para Cima.

<sup>8</sup> Ao descrever sobre os movimentos populares em seu Livro; RUDÉ, George F.E. 1910 (do original *The Crowd in History 1730-1848*): *A Multidão na História, Estudo dos Movimentos populares na França e na Inglaterra 1730 1848*/ George Rudé: tradução de Waltensir Dutra - Rio de Janeiro, Editora Campus1991.

<sup>9</sup> O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida.

de seus territórios, podou - lhes as raízes territoriais com base em expulsões, mortes ou documentações fajutas.

Numa perspectiva marxista o que fundamenta o princípio materialista é a compreensão de que as fases de desenvolvimento humano acompanham o desenvolvimento obtido na produção dos meios de existência. O período de progresso no desenvolvimento da humanidade coincide com a ampliação das fontes de existência, logo, a ausência destas torna a vida em sociedade insustentável. Historicamente a grande parte da massa foi privada do direito de viver e produzir em suas terras seja comunal ou individual.

...a lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma “superestrutura” que se adapta por si as necessidades de uma infra – estrutura de forças produtivas e relação de produção. Como tal, é nitidamente um instrumento da classe dominante de fato: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime -, e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância confirmam e consolidam o poder de classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe. O revolucionário não precisa ter nenhum interesse pela lei, a não ser como um fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante; seu objetivo deveria ser o de simplesmente subverte – la (THOMPSON, 1987 p. 349).

A dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção, ou seja, seus meios de subsistência, numa massa de homens livres com a ascensão do modo de produção capitalista. O processo de fragmentação/divisão básica do trabalho e consequentemente dos trabalhadores e do resultado de sua produção será um resultado viável a alienação do trabalhador sobre o trabalho foi decisivo para que a estrutura econômica da sociedade capitalista se estruturasse sobre a estrutura econômica da sociedade feudal. E com isso transformar em capital as relações de produção, bem como a relação dinheiro-mercadoria.<sup>10</sup> Percebe-se que essa mudança radical no curso da história no que se refere às relações de produção somente foi possível pelo confronto de homens que pudesse

---

Assim como na prática com os grilos, a ocupação ilegal de terras públicas continua fundamentada no esforço para fazer documentos falsos parecerem verdadeiros. No entanto, atualmente, artifícios mais sofisticados substituem a ação dos grilos. Com o registro no cartório de títulos de imóveis, o grileiro repete o mesmo procedimento nos órgãos fundiários do governo (Incrá, na esfera federal, e órgãos de controle estaduais) e perante à Receita Federal. Através do cruzamento de registros, o grileiro tenta dar uma aparência legal à fraude. A grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil (...)

[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/amazonia1/ameacas\\_riscos\\_amazonia/desm\\_atamento\\_na\\_amazonia/grilagem\\_na\\_amazonia/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/desm_atamento_na_amazonia/grilagem_na_amazonia/) acesso em 10/09/2017. Ver mais em Morissawa, 2001.

<sup>10</sup> Ver mais em Marx; O Capital.

dispor de bens materiais acumulados para comprar meios de produção e de homens desprovidos de tudo, exceto da sua força de trabalho. Assim pode-se constatar em Marx, que o processo de acumulação primitiva proporcionou a acumulação de bens materiais a uns, através da força de trabalho dos demais, especialmente com o processo de fragmentação das relações de trabalho. Conforme constamos em Marx

[...] o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1996, I, p. 340).

Posteriormente o resultado desta separação recorrente de um processo histórico no qual o trabalhador é afastado da propriedade e das condições de seu trabalho, seu meio de subsistência, é drástico, na ausência deste, não encontra outra saída senão vender a sua força de trabalho, o que lhe resta para sobreviver. O resultado dessa ruptura entre trabalhador e propriedade sobre as condições de seu trabalho, vão se transformar em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto que, de outro lado, converte os produtores diretos em assalariados. Com base nos elementos apresentados aprendemos em Marx que no atual modo de produção capitalista o processo de produção é responsável por dominar os homens e não os homens o processo. Há nesse aspecto uma inversão no sistema produtivo e como resultado uma inversão de valores.

Em a origem da família, da propriedade privada e do Estado Engels nos orienta a cerca da intenção da criação deste propósito. O Estado foi criado para assegurar a propriedade<sup>11</sup> da terra. Para Brissot de varville, século XXVIII, citado por Marx, (2009) “A propriedade é um roubo”<sup>12</sup>. A nova sociedade (modernidade), decorrente dessas condições econômicas, dividiu-se em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres. Surge então à figura do Estado, destinado a suprimir as lutas de classe e que, embora nascido com o propósito de conter os antagonismos sociais,

---

<sup>11</sup> <http://www.egov.ufsc.br/porta1/conteudo/origem-da-fam%C3%ADlia-da-propriedade-privada-e-do-estado>, visitado em 22/08/17

<sup>12</sup> MARX, 2009, p:262.

converte-se em instrumento de exploração e de opressão da classe economicamente dominante. A esse respeito Thompson vai dizer que

A ideologia dos grandes criou raízes num solo, mesmo que raso, de realidade. E os tribunais deram substância à ideologia, com o escrupuloso cuidado com que, ocasionalmente, adjudicavam pequenos direitos e, continuamente, preservavam as formas e as propriedades (THOMPSON, 1987p:355).

Prosseguindo vamos entender que através das leis estabelecidas a posição dos sujeitos sociais será determinante, e essa vai se constituir numa relação entre os que detêm os meios de produção e aqueles que nada possuem. No ano de 1850, o governo imperial estabelece o que se conhece como o Primeiro Código de Terras do Brasil, onde se elabora a Lei de Terras<sup>13</sup>, no processo que o Império tentou consolidar a “nação brasileira”. Assim

A Lei n. 601/1850 (Lei de Terras), qual porém é precedida por um regime transitório ainda mais conservador, “daí por diante, em lugar dos favores do poder público, a terra se adquire por herança, pela doação, pela compra e, sobretudo, pela ocupação – a posse, transmissível por sucessão e alienável pela compra e venda” (Faoro,2000:408).

Esta por sua vez foi importante aos proprietários que haviam herdado grandes porções de territórios ainda no primeiro império, pois serviu para regulamentação da questão fundiária. Em suma teve pouca consequência prática, com exceção da dificuldade criada para o acesso a terra pelas camadas mais pobres da população, indígenas, escravos recém “libertos”, pequenos camponeses livres que eram posseiros, imigrantes pobres, etc. Pois a partir daí, todos poderiam acessar a terra, desde que pudesse dispor de recursos para pagar por ela. Aqueles que não dispunham de condição de compra, não terão outra forma, senão serem obrigados a trabalhar nas grandes fazendas de café. Na medida em que elevou o preço da terra, exigindo também o pagamento à vista e em dinheiro no ato da compra, a lei n. 601 contribuiu para manter a concentração fundiária que marca a realidade brasileira vivida até os dias atuais. Portanto, a aprovação da lei n. 601, cerca de três décadas depois, foi uma tentativa de organizar as doações de terras feitas desde o início do processo de colonização

---

<sup>13</sup> A Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano da lei Eusébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negro e sinalizava a abolição da escravatura no Brasil. Grandes fazendeiros e políticos latifundiários se anteciparam a fim de impedir que negros pudessem também se tornar donos de terras. Chegavam ao país os primeiros trabalhadores imigrantes. Era a transição da mão de obra escrava para assalariada. Senão houvesse uma regulamentação e uma fiscalização do governo, de empregados, estes estrangeiros se tornariam proprietários, fazendo concorrência aos grandes latifúndios. <http://www.infoescola.com/historia/lei-de-terras/> 03/10/17

portuguesa, regularizar as áreas ocupadas depois de 1822 e incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil, ao mesmo tempo em que se buscava dificultar o acesso a terra por parte desse novo contingente de trabalhadores.<sup>14</sup>

Num passo adiante vemos que no caso brasileiro, conforme a matéria da Revista Veja<sup>15</sup> podemos ter uma noção desses dilemas e do que as mazelas do capitalismo produzem; *“Em 500 anos de história, o Brasil nunca dividiu a terra. É o único país de extensão continental em todo o mundo com estrutura fundiária semelhante a da sua fundação. (...) em termos de propriedade rural, o Brasil continua o país do latifúndio, das vastas extensões de terra pouco produtiva e do minifúndio nordestino pobre e tacanho”*. Compreende-se, portanto que no caso brasileiro desde o princípio da colonização do território brasileiro a terra foi motivo de conflito e disputa permanente. Os povos que aqui viviam no princípio da colonização tiveram suas terras arrancadas com violência, genocídio e destruição, característica fundamental do colonizador<sup>16</sup>. Situação semelhante pode-se buscar nas palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira<sup>17</sup>, onde afirma que;

A concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características sui generis na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado (OLIVEIRA, 2001: PP, 10).

<sup>14</sup> Sobre o assunto ver mais em PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 5ª. Edição, 1957. STEDILE, João Pedro. A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960 /João Pedro Stedile (org) – 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, pp. 22,27. 2005. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/lei-de-terras-lei-de-1850-contribuiu-para-manter-concentracao-fundiaria.htm?15/10/17>

<sup>15</sup> Revista Veja, 16/4/1997, p:50.

<sup>16</sup> Os colonos, neste contexto, consideram que a ocupação original é insuficiente e, por conseguinte, acham que se justifica impor uma suposta superioridade (cultural, religiosa, étnica ou de qualquer outro tipo). Leia mais: Conceito de colonização - O que é, Definição e Significado <http://conceito.de/colonizacao>.

<sup>17</sup> Disponível também em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015).

Assim podemos ter clarividência sobre a questão agrária brasileira da atualidade e dentro deste contexto o crescimento da desigualdade social e com isso a almejada Reforma Agrária<sup>18</sup> pelos Movimentos Populares nunca fora efetivada de fato.

Com isso constata-se que o processo de exclusão social tende a fragilizar com maior intensidade a população de pobres e miseráveis. Assim aspectos sociais da vulnerabilidade representam por outro lado medidas importantes em termos de desenvolvimento, em um país onde as injustiças sociais prevalecem (Abramovay, 2002; Lavinias, 2002; Busso, 2001), onde os direitos de muitos são colocados em segundo plano para favorecer uma minoria, confirmando a necessidade de considerar a dimensão social da vulnerabilidade em nosso país. Dessa forma, pode-se quantificar o nível de utilização da dimensão social da vulnerabilidade socioambiental no Brasil, dada pelos modelos estudados<sup>19</sup>. Em alguns dos estudos sobre o assunto, se constata que<sup>20</sup>

O conceito de vulnerabilidade está correlacionado a uma construção teórica, anterior a ela, definida como exclusão social, que serviu de referência para a caracterização de situações sociais-limite, de pobreza ou marginalidade, e para a consequente formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento destas questões (Dieese, 2007; pp.12-25; Busso, 2005. p.20; Lavinias, 2002; pp. 25-59; Castel, 1997. pp. 19-40).

Essa mesma história quando contada, servia para o apagamento das relações conflituosas da sociedade brasileira. Seus narradores procuraram sempre criar uma identidade comum, exaltando heróis e relegando a maior parcela da população ao papel de expectadores ou cooperadores da constituição de uma nação. A história “feita” historicamente por pessoas destacadas na sociedade, constituindo-se como a história oficial, tradicional, uma narrativa sem questionamentos.

---

<sup>18</sup> Trata-se de um programa do governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso. Distribuindo-a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. O sentido abordado diz respeito à Reforma Agrária dentro de um projeto popular, qual implica em reformas estruturais mais profundas, no contexto do país.

<sup>19</sup> Ver Figura I Gráfico do Anexo.

<sup>20</sup> BUSSO, G. Pobreza, exclusión y vulnerabilidad social: usos, limitaciones y potencialidades para el diseno de políticas de desarrollo y de población. Santiago do Chile, Cepal/Celade. 2005.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. Cadernos Centro de Recursos Humanos–CRH. Salvador, n. 26. 1997

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1. 2002.

ABRAMOVAY, M. et al. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília, Unesco-BID.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE (2007). Aspectos conceituais da vulnerabilidade social. Projeto de qualificação social para atuação de sujeitos ou grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de políticas públicas. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – n. 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo.

Com base nos pressupostos evidenciados, consta-se que o território brasileiro é essencialmente agrário – historicamente articulado ao sistema colonial do capitalismo mercantil, assim o modelo agrário - exportador estruturou a implantação do capitalismo na América Latina. Esse modelo é uma herança histórica colonial

A herança do conquistador – o coronel e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão – permanecerá estável, conservadora na vida brasileira, não raro atrasando e retardando a onda modernizadora, mais modernizadora que civilizadora, projetada do Atlântico (Faoro,2000:156).

Por esse motivo a distribuição da terra não acontece e os que a fazem contrariando o sistema imposto são considerados “fora da lei” como ocorre entre os movimentos populares do campo brasileiro. Atualmente vivemos o aumento acelerado dos dilemas do antagonismo de classe, de maneira que uns tudo possuem, ou seja, são os detentores dos meios de produção e outros nada possuem, senão sua força de trabalho posta a venda por conta de uma pequena remuneração, todavia o que se tem de fato é a exploração da mão de obra dos trabalhadores. Dois projetos estão em jogo o da vida e da morte desta, por um lado o modelo do agronegócio por outro o da agricultura familiar pautado na produção da vida.

Assim como Hobsbawm, Thompson também vai se dedicar a entender a classe proletária e seu papel na história. No prefácio da Formação da Classe Operária Inglesa THOMPSON define classe sob uma perspectiva histórica (o que implica numa relação concreta e demonstrável):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens **cujo interesses diferem** (e geralmente se opõem) **dos seus**. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987:10, Grifo nosso).

Com base no referencial compreende-se que a classe é, portanto, uma relação histórica, presente em pessoas e contextos reais. Ao tratar-se da Classe e sua composição, Thompson reitera que uma “classe” não pode existir sem a “consciência de classe”. Assim

(...) uma plena “consciência de classe” camponesa é concebível, na medida em que a diferenciação dentro do campesinato é secundária em relação às



características comuns a todos os camponeses e aos seus interesses comuns contra outros grupos, e na medida em que a distinção entre eles e outros seja suficientemente clara (HOBBSAWM, 1998: 219-220).

Assim, entende-se que se existem classes distintas, logo se pode afirmar que na prática há um antagonismo de classe. Em relação à distinção ou conseqüentemente ao antagonismo de classe Marx e Engels (1991)<sup>21</sup>, ressaltam o seguinte pressuposto

(...) enquanto milhões de famílias vivem sob condições econômicas que separaram seu modo de vida, interesses e cultura das demais classes e os colocam numa posição antagônica com respeito a estes últimos, se pode dizer que formam uma classe. No entanto, enquanto houver uma mera interconexão local entre estes pequenos agricultores e o caráter dos seus interesses, isso não os conduzirá à formação de uma comunidade, nem ao estabelecimento de laços nacionais nem organizações políticas, não formam uma classe (Marx e Engels, 1991: 303).

Assim com base nos pressupostos elencados compreende-se que vamos ter novos contornos ao tratar do mundo do trabalho, bem como das relações de trabalho a partir da contribuição histórica de Marx, Thompson e Hobsbawm. A historiografia mudará completamente a partir de seus escritos, pois ao olhar para os trabalhadores despossuídos dos meios de produção e conseqüentemente aqueles que produzem a riqueza, será impossível permanecer com o mesmo olhar. Desse modo vai privilegiar a história dos camponeses no Brasil, averiguando sua movimentação e ação política como a ação de uma classe em defesa de seus interesses, se contrapondo à oligarquia latifundiária do Brasil constituída historicamente como setor privilegiado dessas relações no campo.

## 2. 1.2 – Busca pela terra - Contexto e organização dos Sem Terra (MST)

Historicamente, o campo brasileiro foi alvo de desigualdades sociais extremas, em função do olhar externo sobre as riquezas naturais, pois como se sabe “as terras brasileiras são uma mercadoria muito apreciada”<sup>22</sup>. Por conta disso é possível entender porque a questão agrária segue com o modelo importado, aplicando aqui a mesma distribuição desigual.

<sup>21</sup> Marx e Engels. Selected Works, v. I, p.303, citado por Shanin, Teodor. El campesinado como factor político, in: La clase incómoda. Sociología política do campesinato em uma sociedad en desarrollo (Rusia 1910- 1925), Anexo A, (publicado originalmente em The Sociological Review, v. XIV, 1966, n. 1). Madri: Alianza Editorial, 1983, p.290, nota de rodapé n. 64.

<sup>22</sup> Ver mais em, Reforma Agrária e cidadania, em Milton Santos, Cidadania e globalização.

Com o avanço do processo de industrialização entre os anos de 1945 e 1964, a propriedade da terra permanece nutrindo a lógica contraditória de multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda, combinando as massivas parcelas de camponeses que migravam para cidade, ao passo que vastas extensões de terras se concentravam nas mãos dos latifundiários (STEDILE, 2005).

Diante do cenário instaurado a organização dos camponeses se efetiva em grande parte do território brasileiro, nisto incluem fortemente no debate político do país a questão da reforma agrária. Entre as organizações estão a ULTAB, criada e estimulada pelo PCB, em 1954, em diversos estados, com o intuito de coordenar as associações rurais e constituir aliança entre campo e cidade; o MASTER, que nasceu no Rio Grande do Sul, no final da década de 1950, que tinha como principal instrumento de luta a ocupação de latifúndios e a constituição de acampamentos; e as Ligas Camponesas, no período de 1945 e 1963, as quais adquirem um caráter de luta pela reforma agrária no nordeste brasileiro, com o lema: Reforma Agrária na lei ou na marra (MORISSAWA, 2001, pp.86-133).

O país chega aos anos de 1980 governado ainda por uma ditadura civil militar. Todavia, no início da década os conflitos sociais e as greves do ABC Paulista (1978/79/80) movimentaram a sociedade e as lideranças políticas. Na atualidade a década de 1980 foi um período importante da história do Brasil recente e conseqüentemente as organizações populares. Por mais que tenha havido alguns retrocessos na economia, na política e na esfera social as transformações foram significativas em função do descontentamento com as desigualdades que se ampliava constantemente. A campanha “Diretas Já!”<sup>23</sup> iniciada a partir da proposta de emenda constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, tomava corpo. Neste momento lançam o movimento pelas “diretas já” – 1983/84<sup>24</sup> - trazendo para o debate

---

<sup>23</sup> As Diretas já, restabeleceria as eleições diretas para presidente da República no Brasil. O movimento ganhou força a partir de janeiro de 1984, quando os governadores, particularmente [Franco] Montoro, em São Paulo; [Leonel] Brizola, no Rio [de Janeiro] e Tancredo [Neves], em Minas, aderiram e houve uma série de manifestações em todo o país. No entanto, a proposta inicial veio do PT [Partido dos Trabalhadores] e de setores mais de esquerda, ressalta o professor de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo Ridenti. A mobilização contou com o apoio de várias instituições, entre elas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Quase todos os setores da sociedade, de todas as classes sociais, participaram.

<sup>24</sup> <http://realidadesocialbrasileira.blogspot.com.br/2009/10/as-greves-do-abc-paulista.html>

nacional a eleição direta para presidente. Para entender isso Ridenti ao *Jornal do Brasil*<sup>25</sup> assinala que

...é preciso pensar primeiro em uma insatisfação popular grande que havia com o desgaste da ditadura, que já durava quase 20 anos. Agravada pelo fato de que havia, no começo dos anos 1980, uma certa crise econômica que afetava a inflação, a vida das pessoas. E tinha o fato de haver governos de oposição em estados importantes apoiando. Enfim, havia uma vontade geral de mudança (*Jornal do Brasil*, 31.03. 2014).

Mesmo que de forma indireta e de não ter assumido o cargo, no ano 1985 um presidente é eleito, assim marca o “encerramento” de um ciclo turbulento da história do contexto brasileiro; a Ditadura Militar no Brasil. Durante toda a história do Brasil, os camponeses e os trabalhadores em geral, foram mantidos à margem do poder, por meio da violência. Conforme ressalta Bernardo Mançano Fernandes

Nos grandes projetos nacionais não foram considerados. Ao contrário, foram julgados como obstáculos que precisavam ser removidos. Em 1964, os militares tomaram o poder, destituindo o presidente eleito João Goulart, numa aliança política, em que participaram diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros etc (FERNANDES, 2001 p.05).

Para ele em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo

que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrojava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. Essas ações políticas tiveram efeitos na questão agrária, intensificando ainda mais a concentração fundiária (FERNANDES, 2001, p.05).

Dessa maneira podemos entender que o golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. E que

Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da

---

<sup>25</sup> Ridenti ao *Jornal do Brasil*, 100% online; <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2014/03/31/insatisfacao-com-a-ditadura-eclode-nas-manifestacoes-das-diretas-ja/28/08/2017>

modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do País estava extremamente agravada pelo que fora chamado de "milagre brasileiro (FERNANDES, 2001 p.05)".

Mesmo diante da situação reacionária em função de represálias vivenciadas no período e historicamente os trabalhadores se organizaram e lutaram contra o sistema excludente. A partir da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas especialmente eclodiam em várias partes do país. Os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou o uso intensivo da violência contra os trabalhadores. Segundo Mançano no ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços (peão da força privada) dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias.

Durante o regime militar como vimos em função do descontentamento de grande parte dos trabalhadores insurgiram muitos movimentos camponeses e nisso a CPT<sup>26</sup> foi à grande articuladora.

Á luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular. Na década de 60, começaram a nascer as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Em meados dos anos 70, estavam por todo o País. No campo e na cidade, foram importantes lugares sociais, onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos (Fernandes, 2001 p.06).

O Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, ou Congresso Camponês como é chamado, foi importante para por em pauta algumas linhas políticas para se pensar num projeto de reforma agrária na concepção radical e não na concepção reformista e gradual, conforme explica Martins

As concepções de Ligas a respeito da reforma agrária radical não deixaram de sensibilizar mesmo os trabalhadores vinculados a outros grupos. Quando se realizou o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, em Belo Horizonte, no mês de novembro de 1961, esse fato se tornou claro. O Congresso foi organizado pela Ultab, que estava em conflito com as ligas. Era de se esperar, portanto, que nele fossem referendadas posições congruentes com aquelas definidas no documento do PCB de 1960. No entanto a influencia das Ligas pesou fortemente no sentido de que no documento final houvesse uma incisiva e principal referencia à

---

<sup>26</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, em plena ditadura militar, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". ( in:cptnac.com.br).

reforma agrária na concepção radical e não na concepção reformista e gradual (MARTINS, 1995 p.90).

É neste árduo contexto da trajetória dos trabalhadores que surge em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o intuito de tecer um contraponto as mazelas do capital desenfreado. O MST é resultado de lutas anteriores do campo brasileiro, em especial das Ligas Camponesas<sup>27</sup> no Nordeste brasileiro, o MASTRO e os movimentos ligados a teologia da libertação pela CPT, contribuíram significativamente no processo de luta pela terra e condições dignas de sobrevivência. O MASTRO surge (na região oeste do estado do PR) em junho de 1981 para dar organicidade e segmento à luta dos atingidos pela construção de Itaipu. Rigorosamente o MASTRO é o próprio Movimento Justiça e Terra, que nos anos 80 e 81 sacudiu a região de Santa Helena, oeste do Paraná (Gazeta do Povo, 04/05/2014).<sup>28</sup>

Depois de intensas mobilizações conseguiram algumas indenizações e algumas indenizações, mas ainda em 1981 havia cerca de 500 famílias que tinham perdido suas terras, suas casas e seus empregos devido à construção da Itaipu. Além de organiza-las, a CPT começou a cadastrar outras, interessadas em assentamento no Paraná. Sob a sigla MASTRO, elas formaram uma espécie de regional de um movimento que iria alastrar-se por todo o estado. Nos anos de 1982 e 1983, surgiram outros quatro movimentos semelhantes: o Mastes (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná), o Masten: (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná); o Mastreco: (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná) e o

---

<sup>27</sup> As **Ligas Camponesas** foram um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) **Francisco Julião** (1915-1999). As Ligas Camponesas organizaram milhares de trabalhadores rurais que viviam como parceiros ou arrendatários, principalmente no Nordeste brasileiro, utilizando o lema “**Reforma Agrária na lei ou na marra**” contra a secular estrutura latifundiária no Brasil. O contexto de surgimento das Ligas Camponesas foi o processo de industrialização incentivado durante o governo JK, na década de 1950, pois a intensificação da mecanização da produção agrícola produziu **desemprego e redução de salários**, aumentando a insatisfação social das populações pobres da **zona rural nordestina**.

<sup>28</sup> Segundo o Jornal Gazeta do Povo, em sua edição online de 04/05/2014 diz que; *Alagamento expulsou 13 mil de Santa Helena*: No lado brasileiro, o reservatório deixou embaixo d’água 8.272 propriedades rurais e urbanas, o que obrigou 40 mil pessoas a mudarem de casa. No Paraguai, foram atingidas 1.200 propriedades e 20 mil pessoas. Embora o lago tenha 1.350 km<sup>2</sup>, a área comprometida pela usina chega a 1.800 km<sup>2</sup> – 1.000 km<sup>2</sup> no Brasil e 800 km<sup>2</sup> no Paraguai. Muitas terras foram inundadas para compor uma faixa de segurança. Após o alagamento, Santa Helena perdeu 13 mil dos 40 mil habitantes. No entendimento de muitos moradores, o valor pago pela Itaipu não foi justo. As terras na região Oeste valorizaram e os agricultores indenizados não conseguiram comprar propriedades no Paraná. Boa parte migrou para Mato Grosso, Rondônia e Paraguai.

Mastel: (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná) (Morissawa, 2001:121).

Conforme Laureano “O surgimento do MST da- se no contexto político do Brasil no final da década de 1970, o ambiente criado no interior da luta de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, contra a expulsão dos trabalhadores de suas terras e contra e exploração do trabalho assalariado” (LAUREANO, 1997:81). Pois se compreende que

Onde a revolução só pode dar – se de baixo para cima, não existe outro caminho nem outro veículo para a ação política revolucionária. A massa não aparece apenas como objeto e consumidora presumível: ela se define como único agente que pode decidir, em termos finais, se haverá a vitória de uma revolução...( FERNANDES, 2012,p.254)

Enquanto a luta pela terra é a expressão do contraponto referenciado no latifúndio e na concentração da propriedade privada da terra, a reforma agrária ganha ênfase nos anos 50, com os levantes camponeses, especialmente com o crescimento das Ligas Camponesas<sup>29</sup>. Como destaca FERNANDES:

Durante séculos os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de reforma agrária (...). Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da reforma agrária, é fundamentalmente porque a primeira acontece independente da Segunda. Todavia, as duas são interativas”, só que a luta pela reforma agrária envolve toda a sociedade (Estado, entidades da sociedade civil, movimentos sociais, etc.), sendo que a luta pela terra é mais específica, pois é tramada e desenvolvida pelos trabalhadores interessados. “Para se ter a exata dimensão do assunto em pauta, a reforma agrária no Brasil apresenta-se como projeto pela primeira vez, através do Estatuto da terra, atributo esse do governo militar e que jamais foi implantado. FERNANDES (1999:1 e 2).

Conforme registros do MST na data de, 1984<sup>30</sup>, os trabalhadores rurais que protagonizavam as lutas desse período histórico pré e pós 1964, na busca pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por

<sup>29</sup> Artigo: Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil - (uma contribuição à "Leitura" Geográfica do Trabalho) Antonio Thomaz Júnior.

<sup>30</sup> O contexto gestacional do MST ocorre a partir de 1979 até sua efetivação em 1984. Criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984, com 80 participantes na cidade de Cascavel /Paraná. Essa era a composição política que inclusive acenou para a consecução do Primeiro Congresso Nacional do MST, em janeiro de 1985, em Curitiba (PR). A partir do primeiro encontro, ficará conhecido pela sigla MST. O Movimento adquire caráter nacional, com simbologias próprias da luta pela terra.

mudanças sociais no país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores (...), Trabalhadores rurais Sem Terra, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Para o MST<sup>31</sup>.

Não apenas nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas anteriores, mas também somos parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que “Sem Reforma Agrária não há democracia” (MST...).

No ano seguinte acontece o Primeiro Congresso Nacional do MST (1985), em Curitiba Paraná com o lema “Terra para quem nela trabalha”. Com a presença de 1500 participantes, discutiu, propôs e aprovou os seguintes princípios para o MST: 1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha. 2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados. 3. Ser um Movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária. 4. Organizar os Trabalhadores Rurais. 5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político. 6. Dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores. 7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina<sup>32</sup>.

De acordo com o MST, o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária<sup>33</sup>. A partir de 1984 o MST vai se institucionalizar ao reivindicar a redistribuição da terra e ao recolocar a questão agrária no debate econômico, social e político do contexto brasileiro. Neste período crescem as mobilizações populares dos trabalhadores tanto do campo, quanto da cidade na luta pela democracia. Em FERNANDES (1999, p.57), vemos que nesse contexto o MST, a CONTAG, a CUT- Central Única dos Trabalhadores, a Igreja Católica, diversos partidos políticos e entidades unem-se para exigir do governo um projeto de reforma agrária.

<sup>31</sup> Site do MST: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/> acesso em 22/09/17, Também em: <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/10/conheca-os-principios-do-mst-para-promover-o-trabalhador-do-campo.html>, acesso em 15/10/17.

<sup>32</sup> Nota do Mural de leitura IEJC – setembro 2008. Também pode ser encontrada no site do MST.

<sup>33</sup> Site MST; Quem Somos. Disponível em < <http://www.mst.org.br/mst/pagina/> acesso em 09/09/2017.

A religiosidade esteve muito presente no início e nos anos posteriores do MST, pela relação próxima com a igreja através da teologia da libertação conforme destacam os boletins informativos do Movimento. Não só pela presença da cruz ou sobre as campanhas de arrecadação de mantimentos, mas também pela referência à luta nos acampamentos como luta pela terra prometida<sup>34</sup>. Essa busca dos tantos “Sem”, de uma luz no horizonte foi motivadora<sup>35</sup>.

Em LAUREANO (1997:81) compreendemos que, *o caráter surpreendente novo e inédito do MST mudou o cenário das lutas históricas na conquista da terra no Brasil. Mesmo reconhecendo que o MST segue a trajetória histórica de diversos outros movimentos, os próprios integrantes reconhecem uma experiência peculiar que diferencia o movimento de todos os outros.* Conforme divulgação de 08. 10. 2011, do Globo Educação (G1) <sup>36</sup> “*Movimento luta pela terra, reforma agrária e por sociedade mais justa*”.

O MST como um dos movimentos populares vinculados a Via Campesina<sup>37</sup> trás em sua essência um conjunto de simbologias fundamentais no contexto da luta pela terra, de maneira que cada um possui um significado especial à organização em foco. Em todos os momentos da luta, acampamentos<sup>38</sup>, mobilizações entre outros, a Bandeira<sup>39</sup> como uma ferramenta de resistência e luta<sup>40</sup>, ela se faz presente, assim como

<sup>34</sup> Terra boa e larga, uma terra que emana leite e mel. Êxodo 3:8. Ver mais em; MST. Boletim sem terra. 1984. Neste período o Jornal Sem Terra era chamado de Boletim Sem Terra.

<sup>35</sup> Ver Figura II do anexo-tabela. Apresenta dados relevantes nesse sentido.

<sup>36</sup> Idem

<sup>37</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que articula diversas organizações e se considera como um “movimento autônomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outro tipo” (VIA CAMPESINA, 2011). Esse movimento vem se constituindo como um dos principais movimentos camponeses na atualidade, e com suas ações vem destacando-se no cenário mundial através de manifestações confrontando as organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e da ocupação de fazendas ligadas às empresas multinacionais, como a Monsanto, a Syngenta Seeds, Votorantim e entre outras. Pretendemos compreender a formação da Via Campesina e a sua forma de organização e ação territorial no Brasil, a ocupação e manifestação, a fim de compreender a luta pela/na terra e da resistência camponesa desse movimento frente aos avanços da modernização da agricultura.

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2895/2446/> acesso em 04/10/2017, Ver também em: <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/10/conheca-os-principios-do-mst-para-promover-o-trabalhador-do-campo.html>, 16/10/2017.

<sup>38</sup> Figura III do Anexo.

<sup>39</sup> Em 1987, o MST institucionaliza a sua bandeira, que está presente nos acampamentos e assentamentos, bem como em todas as mobilizações do Movimento. Onde houver uma bandeira vermelha do MST empunhada, há uma linguagem em comum, significa que compactuam/comungam das mesmas ações. É nesse contexto também que o conjunto dos demais símbolos entra com força, ex; o Hino.



as demais simbologias, boné, foice, facção, a mística<sup>41</sup>, as músicas, poesias etc. “*Quando tem música e poesia a gente consegue suportar com mais leveza a dureza da luta. A terra é nosso maior bem, nossa maior luta*”<sup>42</sup>. A ocupação consiste numa das principais relações com o princípio do acesso a terra. O acampamento constitui-se num número expressivo de sujeitos que de uma maneira ou de outra foram excluídos da sociedade. São famílias em situações em comum e com isso compreendem que a união constitui uma força viva/vital nesse processo árduo de suas vidas. Juntos fazem um trabalho excepcional nesses locais, forjando sua identidade Sem Terra e jeito de se organizar e constituir a luta. “O Acampamento é uma comunidade ativa, há uma metamorfose humana permanente”<sup>43</sup>. Com o passar dos anos o MST vai entender que dentro desse percurso constante de busca e luta pela terra o acampamento constitui-se gradativamente num espaço de luta em permanente movimento. Pois nesse processo de luta e espera vai se forjando a construção da consciência coletiva, a consciência de classe mencionada anteriormente.

O MST é parte desta luta do campesinato brasileiro, mas, sem dúvida alguma, o principal desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional. Todavia, pode-se constatar certa diferença em ser Sem Terra assentado ou pequeno camponês. Ser Sem Terra hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade Sem Terra<sup>44</sup> sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo. E ainda que seja necessário buscar a gênese dessa formação em um contexto histórico que antecede e extrapola o MST, não é mais possível hoje entender quem são os sem-terra no Brasil fora da história do MST. Da mesma forma que parece incompleta a análise da atuação e do alcance deste movimento

---

<sup>40</sup> O sentido de luta para o Movimento não está tratado no confronto direto, na briga, mas de buscar assegurar direitos. Ao referir - se as simbologias como ferramenta de luta, quer dizer ferramentas de trabalho, de caracterização, de resistência da massa, etc.

<sup>41</sup> Sobre Mística ver: BOGO, Ademar. Valores de uma prática militante. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

<sup>42</sup> Fala registrada, da mesa organizadora durante a Jornada de Agroecologia (setembro de 2005 – Cascavel/PR).

<sup>43</sup> MST: Cartilha de Estudo, N9, p.28. Dez.2016

<sup>44</sup> O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, e nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio Sem Terra que é também sinal de uma identidade construída com autonomia (MST, 2001:72). Em Luft, (1998:601), vemos que Sem Terra com letras maiúsculas é o nome dado ao sujeito constituído pelas letras do MST. Sem – terra com hífen é substantivo de dois gêneros e dois números, designação sócio política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho.

social, sem levar em conta que sua conquista social maior talvez seja exatamente a transformação dos desgarrados da terra em novos sujeitos sociais<sup>45</sup>, tanto na sua dimensão de grupo que luta pela terra, quanto na dimensão de assentados, que passam a produzir e a organizar uma nova vida na terra que foi conquistada pela sua organização. (CALDART, 2000: 24).

Nas palavras dos próprios integrantes do MST:

dizer “sou assentado” é diferente de dizer “sou pequeno agricultor”. Assentado é simbologia, é sinônimo de resistência,...de uma utopia, de uma luta por um ideal, e é sinônimo de que essa cidadania, este sonho é possível realizar...O conjunto da população vê em nós uma espécie de esperança que reacende (CALDART, 2000: 25).

Embora a intenção esteja longe de encontrar respostas, para ser camponês ou não:

Os sem-terra assentados podem até ser considerados uma nova forma de campesinato, como defende o pesquisador Bernardo M. Fernandes, mas jamais serão os mesmos camponeses de antes. Por isso continuam se chamando e sendo chamados de Sem Terra, e participam do MST; porque esta é a nova identidade, que, enraizada nas suas próprias tradições culturais de trabalhador da terra, recriou sua identidade porque a vinculou com uma luta social, com uma classe, e com um projeto de futuro (CALDART, 2000: 25).

A partir de Caldart e Fernandes, é possível compreender que no cenário brasileiro o campo forja nova configuração com o surgimento do MST. Com isso haverá nova configuração em termos de organização, não somente entre os trabalhadores expropriados, mas também entre os proprietários de terras<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> A referência a “novos sujeitos sociais” por entender que o público que abrange o MST é diverso que tem ou não relação com a terra. Ou para Caldart (2000: 25), primeiro porque entre os sem-terra há trabalhadores rurais de uma ou até duas gerações que não chegaram a ter esta relação mais tipicamente camponesa com a terra e a produção; segundo por que mesmo para aqueles sem-terra que já foram camponeses a relação não é a mesma.

<sup>46</sup> Por mais que não se pronuncie nesta abordagem teórica, mas a Marcha para o Oeste, esta presente, pois seus respingos são sentidos e vivenciados na atualidade. A denominada “Marcha para o Oeste” foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Tal projeto foi lançado na véspera de 1938, e nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou “o verdadeiro sentido de brasilidade”, uma solução para os infortúnios da nação.

Apesar do extenso território, o Brasil havia prosperado quase que exclusivamente na região litoral, enquanto o vasto interior mantinha-se estagnado, vítima da política mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis e de rios navegáveis, do liberalismo econômico e do sistema federalista que caracterizaram a República Velha (1889-1930). Até a segunda metade do século XX, o Brasil Central continuava a ser uma área desconhecida para a maior parte dos brasileiros, carregando ares mitológicos devido a seu território pouco desbravado e hostil. No censo de 1940, por exemplo, o sul mato-grossense contava com somente 238.640 habitantes. Esse que era considerado um vazio populacional no Mato Grosso do Sul passou, a partir de então, a servir de atrativo para empresas colonizadoras entusiasmadas com o sucesso de suas similares empreitadas nos estados de São Paulo e Paraná – neste último, por exemplo, a Companhia de Terras Norte do Paraná foi responsável, nas décadas de 1920 e 1930, por toda a

### 2. 1.3 A Ocupação - Elemento fundamental no contexto da luta pela terra

Conforme constatado anteriormente o MST começa sua trajetória histórica observando o passado de luta pela terra no Brasil. Na ocasião não buscava tanto uma justificativa para sua existência, pois a história evidenciava respostas a tais questionamentos. Por isso o MST procurou aprender com as experiências de derrotas e conquistas daqueles que lutaram anteriormente e lutam no presente. Com o intuito de extrair lições do saber acumulado e não repetir os mesmos equívocos. Com base neste pressuposto esta ação vai virar rotina, ou um modo de agir próprio de seus componentes, configurando posteriormente nos chamados princípios pedagógicos. Neste sentido o Movimento traça um de seus desafios que dizem respeito ao processo de formação dos Sem Terra.

A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista<sup>47</sup> e a territorialidade camponesa<sup>48</sup> inaugurado com o mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de recampinização da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarianização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade. (Carvalho, 2005:50)

A ocupação<sup>49</sup> expressa - se historicamente num processo de semelhança “mítica”, um rito entre as culturas e povos.

A ocupação de terra não é uma forma de luta criada pelo MST. Ela é tão antiga quanto os camponeses sem terra na história. Em todas as épocas ela foi escolhida como símbolo da rebelião dos levantes dos trabalhadores do campo. Mas o processo de fazer esta opção de luta, e o jeito como ela é feita, certamente é característico e constitui uma parte rica da história de cada grupo que dela fez uso (CALDART, 2000:81).

---

colonização de sua região oeste, compreendendo hoje municípios como Londrina e Maringá, através de um sistema de pequenos loteamentos rurais para imigrantes que escapavam das dificuldades econômicas e conflitos da Primeira e Segunda guerras mundiais. <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/marcha-para-o-oeste/> visitado em 13,04,2017.

<sup>47</sup> Concebe a terra como mercadoria.

<sup>48</sup> Concebe a terra como base para a reprodução da família e de seu modo de vida específico.

<sup>49</sup> Estas são questões analisadas a partir dos conceitos utilizados por E. P. Thompson, em A formação da classe operária inglesa. Como o olhar sobre o MST propõe-se a visualizá-lo como espaço de um processo de formação do sem-terra. Assim abarcar e entender as continuidades, descontinuidades e re-significações dos elementos engendrados na luta pela terra, percebendo que as mesmas se fazem em um movimento complexo e dialético, no qual o MST aparece como agente e produto deste processo. Assim, ao tratar sobre a “Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola” Caldart (2000. p. 24).

Numa ocupação o público é diverso, cada família com uma história diferente, porém com muitas semelhanças, ao tratar das condições que a levaram a integrar a luta das organizações populares. São tantos os despossuídos, desraigados, a esse respeito podemos observar maior compreensão das condições que motivam a integrar a luta dos Sem Terra. Segundo Faoro

O lavrador sem terras e o pequeno proprietário somem na paisagem, apêndices passivos do senhor territorial que, em troca da safra por ele comercializada, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio. As precárias choupanas que povoam o latifúndio abrigam o peão, o capanga, talvez o inimigo velado, servo da gleba sem estatuto, sem contrato e sem direitos. O sistema das sesmarias deixou, depois de extinto, a herança: o proprietário com sobras de terras, que nem os cultiva, nem permite que outro as explore. Os lavradores, meeiros e moradores de favor são duas sobras que a grande propriedade projeta, vinculados à agricultura de subsistência, arredados da lavoura que exporta e que lucra (Faoro, 2000:418).

Nos versos de Pedro Tierra<sup>50</sup> pode-se haver “mínima” compreensão da situação e condições que movimentam os trabalhadores que se unem em prol de situações e objetivos maiores, ligados à sobrevivência.

Há uma nação de homens excluídos da nação. Há uma nação de homens excluídos da vida. Há uma nação de homens calados, excluídos de toda palavra. Há uma nação de homens combatendo depois das cercas. Há uma nação de homens sem rosto, soterrado na lama, sem nome, soterrado pelo silêncio. Eles rondam o arame das cercas alumiados pela fogueira dos acampamentos. Eles rondam o muro das leis e ataram no peito uma bomba que pulsa: o sonho da terra livre. O sonho vale uma vida? Não sei. Mas aprendi da escassa vida que gastei: a morte não sonha. A vida vale um sonho? A vida vale tão pouco do lado de fora da cerca... A terra vale um sonho? A terra vale infinitas reservas de crueldade, do lado de dentro da cerca (TIERRA. 1996).

Como tudo são processos, e com a situação conjuntural é diversa, as desapropriações e ofertas de propriedades para fins de reforma agrária cada vez mais longe do alcance. Não há possibilidade do egresso no assentamento sem passar pelo processo e vivência no acampamento. A década de 1990 e o adentrar o terceiro milênio foi um período significativo ao tratar-se das ocupações de terras<sup>51</sup>, muitos são os sem terra, a somar-se a luta dos Sem Terra. Assim

<sup>50</sup> Pedro Tierra, em “Portal Vermelho”, 17 de abril de 2007. Poema escrito para denunciar o massacre dos trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás, em 1.996.

<sup>51</sup> Ver Figura II do anexo (já mencionada) – Tabela.

Sem Terra tornou-se nome próprio. Nome de trabalhadores organizados lutando pela Reforma Agrária e para transformar a sociedade. Sem Terra tornou-se sinal do resgate da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras chamados de vagabundos, chutados de um canto para outro. Conquistou, pela sua opção de entrar na luta, uma identidade: sou Sem Terra. Tornou-se, por causa do MST, um cidadão respeitado. E, o MST nada mais é do que centenas de milhares de Sem Terra (MST, 2000. pp: 33/34).

Conforme percebemos o MST nasce das ocupações de terra, e isso configura-se numa característica de grande importância, uma marca fundamental. O número de pessoas participantes esta diretamente associada à conjuntura do momento, cresce à medida que se acirram as desigualdades sociais. Os assentamentos em geral são fruto das ocupações. Conforme Caldart (2000:108), com base no balanço de Bernardo Mançano; “na década de 1990, 160 mil famílias participaram de ocupações (1998). Em seu balanço do ano de 1998, o MST registrou a realização de trezentas ocupações em todo o Brasil, envolvendo 60 mil famílias sem-terra”.

A ação de ocupar uma terra representa para o trabalhador/a que não tem terra, o momento da reação contra esta condição social e sua saída do anonimato. De um dia para outro passa a ter um segundo nome próprio, Sem Terra, pelo qual certamente será chamado com mais frequência que o primeiro. Segundo Stédile citado por Caldart; a contundência desta forma de luta não permite que ninguém fique “em cima do muro”: diante de uma ocupação, todos tem uma posição, ou são a favor, ou são contra (Stédile, 1997, apud Caldart, 2000:109). Cada vez que caem cercas, a sociedade é obrigada a olhar-se e a discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome...(Tierra, 1995, apud Caldart,2000: 109).

A ocupação pode ser considerada a essência do MST porque é com ela que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra (Stédile, 1997). Nela esta contida o que talvez possa chamar de *matriz organizativa* do MST e, por isto, se constitui também como uma *matriz educativa* das mais importantes. Começa pela construção do conceito de ocupar em oposição ao invadir (CALDART, 2000: 109).

Assim ocupar a terra, resistir às contradições dadas a cada dia no contexto da luta, somar-se as atividades do acampamento, viver em um acampamento, produzir individual ou coletivamente são condições essenciais e que faz a diferença na busca pela conquista coletiva. Dessa maneira com base em Caldart, Fernandes e Carvalho é

possível ter noção do que é uma ocupação de terras<sup>52</sup> e sentido que esta se expressa na vida dos Sem Terra

## CAPITULO - II

### 3. 2 ASSENTAMENTO VALMIR MOTA DE OLIVEIRA – TRAJETÓRIA

"Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer..."  
(Domício, Sem Terra do Assentamento Ireno Alves,  
MST, antiga Fazenda Giacometti, Paraná, Brasil)

Cascavel é um território bastante amplo e em constante disputa pelo capitalismo. Cascavel<sup>53</sup> é uma cidade jovem e promissora. Com seus 300 mil habitantes, consolidou a posição de pólo econômico regional e epicentro do Mercosul. A cidade destaca-se como pólo universitário, com mais de 21 mil estudantes de ensino superior em sete instituições de ensino. É também referência na medicina e na prestação de serviços. Seu comércio e grande infra-estrutura industrial e de serviços demonstram toda a grandiosidade tecnológica da cidade.

De acordo com o último Censo<sup>54</sup> de 2016 a população estimada do município de Cascavel era de 316.226 pessoas. No senso anterior (2010) era de 286205 habitantes. Isso coloca o município na posição 5 dentre 399 do mesmo estado. Em comparação com outros municípios do Brasil, fica na posição 86 dentre 5570. Sua densidade demográfica é de 136.23 habitantes por Km<sup>2</sup>, colocando-o na posição 21 de 399 do mesmo estado. Quando comparado com outros municípios no Brasil, fica na posição 520 de 5570.

As forças que tornaram Cascavel um pólo regional também estão ligadas ao agronegócio, desde a presença de culturas agroindustriais, passando pela comercialização, até o desenvolvimento da oferta de serviços cada vez mais especializados. Somente no setor de avicultura, um dos mais expressivos da região,

---

<sup>52</sup> Ver mais sobre isso no capítulo II, no que se refere à resistência das famílias sob a lona preta. Da mesma maneira como sugestão de leitura para compreender esse universo desigual, indicado a militância, tecer estudos em torno do trabalho de TCC de; SILVA, Antonio Ivan da. A Categoria Pobreza na tradição marxista: reflexões sobre o enfrentamento e combate das desigualdades sociais pelo MST, RJ, UFRJ, 2016. Diante disso para melhor entender a distribuição desigual da terra, o lugar dos pobres, alguns mecanismos e empecilhos para as desapropriações ver: RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil/Darcy Ribeiro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp:201, 387,390,391 e 393. Ver também o Livro “Amigos do Rio Bonito” do professor Antônio Candido, entre outros.

<sup>53</sup> <http://www.cascavel.pr.gov.br/historia.php>

<sup>54</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/cascavel/panorama>.

mais de 2 milhões de aves são abatidas diariamente. É conhecida como a Capital do Oeste Paranaense, por ser o pólo econômico da região e um dos maiores municípios do Paraná. Apesar de o setor industrial ser crescente, a agricultura e pecuária ainda são o lado forte da economia local.

Cascavel é um dos municípios brasileiros que mais produz alimentos no país, com um crescimento de quase 56% no último VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária). No entanto, pode-se constatar que se por um lado é rica em produção de alimentos, por outro ainda existem pessoas com pouco acesso a uma alimentação decente e muitas delas passam fome. Dados do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mostram que existem 31.073 famílias cadastradas. Deste total, 6.551 vivem na extrema pobreza e outras 15.580 são consideradas pobres<sup>55</sup>.

Em seu livro “Exclusão Social: um fenômeno invisível”, Vitor P. R. Ribeiro<sup>56</sup>, ressalta que “a lógica tradicional de deslocação periferia-centro tende a ser substituída por novas lógicas do tipo periferia –centro - periferia ou periferia - periferia. Este tipo de deslocação é mais complexo e resulta dos desequilíbrios entre a dinâmica econômica e demográfica das cidades”. Com isso percebe-se que o que resta aos despossuídos, são os centros periféricos, nos centros com maior desenvolvimento vão permanecer as famílias que tem um pouco mais de condições. Neste caso ou assume posição estática ou luta por melhorias.

Para Marx, (1991: 706) O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e, do mesmo modo na agricultura, subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina – o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro.

Os anos 90, citado anteriormente, todavia, com o desenvolvimento do neoliberalismo no contexto brasileiro, para o MST será o ano da necessidade de grandes movimentações populares. São muitas as ocupações, manifestações, marchas<sup>57</sup>, os

---

<sup>55</sup> <http://cgn.uol.com.br/noticia/109659/cascavel-abriga-65-mil-familias-que-vivem-na-extrema-pobreza/> *Gazeta* do Paraná, 16 de outubro de 2014/ acesso em 15/09/2017

<sup>56</sup> [http://silabas-e-desafios.pt/Excl\\_social\\_excerto.pdf](http://silabas-e-desafios.pt/Excl_social_excerto.pdf), visitado em 09/06/2017

<sup>57</sup> A marcha constitui como um aspecto muito importante da luta dos Sem Terra, e obviamente não foram os primeiros a fazer, historicamente as pessoas marcharam. Um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de fevereiro de 1997, cerca de 1.300 Sem Terra iniciam a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. O objetivo era chegar em Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano após o Massacre. Os Sem Terra partiram de três pontos diferentes do país e, por dois meses,

grandes congressos. Estes são importantes espaços de formação e manifestação político/popular. O Congresso Nacional<sup>58</sup>, a maior instância do Movimento onde reúne um público diverso de todas as partes onde o MST está organizado no Brasil, numa mesma voz gritando por liberdade, terra, pão e saber. Nesta década ocorreu o II e o III Congresso Nacional do MST, nesses foram tiradas as grandes linhas de definição conforme a conjuntura dada a cada momento. Assim dado o calor do momento no Estado do Paraná também, se acirram as ocupações em detrimento ao número elevado de pessoas dispersas sem direção, uma delas ocorre numa das áreas cobiçadas não somente pelos fazendeiros da região.

A formação política do assentamento Valmir Mota de Oliveira Conforme relatam <sup>59</sup>Celso Ribeiro Barbosa, (53), Dirigente da Brigada, ele que está no MST desde seu início, há 33 anos. Darvino Back Weyh, (60). Ele que acompanhou famílias desde a constituição dos primeiros acampamentos do MST (1984), até que chegou sua vez de acampar (1999), porém em acordo com a família decidem permanecer acampados, ao integrar-se as demais famílias no assentamento Valmir Mota, para assim ficar mais próximos dos filhos que também são acampados. Artemio Cardoso Maier (56) e Neide ribeiro Maier (47), eles que deixaram a periferia de Foz do Iguaçu ao entrar para o MST. Somaram-se a uma ocupação que existia ao lado do Assentamento Companheiro Antônio Tavares (1998), no município de São Miguel do Iguaçu, na antiga fazenda Mitacoré, pertencente ao Grupo Bamerindus, ocupada inicialmente em 1997. De lá,

---

atravessaram a pé diversos municípios do Brasil. Uma das colunas, com integrantes dos estados do sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 pessoas. Outra, com o pessoal de Minas, Espírito Santo, Rio e Bahia, saiu de Governador Valadares (MG) com 400 integrantes. A terceira coluna, com militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partiu de Rondonópolis (MG) com 300 pessoas. O percurso de cada coluna foi de cerca de 1.000 km. No dia 17 de abril, dia da chegada em Brasília, cerca de 100 mil pessoas receberam os Sem Terra demonstrando solidariedade e simpatia pela luta por Reforma Agrária. Simultaneamente, os marchantes que vieram de cada estado do norte e nordeste também atingiram a capital. Além de chamar atenção para a urgência da Reforma Agrária, a marcha tinha por objetivo pedir a punição aos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/97-99/> acesso em 02/10/2017

<sup>58</sup> O Congresso Nacional do MST previsto para ocorrer num período de cinco anos, é a instância máxima de tomada de decisões. A palavra de ordem reivindicada em cada momento Histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra retrata a situação vivida e um chamado a sociedade para a ação dos trabalhadores, a saber: O Primeiro Congresso Nacional do MST (1985): Terra para quem nela trabalha. O Segundo Congresso Nacional do MST (1990): Ocupar, Resistir, Produzir, O Terceiro Congresso Nacional do MST (1995): Reforma Agrária: uma luta de todos!, O Quarto Congresso Nacional do MST (2000): Reforma Agrária: Por um Brasil Sem Latifúndio!. O Quinto Congresso Nacional do MST (2007): Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular!, O Sexto Congresso Nacional do MST (2014): Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

<sup>59</sup> Entrevista concedida a Cleide Aparecida Ferreira em 27/09/2017.



seguiram para outra ocupação e por fim juntamente com outro grupo de famílias se somaram aos demais no primeiro dia de ocupação do Sirlene Cesar. Eles compõem uma das famílias do assentamento.

O passo inicial ocorre com as famílias que integraram a ocupação<sup>60</sup> existente as margens da BR, 277 próximo ao município de Ibema/PR no ano de 1999, onde se aglutinou em torno de 1.100 famílias. Permanecem por poucos dias, parte das famílias ocupa uma o Complexo Cajati, qual em outras ocasiões era um espaço profícuo a instalação de inúmeras famílias despossadas. O lugar da efetiva ocupação passa Sirlene Cesar. Ao chegar outras tantas Famílias chegam para compor o cenário, vindas de vários pontos do estado do Paraná, inclusive do Paraguai. A junção dessas famílias ocorreu por haver situações em comum, especialmente em função das necessidades em que se encontravam, sem terra, sem casa, sem emprego, sem comida. Em síntese sem onde viver e tirar as sobrevivências básicas. Essa contou com um número de 1200 famílias, no lugar, aglutinadas permaneceram por aproximadamente 4 a 5 meses.

Em detrimento do aumento significativo no número de famílias que se somavam e com isso as necessidades de cultivo organizadas pelo MST, na luta por terra e auto – sustentação migra para outro espaço dentro da área do Complexo Cajati, Cascavel/PR a aproximadamente 12 Km do local. O resultado dessa organização, esta na formação do Acampamento Sirlene César<sup>61</sup>, em 18 de maio de 1999, com número estimado de 800 famílias vindas de diversas partes da região do estado, pois nesse período a massificação na região municipal estava fragilizada. Ao chegar a terra<sup>62</sup> a visão é de que se chegou ao destino, que o sofrimento cessou, todavia se percebe que esta é somente o passo inicial da luta. Com a organização e a formação que estes acampados obtiveram no decorrer da trajetória histórica, percebem que suas necessidades iam além da busca pela terra. E que não era só a terra que lhes fora negada, mas também outros direitos sociais como saúde e educação e tantos outros. Com o processo de organização vão ter as primeiras experiências vivenciadas nos

---

<sup>60</sup> Esta de certo modo constitui-se numa ocupação/acampamento fixo, onde recebe famílias, de maneira que ao chegar e na medida em que tem para onde ir se deslocam, porém parte delas permanece no sentido de preservar o espaço e receber novos membros.

<sup>61</sup> O nome é referência à primeira criança vinda a óbito em função de uma forte pneumonia, devido ao frio intenso que se apresentava no mês de maio e nos meses consecutivos. Para os moradores da época esse nome não poderia ficar esquecido, pois não deve tratar somente de mais uma morte, mas mais um ser humano que padece sob as mazelas do lucro e das usurpações no campo.

<sup>62</sup> Figura IV do anexo.

acampamentos regionais com pessoas do próprio acampamento com pouca escolarização. Tratam desse período turmas alfabetização de EJA, bem como as crianças que se encontravam fora da escola, tendo em vista o distanciamento das escolas municipais.

Com a massificação e com isso muitas pessoas num mesmo local, houve a necessidade de reorganização do acampamento. Principalmente as equipes de trabalho, como higiene, infraestrutura e outros, mas principalmente os setores, incluindo nesse aspecto o setor de educação, mesmo que sem função. Neste período o número expressivo de gente, trouxe outra necessidade, o aspecto da organicidade que este precisava. O momento possibilitou a reorganização e ampliação do processo de democracia<sup>63</sup> ascendente e descendente. Com a formação de um grupo grande de famílias permanecem por pouco tempo no local. A pouca terra para produção de alimentos e tantas famílias acampadas num mesmo espaço, era absurdo, a partir de então se organizam em grupos menores para forjar outros acampamentos nas proximidades, com tudo certo, houve manutenção e permanência de algumas famílias no Sirlene Cesar. Foram várias as tentativas de ocupação, mesmo no interior do Complexo, porém sem sucesso em função do pouco número de famílias envolvidas, em todas sofreram despejo<sup>64</sup>, uma delas no município de Catanduvas/PR, conforme notícias de 04/11/1999 do jornal Folha de Londrina<sup>65</sup>. Na ocasião a jovem de dezenove anos disse que as famílias “entraram na terra para ficar, pois é questão de sobrevivência”. Para o MST, utilizam o conceito ocupação em oposição à invasão, por outro lado os meios de comunicação de massa ao referir a uma ocupação usam a denominação

---

<sup>63</sup> Organização do MST, de maneira que nenhum membro deve estar fora das instâncias organizativas. Ascendente compreende os núcleos de base composto pelas famílias, e descendente a formação dos setores e equipes de trabalho. Todos têm tarefa e nenhuma é mais ou menos importante, por isso não há necessidade de polícia para resolver problemas internos, pois ao adentrar o acampamento cada núcleo familiar recebe orientação do processo de vida em comunidade. Sem disciplina consciente não é possível ser participante da luta do MST.

<sup>64</sup> Os despejos consistem em ações policiais ou privadas (estas sempre ilegais) de retirada forçada de comunidades ou famílias de fazendas, terrenos ou prédios urbanos, ocupados por movimentos sociais quando essas propriedades não cumprem a função social (...). eles em geral são consequências de um pedido judicial de reintegração de posse do imóvel ocupado, feito por alguém que se acha no direito de retirar famílias ou comunidades inteiras do exercício de seus direitos humanos fundamentais. CALDART Verbete: Dicionário da Educação do Campo 2012:210.

<sup>65</sup> <http://www.folhadelondrina.com.br/geral/grupo-de-sem-terra-invade-fazenda-em-catanduvas-219414.html> , 27/08/2017

“invasão<sup>66</sup>”, todavia há uma distinção entre ambas. Por fim um grupo maior de famílias, quais derivam do Sirlene Cesar seguem rumo a outro canto do Complexo<sup>67</sup>.

O destino foi à fazenda Bom Sucesso, nas proximidades do distrito de Rio do Salto, logo depois o espaço ficou denominado Acampamento Dorcelina Folador. Quanto às famílias que ficaram algumas permanecem outras (em torno de 60) vão formar o acampamento Casa Nova<sup>68</sup>, a uns três km do local anterior, pelo fato de se ter melhor localização e referência. Com um número muito pequeno de famílias. Essa necessidade de “separação” resultou em fortes pressões e constante ameaça de despejo pelo dono da área e com isso a necessidade de maior reorganização. Contando sempre com o apoio das demais famílias acampadas e assentadas da Brigada. A partir de então as ocupações foram expandindo – se criando mais força, no interior da própria fazenda e na região. Em comuns acampamentos com o passar dos anos, sem uma solução de assentamento parte dessas famílias vão aos poucos migrando para as cidades, concentrando principalmente nas periferias. Sujeitando a condição precária, mas para elas era a coisa mais sensata a se fazer naquele momento, pois assim seria uma forma de ter algum retorno financeiro e garantir a autossustento da família, já que no

---

<sup>66</sup> Existe bastante diferença entre uma e outra. A invasão ocorre com a entrada em um território livre de usurpação e que cumpre com a função social do uso da propriedade prevista na Constituição Federal de 1.988. Já a ocupação (termo utilizado nas instâncias do MST. Para eles ocupa-se o que pertence aos trabalhadores por direito) é quando o local não atende a função social da propriedade, ou seja, encontra-se sem uso, abandonado ou utilizado para pastagem somente. São as chamadas terras improdutivas.

<sup>67</sup> Diante das questões apresentadas, se percebe que há um processo de “migração”, no interior desses espaços, há, portanto um processo de “deslocamentos forçados”, quais de certa maneira soam “intencionais”. Os trabalhadores vivenciaram esses ataques historicamente, são resultados de processos não superados, de um desenvolvimento desigual onde não comporta a todos. Na história tal como a conhecemos se fala muito em “êxodo rural”, onde as pessoas deixam o campo e se concentram nos centros urbanos, todavia a condição que lhes cabe consiste em ocupar as periferias. Essas saídas estão diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento da indústria (necessidade de mão de obra) e conseqüentemente da mecanização (período de reorganização do campo; máquinas, insumos etc.) do campo, a partir de grandes extensões destinadas a exportação. Para isso a “necessidade” de espaços vazios, com isso são fortemente abordados valores anti- rurais, o campo como espaço de atraso e que a cidade proporcionaria melhores condições as famílias. Deste modo ao sair, não tinha mais como retornar, senão na condição de agregado, meeiro, posseiro, ou seja, trabalhar nos espaços de difícil acesso, onde a máquina ainda tinha dificuldade de transitar. Mas, será isso mesmo, as pessoas deixam os espaços onde viveram durante toda vida, por gerações, por vontade própria? São situações importantes a se questionar. Sobre o assunto ver mais sobre o processo de mecanização do campo, estudos sobre a “revolução verde”.

<sup>68</sup> Recebe o nome Casa Nova, porque na época da ocupação havia uma Casa velha no local, então em comum acordo as famílias ali inseridas decidem chamar de “Casa Nova”, que trazia o sentido de uma nova “moradia”, para as famílias Sem Terra. Localizado nas proximidades BR 277, KM 557, Estrada Rural - Arataca, dentro do complexo da área Cajati Cascavel - PR, área ocupada no ano de 1999. Atualmente (desde 2015) o local chama-se Resistência Camponesa em função do tempo de espera não só daquelas famílias, mas de famílias que vem de outras ocupações sem sucesso a espera de serem assentadas. O local vive o período de Pré Assentamento aguardando as tramitações burocráticas até a liberação da área para assentamento e assim proceder com a reorganização das parcelas, que podem ser cultivadas de maneira coletiva ou individual.

acampamento as coisas estavam bastante difíceis na época. A militância inclusive vai pouco a pouco esmaecendo/acomodando – se com pouca força para prosseguir, frente às discussões. Para Darvino Back Weyh (11.10.2017), no interior do acampamento “há necessidade do constante trabalho de base e incentivo às famílias para a força e permanência a fim de sair das condições em que chegaram. Não lutamos só pelo bem da nossa família, mas pelas demais e por aquelas que não chegaram ainda”.

O ano de 2003 é decisivo para a história dos trabalhadores na região, com a eleição de Lula para a presidência, houve um aumento significativo das famílias que procuraram refúgio nos acampamentos do MST e estes foram massificados, elevando-os consideravelmente. Um grande número de famílias que acreditavam que o novo governo resolveria o problema de Reforma Agrária em pouco tempo. Formou-se uma grande área de massificação em toda a Brigada Teixeira. Não somente local, mas nos demais acampamentos e áreas de massificação da região e do estado. Algumas chamas reacenderam com a chegada de novos membros, pois há algum tempo as famílias simplesmente moravam naquele ambiente. Os setores não se encontravam ativos em suas funções, alguns nem existiam, pois não sentiam necessidade, como por exemplo, o setor de educação. Com a difícil conjuntura em andamento, os assentamentos não saiam. E com essa demora constante as famílias desistiam em busca de condições melhores de trabalho e sobrevivência. Todo ser humano é movido por uma necessidade<sup>69</sup>, e o que move os sujeitos a vir acampar é a promessa/esperança de terra fácil.

Para a época o ADF é um dos oito acampamentos da Brigada Teixeira por sua vez, passa a ser um dos acampamentos de maior ênfase no período.

Em detrimento da influência do agronegócio, o território constitui-se num espaço de disputa constante, desafios e enfrentamentos com a burguesia SRO e UDR<sup>70</sup>, responsável por muitas desistências e dúvidas de muitos em relação à organização interna dos acampamentos. A Brigada compõe grande parte da massa acampada e

---

<sup>69</sup> Para o destacado psicólogo Abraham Maslow, o homem é motivado segundo suas necessidades que se manifestam em graus de importância onde as fisiológicas são as necessidades iniciais e as de realização pessoal são as necessidades finais. Cada necessidade humana influencia na motivação e na realização do indivíduo.

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/psicologia/maslow-as-necessidades-humanas.htm>, 23/09/2017.

<sup>70</sup> Associação civil criada em maio de 1985 por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990). <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr/> 20/08/17

assentada do interior do Estado. É no ADF que as práticas iniciais de educação e busca pela compreensão da Educação do Campo no contexto da Escola Itinerante vão se condensar e se ramificar. A formação continuada dos educadores passa a ser uma das prioridades, neste momento (1º sem.2004), saem os primeiros educadores/as para as turmas do Curso Normal (ITERRA/Veranópolis/RS) e para a Primeira Turma de Pedagogia da Terra na Unioeste (Campus-Fco Beltrão/PR), pois se entenderia que ao pensar a Escola deveria se pensar em torno de sua complexidade. Neste contexto tratando-se do Complexo de inserção dos acampamentos, houveram várias tentativas desesperadas de ocupação, envolvendo membros dos acampamentos locais, porém sem sucesso. Mesmo diante da existência de outros acampamentos, já mencionados, o Dorcelina Folador passa a ser um centro de referência, de maior aglutinação de famílias e formação militante em função da construção da Escola. Esse espaço passa a ser bastante requisitado, pois havia uma relação intrínseca entre o processo da luta pela terra, associado à conquista do conhecimento. Nesse espaço a Escola como um todo vai permanecer até meados de 2004, a partir de então vai adquirir nova configuração, a “Zumbi dos Palmares” ira subdividir-se de acordo com a necessidade (ver cap. 3).

### 3. 2. 1 O tempo de Acampamento - Resistência das famílias

É sabido através da história que as conquistas são resultado de lutas e desafios duradouros por aqueles que buscam incansavelmente mudar a realidade em que vivem, pois nada chega às mãos dos trabalhadores sem esforço. Para a conquista da terra fator essencial à produção da vida e manutenção das espécies humana, animal e vegetal, não seria diferente. Por isso a persistência e resistência das famílias debaixo de lonas, sem água encanada, energia elétrica e com estruturas precárias nos acampamentos, somente são possíveis quando se esgotam outras possibilidades. Quem tem condições mínimas para sobreviver com sua família, (teto, comida, saúde, educação...) dificilmente se arrisca a tais situações. Assim tudo depende da conjuntura, das condições em que as famílias se encontram e da persistência em querer sair da atual zona de conforto

Foram vários os motivos que levaram nós a ir acampar, especialmente porque não queria criar os filhos numa periferia de cidade grande, com toda a violência que existia. Não queria para nossos filhos aquela vida. Por isso saímos pra não voltar mesmo. Antes de vir pra região, estivemos acampados na Mitacoré, por fim ficamos 90 dias acampados em Quedas do Iguazu/PR. Na chegada aqui na ocupação quando ainda não era nem chamado Sirlene

Cesar (1999), as coisas cabiam numas bolsas (...) um vento forte, frio geada. Buscamos bambu e fizemos uma cabana coletiva pra escapar do frio. Era muita gente, na geada forte. Todo dia tinha mandado de despejo foi até cercado o acampamento com arame. A noite inteira tinha sentinela. No acampamento a principio a maior preocupação era a falta alimento pros filhos. Tivemos dificuldade nos primeiros tempos, porque não saia trabalhar fora. Depois conseguimos serviço por dia e com isso as coisas melhoraram. O acampamento era bem organizado, o ônibus entrava pegar as crianças para levar para escola, os adultos estudavam no acampamento. Na falta de comida para alguma família, um pessoal saia fazer arrecadação. Duas vezes na semana faziam sopão, não só pras crianças, mas também muitos adultos iam buscar por não ter o que comer. Ficamos de 6,7 anos sem energia no acampamento. Tivemos oportunidade de ser assentados antes, mas queria ficar na região (Artemio Cardoso Maier, 56 e Neide ribeiro Maier, 47. Assentados no V.M -27/09/2017).

O tempo de acampamento em geral nas últimas décadas tem sido demasiadamente longo. As famílias vêm para esses espaços na esperança de que num curto espaço de tempo sua situação mude, todavia não é o que acontece na prática. Como no caso da grande maioria das famílias que compõe o assentamento na atualidade e as tantas que aguardam nos acampamentos, muitas vêm de acampamentos anteriores a 1999/2000 que seja. Assim constata-se que não há possibilidade de adentrar o assentamento, sem a participação e convívio com as demais famílias no acampamento, pois será ele quem dará as bases de direção ao assentamento, que também esta pautado, nos princípios organizativos do contexto da luta. O acampamento se torna na medida em que aguardam respostas para a questão da desapropriação da terra, espaço de aprendizado, de estudo, formação, associado à produção e as demais funções de responsabilidade individual e coletiva. Há entre esse público uma linguagem compreendida por todos, que ocorre concomitantemente, as situações cotidianas, como, ao passo que ao iniciar, uma palavra de ordem, uma música característica entre estes, os primeiros ponteados do Hino do MST, ou a Internacional Comunista todos sabem a forma de posicionar-se. As músicas por eles produzidas trazem sentido e significação teórica por serem por eles produzidas no calor da luta, e estas são levadas para o interior da escola, por se tratar das relações que envolvem o cotidiano de todos que compõe o ambiente. E conseqüentemente este jeito de organizar-se adentrará o assentamento. Todavia, para Carvalho (2005)

a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de acesso a terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (CARVALHO,2005:51).

Conforme se inserem no conjunto da luta, as famílias compreendem que a força da mudança esta na resistência, na medida em que não serão o Estado e o governo os agentes intermediadores entre o proprietário e os ocupantes para garantir a função social da terra, as disputas se darão diretamente. Assim a referência do cumprimento do princípio da função social da terra, consistirá na união das forças para resistir e pressionar as forças contrárias.

Por outro lado o tempo de espera proporciona-lhes grandes experimentos e aprendizagens, e a participação nos vários momentos da luta torna-se um grande aprendizado coletivo. Conforme MST 2000, vemos que

Uma das primeiras lições, quando juntamos a vida com a luta, é a necessidade de participar. Participamos das reuniões para conversar porque não tínhamos terra para trabalhar. Participamos de ocupações, mobilizações, lutas, (...). Participamos de reuniões para saber como está à conjuntura e decidir quais os passos que deveríamos seguir. Participamos da comunidade do acampamento/ assentamento, dos Núcleos de Base ou Grupos de Família. Participamos de festas e celebrações. Participar tornou-se um para todos nós. Ser Sem Terra é participar (MST, 2000:31).

Neste sentido vale ressaltar que um dos elementos os que se somam a vida da família em comunidade é a participação e contribuição no Movimento da luta, interna e externa ao acampamento. Todos estão inseridos nas tarefas que demanda a luta, somando-se ao conjunto a cada dia, e isso será de grande valia entre os critérios de avaliação no momento de integrar os componentes do assentamento, pois este deriva do acampamento.

Com o passar dos anos se acirrou as disputas em torno da terra, por isso a espera nos acampamentos envolve décadas de constante permanência e resistência de famílias que já não querem voltar para o lugar de onde vieram.

(...) jamais vê, na rebeldia da liberdade, um sinal de deterioração da ordem. A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta (Freire, 2009:93).

Para os Sem Terra, a preocupação maior não esta em saber a durabilidade das frutas e verduras nas prateleiras de supermercados, mas sim a ser a sobrevivência, se terá alimentos em suas refeições, se vão ter um lugar para morar. Pois

A falta de leite nas mamadeiras de milhões de crianças pobres e desnutridas não se resolve importando leite ou tecnologia que façam as vacas produzirem 40 litros de leite por dia, mas fazer com que, o governo faça a reforma agrária recoloca na terra as quase 5 milhões de famílias Sem Terra e lhes dê o direito de ter uma vaca que produza 5 litros, a produção de leite será aumentada em 25 milhões de litros somente com o esforço da natureza (MST, 2009:16).

A luta pela conquista da terra “própria” para os Sem Terra tem grande significado, pois se trata do investimento na vida, desde o acampamento segundo os assentados, recebem uma quantia de terra para o cultivo e com isso recebem e compartilham orientação de cuidados com o solo, boas práticas de manejo e cultivo, ou seja, fazer com que a pequena área produtiva esteja pautada na produção de alimentos, preferencialmente sem uso de agentes químicos, prejudiciais à vida não só humana, mas a toda biodiversidade.

A luta do Movimento como já citado, é também por qualidade de vida<sup>71</sup>, portanto, a luta contra as sementes transgênicas, herbicidas ou qualquer substância nociva a vida entra na pauta de protestos contrários, assim desde 2006 o MST ocupou uma área de experimentos transgênicos da Syngenta Seede, em Santa Tereza, próxima a Cascavel. No local se instalou o Acampamento denominado Terra Livre com famílias dos Acampamentos do Complexo Cajati, onde começaram a trabalhar no local e inclusive fazer formação, a situação estava de certa maneira normalizada, apesar das ameaças de despejo e outras situações. Diante da situação de tensão, um dos episódios mais alarmantes dos contestos que envolvem as ocupações do Complexo Cajati, foi o acontecido em 21 de outubro de 2007, o acontecido deste dia teve destaque não só no Brasil, mas no mundo, pois envolveu a multinacional suíça Syngenta. Segundo o Jornal O Estadão

Um líder sem-terra e um segurança foram mortos a tiros durante um confronto neste domingo, 21, na fazenda experimental Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, a 530 quilômetros de Curitiba. O confronto aconteceu durante tentativa dos seguranças da propriedade de retomarem o local, que havia sido invadido pela manhã por cerca de 200 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina. De acordo com a Polícia Militar de Cascavel, outras oito pessoas ficaram feridas.

<sup>71</sup> Em 2004 o Movimento, junto a Via Campesina da início a Jornada de Agroecologia no Estado do Paraná, essas acontece todos os anos. Nesses uma grande massa de todos os acampamentos do Estado, do Brasil, pessoas de diversas organizações sociais e simpatizantes, inclusive de outros países há representações. Para esses encontros os participantes levam sementes para trocas, no sentido da preservação das espécies, pois para o Movimento e Via, “As sementes são patrimônio da humanidade” e como tal devem estar a serviço da humanidade, assim sob a palavra de ordem “Terra Livre de Transgênicos, e Sem Agrotóxicos”, são realizadas palestras, oficinas de trocas de experiências, marchas de denúncia entre outros.



Valmir Motta de Oliveira, 32 anos, líder sem-terra, foi morto com dois tiros, um no abdômen e outro na perna. Valmir, que era conhecido por Keno, era uma das principais lideranças do MST no Oeste do Paraná e liderou a ocupação pela manhã na fazenda (...) Em depoimento à polícia, os seguranças contaram que foram contratados pelo Movimento dos Produtores Rurais (MPR), o mesmo que, há cerca de quatro meses, promoveu a desocupação em uma fazenda em Lindoeste, no Oeste do Paraná. O MPR é ligado a Sociedade Rural do Oeste, que reúne os principais ruralistas da região. O presidente da entidade, Alessandro Meneghel, negou que o MPR contratou os seguranças particulares. "Nós não temos nenhuma participação nesse episódio. A empresa de segurança fez o papel dela, que é proteger a propriedade", disse (O Estadão, 21 de outubro de 2007).

A empresa NF é a responsável pela segurança da Syngenta<sup>72</sup>. Para Celso Ribeiro Barbosa, ao Estadão diz não ter dúvidas de que "Os seguranças da empresa vieram aqui para matar os líderes do movimento. Eu não tenho dúvida de que eu e o companheiro Keno<sup>73</sup> éramos os alvos dos seguranças", denunciou Barbosa. Ele culpou os ruralistas e a empresa pelo conflito deste domingo. "Vamos ficar na área"<sup>74</sup>. Agora é questão de honra", disse Barbosa.

A reocupação da área da Syngenta havia acontecido no mesmo dia, por cerca de 150 agricultores. O campo de experimento da Syngenta havia sido ocupado pelos camponeses em março de 2006 para denunciar o cultivo de sementes transgênicas de soja e milho. Em novembro de 2006, o governador Roberto Requião desapropriou, por interesse público, área de 127 hectares da empresa, mas, em fevereiro de 2007, houve decisão judicial suspendendo a desapropriação e determinando a reintegração da área. Após 16 meses, no dia 18 de julho deste ano, as 70 famílias desocuparam a área da Syngenta se deslocando para um local provisório no assentamento Olga Benário, também em Santa Tereza do Oeste (PR). Apesar da desocupação, os camponeses continuaram reivindicando que o local fosse transformado num Centro de Ensino e Pesquisa em Agroecologia e para que a empresa pague a multa de R\$ 1 milhão, aplicada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por não possuir licenças ambientais para realizar experimentos com transgênicos dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Os camponeses também denunciavam que a Syngenta destruiu o bosque, com cerca de 3.000 mil mudas de árvores nativas, plantada para recuperar a biodiversidade no local (Jornal Tribuna do PR, 22.10.07).

<sup>72</sup> Em nota oficial, a Syngenta lamentou "profundamente o incidente" e afirmou estar colaborando com as autoridades para apurar o que ocorrer na fazenda. Além disso, a empresa reforçou que sua política global "determina que não se use força ou armas para proteger suas unidades". Jornal Estadão 21/10/07.

<sup>73</sup> Protesto no enterro de sem-terra, diz o diário.com de Maringá 22/10/2007 cerca de duas mil pessoas passaram pelo velório no acampamento 1º de Agosto, no Complexo Cajati, em Cascavel (...) O cortejo levando o corpo saiu do 1º de Agosto, até a fazenda, um trajeto de 40 km. Na Syngenta, cerca de 500 militantes o aguardavam para as últimas homenagens.  
<http://maringa.odiario.com/maringa/2007/10/protesto-no-enterro-de-sem-terra/162249/> acesso em 10/10/2017.

<sup>74</sup> Após o episódio a empresa se retirou e depois no local se instalou o Instituto IAPAR do Paraná com experimentos agroecológicos, não mais transgênicos.

Sobre o ocorrido a Subdivisão de Cascavel registrou, no dia 28 de março, um boletim de ocorrência sobre a ameaça de morte<sup>75</sup>, alertada em um telefonema anônimo, contra Keno, Celso Ribeiro Barbosa e Célia Lourenço. A advogada da ONG Terra de Direitos, Gisele Cassano, confirma a informação fornecida por Barbosa sobre as ameaças e diz que entrou no caso por causa da violação dos direitos humanos. "Eles vêm sofrendo ameaças e em novembro do ano passado, Keno já havia sido agredido pela SRO durante o encerramento da Jornada da Educação na Reforma Agrária, promovida pelo MST em Cascavel". Segundo ela, enquanto os participantes se dirigiam à fazenda da Syngenta, para uma manifestação pacífica, dentro de um ônibus, na estrada que liga Cascavel a Foz do Iguaçu, foram parados por um bloqueio feito pela Sociedade Rural do Oeste. Seus integrantes, liderados pelo presidente Alessandro Meneghel, aguardavam o ônibus com pedaços de pau, barras de ferro e armas de fogo, fazendo uma barreira humana. Mesmo com o bloqueio, os trabalhadores decidiram continuar a rota a pé, mas foram violentamente atacados (CUT, 26/10/2007). Conforme o Jornal Tribuna do PR, edição de 22.10.07)<sup>76</sup>

O militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e membro da Via Campesina, Valmir Mota de Oliveira (conhecido como Keno), foi executado à queima roupa com dois tiros no peito. Os trabalhadores Gentil Couto Viera, Jonas Gomes de Queiroz, Domingos Barretos, Izabel Nascimento de Souza e Hudson Cardin foram gravemente feridos. Um dos integrantes da milícia foi morto. Keno tinha 34 anos, três filhos e militava no MST desde os 17 anos de idade. Segundo Roberto Baggio, coordenador da Via Campesina no Paraná, Keno era um brigadista do MST, responsável por tarefas de articulação e formação do movimento, dedicado em tempo integral para isso (Tribuna/PR, 22.10.07).

Conforme noticiário do Jornal Folha de São Paulo intitulado “Conflito no Paraná expõe trajetórias de vida opostas: Disputa fundiária contrapõe as histórias de dois líderes”. O Jornal Folha de São Paulo descreve as trajetórias opostas, dos principais nomes nesse momento; As trajetórias opostas de Keno e Meneghel<sup>77</sup>,

<sup>75</sup> Massacre da Syngenta; <https://cut.org.br/noticias/massacre-da-syngenta-c59a/>, sobre o ocorrido ver ainda 10/10/2017.

<sup>76</sup> Disponível em; A morte do líder do MST e a ação das milícias armadas, <http://www.tribunapr.com.br/noticias/a-morte-do-lider-do-mst-e-a-acao-das-milicias-armadas/> A morte do líder do MST, acesso em 03/11/2017. Ver ainda, Syngenta é condenada por morte de Sem Terra no Paraná <http://www.mst.org.br/2015/11/19/syngenta-e-condenada-por-morte-de-sem-terra-no-parana.html>

<sup>77</sup> Em Cascavel, Meneghel é tido como extravagante, falastrão e violento, capaz de, por exemplo, entrar em uma boate à cavalo atirando. "É tudo linda", afirma. Mas ele assume que tem coleção de 12 armas e que responde a pelo menos cinco processos penais. Sua filha se formou dentista e casou com um

dois dos principais líderes que a disputa fundiária no oeste do Paraná produziu, a imagem do conflito agrário na região, cujo cenário atual foi forjado com a criação, em 1984, do MST -num encontro de sem-terra de 12 Estados em Cascavel. Keno, o sem-terra, morreu no último domingo, em tiroteio com vigilantes da fazenda experimental da multinacional suíça Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR). Por ser presidente da sociedade ruralista, Meneghel é acusado, por militantes sem terra, de ter ordenado o ataque -ele nega. "Meu pai, um homem honesto, chegou aqui na década de 1970, e abriu todo esse campo", diz Meneghel, enquanto dirige uma camionete Mitsubishi L200 de R\$ 90 mil e aponta para a sua fazenda de 5.000 hectares, onde planta feijão, milho e trigo e colhe rendimento de cerca de R\$ 1,2 milhão anuais. Sua família já tinha uma usina de cana-de-açúcar em Bandeirantes (PR), quando seu pai comprou a terra. Nunca foi invadida, ele diz, "por causa da nossa fama de bravos" ( Folha P, 28 out. 2007).

Com base na persistência e luta das famílias terão em meados do ano 2007, notícia pouco mais animadora, apesar de abranger a maioria do público acampado. Data de 24 de setembro deste ano o anúncio da aquisição de parte da área. Assim o Jornal Gazeta do Povo, edição de 25/09/2007, trás o seguinte notícia; Incra compra terreno para resolver “maior conflito agrário do Paraná”<sup>78</sup>, diz o seguinte

Cascavel – Pelo menos cem famílias de um dos maiores acampamentos de sem-terra do Paraná, em Cascavel, devem finalmente conseguir uma área para assentamento. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) anunciou ontem a aquisição de uma área de quase mil hectares da Fazenda Cajati, em Cascavel, para o assentamento de até 110 famílias. Na área total da fazenda, que passa de 3 mil hectares, existem pouco mais de mil famílias de sem-terra distribuídas em quatro acampamentos. Enquanto o Incra finaliza a parte burocrática da aquisição da área, entre os sem-terra é grande a expectativa para conseguir um pedaço de terra. O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem- Terra (MST) e líder dos acampamentos, Celso Ribeiro Barbosa, diz que a prioridade será dada às famílias mais antigas. Ele diz que dezenas de pessoas estão acampadas no local desde 1999 à espera dessa oportunidade (GAZETA DO POVO, 25/09/2007,06).

Prossegue o noticiário,

Segundo o líder dos sem-terra em Cascavel, a aquisição da Cajati pelo Incra é motivo de festa. “Com essa compra, o Incra mostra força”, afirma Barbosa, que ontem passou boa parte do dia na área adquirida, onde os acampados já preparam a terra para o plantio de milho e feijão. Na safra de verão do ano

---

agrônomo -que já trabalha na fazenda de Meneghel. O filho estudou na Suíça, cursa administração de empresas em Londrina (PR) e deve assumir parte dos negócios da família. Os nomes dos dois estão tatuados nos pulsos de Meneghel. Se dependesse da vontade de Keno, seus filhos Vladimir e Carlos Eduardo, que têm menos de dez anos, também darão continuidade a seu trabalho. "Ele sempre dizia que queria que os meninos fossem educados com as ideias do Movimento", diz sua viúva, Íris de Oliveira (Folha de São Paulo, 28.10.2007). Ver mais em youtube, “Nem um Minuto de Silêncio”.

<sup>78</sup> Ver edição online; Incra compra terreno para resolver “maior conflito agrário do Paraná” <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/incra-compra-terreno-para-resolver-maior-conflito-agrario-do-parana-ano7pmw7rm7t6wwbdohkcmdq>, 20.10.17

passado os sem-terra plantaram 240 alqueires na Cajati. Ao anunciar a audiência pública para aquisição da Fazenda Cajati, ontem, em Curitiba, o Incra emitiu nota em que afirma que a compra da área “será um grande passo na resolução do maior conflito agrário existente hoje no estado”. Os 963 hectares de área da Fazenda Cajati foram adquiridos por R\$ 10.395.378,66, dos quais R\$ 10.305.133,29 referentes ao valor de mercado da terra nua serão pagos em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), com prazo de resgate de 2 e 5 anos. Os R\$ 90.245,37 restantes, relativos às benfeitorias, serão pagos à vista, em dinheiro (GAZETA DO POVO, 25/09/2007,06).

Como constatado a notícia, da efetiva “compra”, ocorre anterior conflito, mas ela só chega ao conhecimento das famílias no final de 2007. Todavia conforme disposto no PDA, podemos constatar que na data de 16/04/2009 ocorre à emissão de posse do imóvel, com denominação de Fazenda São Domingos ou Cajati. O que significa não haver compra em 2007, somente no ano de 2010 o governo entrou em negociação, qual efetuou a compra de parte da fazenda Cajati para ser loteada para os acampados. Em fins deste ano as famílias “selecionadas” começaram a ir para cima da área, e assim iniciar a formação do PA Valmir Mota de Oliveira, ainda em fase de transição de acampamento para assentamento.

A criação do assentamento ocorre via Portaria INCRA/SR-09/nº 49 DOU de 13/12/2010. Data da criação do Pré Assentamento (PA) em 13 de dezembro de 2010, com denominação do Assentamento na ocasião PA Valmir Mota de Oliveira. O projeto foi criado com capacidade inicial de 106 famílias, todavia em função da quantidade destinada a cada núcleo familiar, APP, APL e espaços coletivos (comunitários), não foi possível. Desta maneira a comunidade foi organizada em 84 lotes, desta forma sua capacidade é de 84 famílias, havendo atualmente 83 famílias homologadas e uma parcela destinada a área coletiva, onde esta em andamento uma base leiteira, posteriormente será incluído espaço de feiras de forma cooperada. Em 02 de outubro de 2012, ocorre a festa de sorteio dos lotes, com a presença de autoridades, com isso se determina o local em que cada família iria se instalar, conforme organicidade de cada núcleo de base. Assim o assentamento possui uma área média de cada lote/parcela de 7,481 hectares. Com Área Total Registrada: 889,5060 hectares. Área Medida: 890,8099 hectares. Área total destinada aos lotes: 628,4049 ha. Área exigida de Reserva Legal a ser averbada, conforme legislação: 177,9012ha. Área proposta de Reserva Legal a ser averbada: 191,2561 hectares. Área Requerida na lei de Preservação Permanente:

35,0314 ha. Área Efetiva de Preservação Permanente (preservada): 26,7961 hectares. Área de Preservação Permanente a Recuperar: 8,2353ha.

O mesmo dispõe de uma comunidade em permanente construção, com escola, espaço para reuniões, com energia elétrica e com abertura de estradas principal e secundária. A produção atual no Assentamento Valmir Mota de Oliveira é de subsistência com comercialização de excedente. No que diz respeito a instabilidade e construção de benfeitorias nos lotes, muita coisa se tem construída em cada parcela, pode se considerar um avanço e organização se for partir do entendimento de que não foram estipulados recursos para tal fim, mas esta deve – se especialmente a organização do grupo familiar individual e coletivo. Somente parte das famílias assentadas recebeu o “crédito de apoio inicial”, no valor de R\$ 2.400,00, (dois mil e quatrocentos reais) apenas, tudo que foi designado para fins de aplicação em infraestrutura em 2014. Apesar da maior parte do assentamento se encontrar em terreno plano ou suave ondulado, que permitem atividades mecanizadas e cultivo de culturas anuais, devem ser aplicadas práticas especiais de conservação do solo, de fácil execução, para a produção segura e permanente de colheitas entre médias e elevadas, de culturas anuais adaptadas a região. Existe grande potencial referente à localização e acesso do Assentamento associado à proximidade de um dos grandes centros urbanos do Paraná. Conforme consta na tabela seguinte:

<b>Declividades</b>			
<b>Classe</b>	<b>Intervalo (%)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Plano	0 - 5	390,63	43,85%
Suave ondulado	5 - 10	326,24	36,62%
Ondulado	10 - 15	117,76	13,22%
Muito ondulado	15 - 25	53,26	5,98%
Fortemente ondulado	25 - 45	2,92	0,33%

Tabela 2: Percentual e área com a respectiva faixa de declividade no PA Valmir Mota de Oliveira. FONTE: INCRA (Mapa de declividades) – 2013.

A atividade leiteira se constitui em um potencial por haver um mercado já estabelecido, com isso as famílias interessadas estão investindo na diversificação de pastagens, construção de benfeitorias, aperfeiçoamento em técnicas de manejo e cultivo e assim produzir para comercializar, sem maiores complicações. Há também potencial para produção de frutas e hortaliças, devido à demanda do município e do fácil acesso do local via BR277. Existe ainda um grande potencial para construção de uma

agroindústria, quem sabe até um ponto de comercialização dos produtos oriundos do Assentamento na área comunitária (AC; constitui uma das parcelas da comunidade).

### 3. 2. 2 Significados da conquista da terra e Perspectivas das Famílias Assentadas

“Todos os homens do mundo na medida em que se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos.” (Antonio Gramsci)

A luta histórica do MST transcende busca pela terra, de maneira que ao chegar na terra conquistada percebe que esta constitui apenas dos primeiros passos na busca pela emancipação em direção a dignidade plena. Assim, Menezes Neto (2003)<sup>79</sup> afirma que:

Neste mundo de monopólios e desemprego, de concentração e exclusão, a luta do MST é a luta de cidadãos, de trabalhadores, em busca do direito ao trabalho, à saúde, à escola, à cultura, ao lazer, etc. enfim é uma luta pelos bens e direitos de cidadania. Neste sentido, a terra é, não o fim, mas o meio, para viabilizar esta inserção no mundo da cidadania. A luta do MST transcende, assim, a luta pela terra (Menezes Neto, 2003:13)

Inicialmente as famílias vão para os acampamentos movidas pela necessidade da terra, todavia com o passar do tempo e a terra não sai, percebem que junto precisam se somar outras necessidades, fundamentais, como a qualidade na produção de alimento e alimentação, saúde, educação de qualidade. Assim na sua luta por cidadania, portanto, a educação se torna de fundamental importância, sem não pode haver mudanças nas células sociais. Para o Movimento e de acordo com Stédile (1997):

apenas a luta pela terra não transforma o sujeito em cidadão, se nós também não democratizarmos o conhecimento, se não tivermos acesso à educação. É por isso que nós do Movimento Sem Terra compreendemos que existe um casamento necessário entre a conquista da terra e a conquista da educação (Stédile,1997:25).

Na atual sociedade as famílias que se embrenham na luta do Movimento em prol da terra e melhores condições de vida, não vem por conta de um capricho ou situação do gênero, mas vem por que já esgotaram todas as demais possibilidades de superação das dificuldades em que se encontram. Em comum cada uma é marcada por um histórico conflituoso vivenciado em terras “alheias”, sob duras condições.

---

<sup>79</sup> MENESES NETO, Antonio J. Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

Todavia, os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. (...) A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente a resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária (FERNANDES, 2001:02).

Depois de anos enfrentados debaixo de uma lona, na dura<sup>80</sup> vida que é o acampamento, a conquista da terra é o retorno à vida e consequentemente a dignidade “roubada”. Para melhor compreensão a família<sup>81</sup> do Sr. Antônio Moreira de Meireles (53) e Sebastiana Maria Ferreira (55), vindos do Paraguai em 2005, descrevem com emoção parte sua trajetória histórica, percorrida até conquista do assentamento

(...) Sempre trabalhamos em terras dos outros e por fim na cidade de empregado, mas já não dava mais por problemas de saúde, além de muito gasto, pois o acesso a saúde, educação e outros serviços eram pagos. Viemos sem condição nenhuma com cinco filhos e a esperança de conquistar a terra para viver melhor e ficar próximo do tratamento de saúde. Nossa vida mudou muito depois que fomos acampar se precisasse voltar acampar a gente tinha coragem de fazer tudo de novo. Acostumamos com a vida no acampamento, no começo foi difícil porque não conhecia muita gente e nem sabia o que era acampar, com tanta gente o ganho ficava difícil, mas depois que pegamos conhecimento a situação melhorou. No acampamento tinha horta e uma pequena porção de terra onde produzia comida para venda e para o consumo, só não criava animais por causa da vizinhança. No acampamento tive oportunidade de estudar, (diz ela), os meninos gostaram da escola, um deles que tinha dificuldade logo depois aprendeu a ler e a escrever, a filha estudou e fez faculdade graças a nossa luta....A construção da Escola foi muito importante, porque assim se evita a ida para a cidade e o estudo sendo perto pode acompanhar melhor a vida dos filhos. Quando chegamos já existia a escola dentro do acampamento, por isso temos muito a agradecer a existência da escola, porque os meninos se interessaram por ser próxima de casa, desde o acampamento. Aqui as coisas são mais acessíveis, a estrada é boa o ônibus escolar vem busca os filhos na porta nunca na vida tinha visto isso, no Paraguai era tudo pago, se não tivesse dinheiro pra pagar ia a pé. Pra nos o assentamento foi muito bom, estamos mexendo com umas vaquinhas, estamos organizando o lote. Aqui é bom pra viver, um lugar sossegado, temos vizinhos bons, perto da cidade. Tem hora que penso que nós nem merece um pedaço de terra desses, porque a terra é muito boa. Aqui era pouco destocado, mais eucalipto, agora deixamos uma reserva do nosso jeito.

<sup>80</sup> O sentido aqui expressado procura fazer referência ao processo de acampamento onde nada são flores, todas as famílias que chegam são inseridas nas tarefas, nenhuma está alheia ao processo da luta. Assim cada qual com sua atribuição na organização da comunidade, além disso, tem as guardas e rondas pelo interior do acampamento diárias e noturnas, com controle de entradas e saídas. É um espaço não “conquistado” ainda, por mais que soa contraditório a luta, existe um “dono” daquele espaço. As famílias nestes vivem sem água encanada, tem em vista que em geral os acampamentos são de difícil acesso, não há energia elétrica, por estar num espaço irregular. A produção que se planta nem sempre se colhe em detrimento aos despejos e funções climáticas, entre outros fatores.

<sup>81</sup> Entrevista concedida a Cleide Aparecida Ferreira em 21.09.2017

Só temos a agradecer ao MST, que pra nós mesmo é tudo porque se não fosse ele nós não conseguia um pedacinho de terra desses.

Deste modo se compreende que o esforço coletivo faz toda diferença no movimento da luta, em especial quando as realidades e buscas são comuns. Todos perpassam um árduo processo onde se envolvem todos os membros da coletividade, inclusive as crianças e os idosos. Deste modo o espaço em que serão inseridos não poderá ser de qualquer maneira, mas, sobretudo precisa constituir-se num ambiente profícuo a vida, bem como a reprodução desta. Deste modo essa conquista é mais que merecida, e trata-se de um retorno a terra, cuja finalidade visa não somente à produção de subsistência, mas incluso alimentação limpa, sem uso de substâncias nocivas a vida, a cultura e o saber. Nas palavras de D'Aquino, (1996), percebe-se que no assentamento

(...) A terra é vista como patrimônio de família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. São categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, o trabalho, a família e a liberdade. Pode – se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado, nas quais as três categorias estão separadas (D'Aquino, 1996:21).

Com base nos elementos apresentados se verifica que a partir de seu retorno à terra possibilitado por sua luta como Sem Terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para as práticas.

A conquista da terra valeu muito a pena pelo sofrimento que a gente passou. Os despejos já são sofridos, e o pouco que se tem é destruído (...) estamos num local onde muitos gostariam de estar. A importância da luta, Sem Terra, e acima de qualquer obstáculo, não desistir nunca por mais que demore. Não lutamos só pela terra, mas saúde, educação (...). Tem que ter várias coisas juntas pra ter resistência. A briga hoje é por tudo isso pra família ter espaço de saudável de vivência. Hoje por falta de recurso somos forçados ao trabalho fora, quando o certo era investi e sobrevive da terra. O MST foi/é muito importante para nossa família, assim como às demais famílias, acredito, pois além da terra, teve acesso ao estudo. Nossos filhos não teriam oportunidade de fazer faculdade se não fosse por essa luta. Até o momento fizemos uma casinha melhorada, no assentamento. Não tratou somente de não querere fica na cidade, por mais que fosse sofrido não queríamos voltar pra cidade, não queria morar mais na terra dos outros (Artemio e Neide. V.M - 27/09/2017).

Assim terra e família se tornam elementos centrais para pensarmos os desdobramentos destas lutas e o sonho da conquista da terra, pois:

(...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles crêem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo,



sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico (Simonetti,1999.70-71).

Como isso se percebe que o assentamento não é somente lugar de reprodução da vida, mas também o lugar da realização da vida. É a expressão concreta da territorialização do Movimento de luta pela terra. Nas palavras de Bernardo Mançano Fernandes é possível compreender a dimensão de um assentamento e sua intencionalidade

Em 1992, a FAO - Órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - apresentou o relatório de uma pesquisa nacional a respeito da realidade econômica dos assentamentos, em que demonstrava a sustentabilidade das experiências dos assentados na consolidação da agricultura camponesa. A luta pela reforma agrária tinha uma nova amplitude: construir um outro modelo de desenvolvimento para a agropecuária. Durante séculos, o desenvolvimento do campo esteve referenciado nos padrões do latifúndio e da agricultura capitalista. Agora será preciso pensar um modelo para a agricultura familiar, em que o campesinato seja o principal protagonista (FERNANDES, 2001:07).

Quando o Movimento da luta for capaz de combinar a cultura do direito 'a escola com a cultura do dever de estudar, e estudo neste sentido mais amplo de que aqui se trata, os sujeitos que vão sendo formados neste Movimento passam a discutir algo mais importante do que ter ou não ter escola; passam a discutir também sobre que escola querem ou precisam. O povo Sem Terra costuma do seu jeito; “queremos que nossos filhos aprendam na escola algumas coisas que nós tivemos que aprender fora dela, e muito mais tarde e fora de lógica. Uma destas coisas sobre quais são os nossos direitos e que precisamos nos organizar e lutar por eles” (EI, 2007:08).

É verdade que os Sem Terrinha de hoje, podem aprender lições de organização e de luta nas próprias vivências cotidianas, junto com suas famílias no Movimento, mas também é verdade que a escola pode ajudar a refletir sobre estas vivências, tornando-as um aprendizado consciente, e acrescentado a elas outras experiências, e também saberes importantes produzidos na história da humanidade<sup>82</sup>.

Conforme percepção e análise compreende-se que a conquista, ou diria retorno a terra dessas famílias, tão marcadas pelos processos de desposseção e “deslocamentos forçados”, num contexto de desenvolvimento desigual, tem significado que não se explica, nas palavras destes. O fato de muitas vezes precisar “reaprender” as lidas do campo (roça), retomar características fundamentais neste aspecto, de cuidados com os

---

<sup>82</sup> Parágrafo descrito com base no documento que integra “Avaliação Anual da Escola” (interno, criado em 2007), descrito a partir das ideias de Caldart. EI, 2007:08

micro-organismos componentes do solo e da vida em seu entorno, são processos de aprendizagens que não se pode descuidar, em particular na produção do âmbito da agricultura familiar. Pois na atualidade as condições da terra não são as mesmas de 20 a 30 anos, em função dos mecanismos de uso, proporcionaram um ambiente embora favorável, porém com certas necessidades, dadas as circunstâncias em que se pretende produzir<sup>83</sup>.

O público envolvido tem nítida compreensão que a conquista da terra foi um passo importante na busca por mudanças nas nuances sociais, todavia entendem que somente a terra não basta, sem as devidas condições de subsistência e de permanência. Para as famílias um dos grandes desafios da atualidade consiste em livrar-se dos enlacedes capitalistas<sup>84</sup> e investir na parcela familiar, utilizando-se dos recursos naturais, para melhor administrá-la. Saber trabalhá-la, aprender com ela e seu tempo, a fim de evitar seu desgaste biológico, com isso visar à preservação da qualidade (manuseio, armazenagem e destino) das sementes torna-se indispensável neste período histórico. O que grande parte dos assentados almeja consiste em investir de fato na “propriedade” familiar, num ramo diversificado de produtos e dela usufruírem não só das condições básicas de subsistência, mas para além desta condição, garantia de vida digna e permanência na terra.

---

<sup>83</sup> Sem fazer uso de quaisquer defensivos agrícolas, inclusive evitar a utilização das sementes convencionais ou geneticamente modificadas. Para isso se investe no aproveitamento daquilo que a natureza oferece (cobertura/adubação verde, biomassa, dejetos dos animais) e na preservação das sementes (trocas entre as famílias, dos acampamentos/assentamentos da região), não somente no ramo vegetal, mas também animal ao optar pelo cruzamento de espécies/raças ditas caipiras/crioulas, de aves, suínos, caprinos, bovinos, muare etc.

<sup>84</sup> O sentido atribuído à colocação, enlacedes capitalistas consiste em; deixar a dependência do mercado, por mais que seja em grau menor. O fato do mercado “ditar as regras”, dizer ao produtor o que produzir e como produzir. Deste modo algumas espécies de sementes estão cada vez mais raras, uma vez que “não convém ao mercado produzir”, pois “não gera lucro”. Neste aspecto ser autossustentável, autônomo na produção de comida sem veneno e boas práticas de cultivo, consiste num desafio a estas famílias se observarmos e levarmos em consideração o espaço em que ocupam; o cerco em volta consiste em largas extensões de produção de monoculturas com a utilização de alta tecnologia. Outro fator está diretamente ligado à mão de obra, pois como é sabido, não acessaram nenhuma forma de recurso para estruturação na terra, com isso por mais que seja contra a vontade própria, existem demandas no momento que os “obriga” a fazer. Desta forma em alguns períodos precisam sujeitar-se a trabalhar de diarista, boia-fria. Reconhecem que esse modo de vida vai contra princípios próprios, por isso sonham com o dia em que não precisaram mais sujeitar-se.

## CAPITULO - III

### 4. 3 PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA (MST) - ENSAIO

A escola é um local de luta, a arena em que se defrontam forças contraditórias...[...] a luta pela escola nunca pode ser separada das lutas sociais no seu conjunto, da luta de classes [...] (SNYDERS, 2005, p. 102 e 103)

O MST tem como referência uma teoria crítica da educação, que tem como projeto a superação da educação de base liberal e a superação desta sociedade. Defende a formação omnilateral dos seres humanos, social e coletiva, com base na autogestão e auto-organização dos sujeitos envolvidos. Assim, discorrer sobre o processo de educação no MST é falar da vida das pessoas que vivem nos espaços de ocupações em situação de itinerância nos acampamentos a assentamentos dos MST. Nos vários momentos da luta a educação se faz presente. Todavia cabe a ressalva de que a educação no interior dos acampamentos configura-se de contornos que extrapolam a dimensão do espaço escolar<sup>85</sup>.

Neste sentido se constata que uma característica importante do MST desde seu início que para além da busca da terra, mas também preocupação com a instrução do público que o compõe. Pois aprendeu que “Sem estudo não vamos a lugar algum.”<sup>86</sup>, sobre João Pedro Stédile, (1998)<sup>87</sup>, afirma que “Na nossa militância existe disseminada uma vontade generalizada de estudar. As palavras de ordem” sempre é tempo de aprender” e “todos Sem Terra na escola” já representam um verdadeiro objetivo!”(CALDART, 2000, p.143). No mesmo processo de luta pela terra, a luta pela educação foi uma das bandeiras do MST. Por compreender que a educação é um direito garantido por lei, contudo não é somente isso, mas ela forja o ser humano e sua capacidade de criar e inovar faz com que a educação seja uma importante bandeira de luta. O Art. 205 da Constituição Federal define “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”(BRASIL,2000:101).

As primeiras experiências de criar escolas em acampamentos aconteceram antes mesmo da criação oficial do MST, em 1984, pois em 1982, segundo Camini (2009), na

---

<sup>85</sup> Ver mais em CALDART, Roseli Salet. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola (2000.)

<sup>86</sup> CALDART, 2000: 137

<sup>87</sup> CALDART, 2000: 143

Encruzilhada Natalino, um acampamento à beira da estrada, com 600 famílias vai se efetivar a primeira experiência de escola em acampamento no Brasil. Onde se construiu a primeira escola em acampamento, que foi legalizada em abril de 1984, no Assentamento Nova Ronda Alta/RS. O Estado do Rio Grande do Sul, portanto é pioneiro na experiência de Itinerância, a partir de 1996, com esta terminologia e vai servir de inspiração à outras experiências, no Paraná por exemplo.

O debate político sobre as condições em torno da educação das mulheres, homens, crianças e adolescentes (sujeitos) que vivem no/do campo surge num contexto recente na historiografia e, por conseguinte têm colocado em pauta a reflexão acerca das concepções que norteiam as distintas práticas e experiências no processo de ensino-aprendizagem desenvolvidas nestes espaços. Dessa maneira se pode considerar que, até meados dos anos de 1980, com a entrada dos Movimentos populares<sup>88</sup> no cenário nacional a educação desses povos era pautada no âmbito que envolvia a chamada “Educação Rural”.

Nesse período vão surgir novas compreensões a respeito da educação dos povos camponeses e seus significados. Assim com a compreensão do modo de vida e significado do campo aos camponeses, serão elaboradas práticas diferenciadas, em conformidade com a vivência desses sujeitos, provocando novo olhar sobre a relação de ensinar e aprender nesse espaço.

No decorrer deste contexto oriundo de processos anteriores, ao tratar-se de aspectos sobre as condições da escola alguns autores vão cogitar para a instauração de uma “crise da escola”. Todavia numa recusa ao conceito, Canário (2005, p. 61) faz a opção por trabalhar com a ideia de mutação, por entender que o discurso sobre a “crise” da escola exprime, em verdade, “uma crise do modo de pensar a escola”. Nesse sentido, o conceito de mutação pretende significar que “a escola de hoje não é a do princípio do século nem sequer a escola da “reprodução” descrita por Bourdieu<sup>89</sup>. A escola sofreu

---

<sup>88</sup> Entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento Eclesial de Base (MEB). Informações obtidas através das reuniões e processos de formação do Movimento.

<sup>89</sup> [...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (BOURDIEU, 2007, p.311) BOURDIEU, Pierre.1930-2002. A economia das trocas simbólicas/Pierre Bourdieu: Introdução, organização e seleção, Sergio Miceli, - São Paulo: 6. Ed. 1 reimpressão. Perspectiva, 2007.

mutações que engendram as contradições estruturais e os paradoxos em que hoje se move”. (CANÁRIO, 2005: 61). Adiante, o autor enfatiza, ser necessário compreender que “[...] esta “crise” não corresponde à crise de uma escola ‘intemporal’, que permaneceria idêntica à sua configuração fundadora, mas, sim, a uma escola que ganhou configuração específica a partir dos anos 60”.

Conforme apresenta Canário (2005: 59), sobre a crise na escola, argumenta que, tal “crise” diz respeito a uma crise de “legitimidade”, um descrédito em relação à escola enquanto promotora de equalização e democratização social. Adverso da análise apontada por Canário (2005) há estudos que assinalam que a escola permanece estática, alheia às mudanças históricas da sociedade e assim segue rumo à alteração no seu sentido, situação que leva Brandão (2002: 11) a afirmar que “[...] a educação que aí está existe fora de tempo e de lugar; está defasada e não corresponde, há muito tempo, aos modelos de vida dos mundos sociais da atualidade”. Assim, pode analisar e levantar elementos que permitam refletir se de fato a escola tem, realmente, acompanhado o movimento da sociedade e se houve transformação ao vivenciar um processo de mutação.

Assim a luta por uma educação escolar capaz de compreender e acompanhar o Movimento da concretude da luta era (permanece com essa necessidade) necessária. Com a realização de diversas mobilizações desses movimentos, em especial organizações sociais como MST, vinculadas aos interesses dos camponeses, o debate repercute. Assim a partir desse momento, vão surgir novas discussões em defesa de uma “Educação do Campo”. Com base nesse entendimento, a escola orientada pelo paradigma da educação rural direciona o ensino para a vida urbana e nesse sentido dá margem a ações nas quais:

A constituição de núcleos escolares para as populações camponesas nos perímetros urbanos, locais onde em geral estão concentrados os bolsões de pobreza das cidades, associada à organização de um sistema de transporte de estudantes da zona rural para esses núcleos, revela a ideia subjacente a essas políticas de que as crianças e adolescentes do campo possuem os mesmos interesses, motivações e necessidades daqueles que vivem nas áreas urbanas

---

[...] e as violências mais ou menos importantes que, continuamente, têm tido como objetivo os estabelecimentos escolares mais deserdados, nada mais são que a manifestação visível dos efeitos permanentes das contradições da instituição escolar e da violência de uma espécie absolutamente nova que a escola pratica sobre aqueles que não são feitos para ela. Como sempre, a Escola exclui: mas a partir de agora, exclui de maneira contínua (...) e mantém em seu seio aqueles que exclui, contentando-se em relegá-los para os ramos mais ou menos desvalorizados. (BOURDIEU, 1998, p.224)

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

e que devem ser educados para uma futura vida na cidade. (HENRIQUES et al., 2007: 13).

O trabalho pedagógico é voltado para a educação do campo, trabalhando conteúdos curriculares, metodologias e com organização escolar própria, adequando-se à natureza do trabalho camponês, conforme Art. 28, itens I, II e III da LDB, estabelecendo:

Art. 28 – Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação a natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A partir desta movimentação a educação do campo adquire novos contornos, especialmente com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei, nº 9.394/96, a qual aponta para conquistas dos trabalhadores, no que tange à concepção de educação do campo. Em seguida integra-se ao conjunto o parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação que aprovam as “Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo”, significando mais um passo importante na conquista da população do campo.

Para Arroyo (2004), a forma escolar organizada pelo estado, pelos órgãos públicos nacionais, ainda prioriza a educação das elites sociais e do meio urbano, deste modo o campo, a terra, as escolas do campo, não são incorporados nesta ótica e nem nas pesquisas nem na formulação de políticas e currículos. Portanto, a luta pelo direito a educação precisa estar alicerçada a um propósito maior. No MST a luta pela educação do/no campo, tem início junto com a luta pela terra associada à ideia de que somente poderá ocorrer transformação efetiva se houver educação. Onde um povo culto, não alienado é capaz de interpretar seus direitos sociais e exigir que estes sejam cumpridos, Arroyo (2004), salienta que: “A educação está intimamente vinculada à consolidação de cultura política pública, a cultura da igualdade, do direito à terra, ao conhecimento, ao trabalho, do direito de todos a sermos humanos, a vivermos como humanos”. (ARROYO, 2004:13).

Ao pensar o campo da educação no Movimento, uma das situações que se espera é de que o Estado cumpra com sua função no repasse de recurso necessário, e que os trabalhadores que compõe o Movimento direcionem as linhas políticas, todavia aí se

pauta numa questão contraditória, pois o mantenedor da escola itinerante é o Estado. Ao financiar, mesmo que insuficientemente, impõe a mesma seus regulamentos, seus processos. Diante disso situações específicas do contexto da luta tendem a perder-se ou deixar de fazer sentido, sem a intervenção e participação dos trabalhadores. Ao transitar pelo campo da história e com isso a educação do trabalhadores se percebe que Marx tece sérias críticas ao Programa de Gotha<sup>90</sup>. Marx em forma de carta direcionada aos dirigentes, sua oposição devia-se não à fusão dos partidos quanto a isso era da opinião de que “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dezena de programas”, mas ao estatismo exacerbado que ganhara espaço nas diretrizes do novo partido. Segundo ele, as cooperativas “só têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses”. Assim segundo Leher<sup>91</sup>

Marx compreende que os trabalhadores não devem confiar ao Estado a educação das crianças e jovens das classes trabalhadoras. Como disse Marx, na Crítica ao Programa de Gotha, conceber o Estado como educador é o mesmo que atribuir aos setores dominantes a educação dos trabalhadores. Marx trabalha aqui uma tensão fundamental: a escola deve ser pública, mantida a expensas do Estado, mas a educação deve ser confiada aos educadores e aos conselhos, como ocorrera na Comuna de Paris, assegurando a autonomia dos educadores frente ao Estado particularista (LEHER (s/d, p.2).

Assim compreende-se que ao pensar a educação no MST vinculada ao processo de ensino, aprendizagem que pudesse contribuir e responder aos anseios dos trabalhadores, mas também pensado e realizado por estes, o Movimento procura compreender o caminho percorrido por aqueles que o fizeram anteriormente, para isso a

---

<sup>90</sup> Foi elaborado para ser apresentado no Congresso de 22 a 27 de Maio de 1875 em Gotha, quando então se reuniram as duas organizações operárias alemãs ao tempo existentes: o Partido Operário Social Democrata (os eisenachianos) dirigidos por Liebknecht e Bebel e a União Geral dos Operários Alemães, organização lassaliana acaudilhada por Hasenclever e Tölcke, para formar uma organização única, o Partido Socialista Operário da Alemanha. Marx e Engels viam o projeto do Programa do futuro Partido operário unificado da Alemanha pejado de erros graves e de concessões aos princípios lassallianos. O Programa foi objeto de uma crítica rigorosa por parte de Marx em 1875. Esta é sem dúvida em vigorosa tomada de posição perante os recuos a princípios liberais do Programa. Em estilo contundente que lhe é característica, Marx formulou nele e conforme Lênin “todas as teses sobre as questões fundamentais da teoria do comunismo científico”, nele encontramos contribuições para a teoria sobre o Estado segundo o materialismo histórico-dialético. MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. 1875. Disponível em [www.virtualbooks.com.br](http://www.virtualbooks.com.br). Acesso em 03 out. 2017. Ver também obra pela ed. Boitempo. São Paulo, 2014, disponível: [https://www.estantevirtual.com.br/b/karl-marx/critica-do-programa-de gotha/ 267920 10 37](https://www.estantevirtual.com.br/b/karl-marx/critica-do-programa-de-gotha/). Ou, MARX, Karl, Engels, Friedrich. Critique des programmes de Gotha et d Erfurt Éditions Sociales. Paris, 1996, ver cap. IV: 109-124

<sup>91</sup> LEHER, Roberto. Educação popular e luta de classes: um tema do século XXI. s/d. (mimeo)

pedagogia socialista será de grande valia<sup>92</sup>. Na antiga URSS no período pós-revolução no período da pós-revolução Shulgin, Pistrak, Makarenko, Krupskaja e Lênin que reformularam o processo educacional soviético e desenvolveram os Complexos Temáticos. No Brasil, Luiz Carlos de Freitas, Roseli S. Caldart e Marlene L. S. Sapelli contribuíram significativamente na reelaboração do currículo das escolas do MST, onde fundamentaram a proposta da escola por Complexos de Estudos, qual é trabalhado na escola desde 2012.

A revolução de outubro (1917 – Rússia), segundo Hobsbawm<sup>93</sup>, caracterizou-se como o mais significativo acontecimento histórico do século XX, orientou a criação do sistema de ensino nas repúblicas socialistas, para além do lema da revolução burguesa: ensino público, gratuito, universal e leigo. Assim

A bandeira da revolução proletária de outubro exigia a criação da escola única, resultado da abolição da propriedade privada, e ao mesmo tempo, ferramenta auxiliar para o fim das classes sociais. A educação socialista deveria formar homens e mulheres trabalhadores e cultos. Os antigos explorados deveriam ser reeducados para assumir o comando da sociedade (LEUDEMANN, 2002:12).

Deste modo percebemos que somente será possível a transformação da sociedade com a formação plena dos sujeitos que a compõe, não somente para o mercado de trabalho, mas para as relações sociais como um todo. O intuito do trabalho não está em levantar ou responder as indagações a cerca do contexto atual no que tange a Educação do Campo<sup>94</sup>

#### 4. 3.1 A Escola Itinerante – desafios da luta na busca pelo conhecimento

ESCOLA ITINERANTE: chegou para ficar, lutando pela terra e o direito de estudar! (Palavra de ordem construída coletivamente no início da E.I, Acampamento Dorcelina Folador, 2003.)

<sup>92</sup> Ver Viktor N. Shulgin, Pistrak, Anton S. Makarenko, Nadeshda Krupskaja, Anatoli V. Lunatcharski, Lenin entre outros.

<sup>93</sup> Ver Hobsbawm, 2013

<sup>94</sup> Sobre o assunto ver os cadernos da Educação no MST. Coleção Por Uma Educação do Campo, Cadernos da EI, CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola. Petrópolis, RJ. Vozes: 2000, CALDART, Roseli Salette. KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo. Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Nº 4, 2002, CALDART, Roseli Salette. Escola em Movimento no Instituto de Educação Josué de Castro/ Roseli Salette Caldart...[et al.]. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013. SECAD. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília DF, 2007. MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, Paulo Freire, Autores da Pedagogia socialista, entre outros.



Desde a constituição dos primeiros acampamentos, anterior ao MST, (sem denominação Sem Terra), por mais simples que fosse a escola se fez presente, em função da necessidade da escolarização, formação humana e apropriação dos conceitos adquiridos historicamente. As famílias queriam que seus filhos estudassem e entendessem a causa que eles defendem. “Naquele momento, a preocupação nem era com a escolarização em si, mas propiciar que eles compreendessem o porquê da luta pela terra, da ocupação, e as necessidades de se fazer esse movimento”<sup>95</sup>. A Escola Itinerante é a Escola dos Sem Terra, a Escola dos Acampamentos de famílias Sem Terra. A expressão marcante dela é estar em movimento, no Movimento da luta com as famílias. A Escola do Movimento antes de ser Itinerante era Escola conhecida como do Acampamento, chegou até ser sugerida Escola Ambulante construída num ônibus. Passam a usar o termo e não mais Escola do Acampamento. Por entender que Itinerante era mais do que “escola do acampamento”, por que ela poderia acompanhar a massa, ir de encontro as suas necessidades.

O conceito de Itinerância pressupõe; a partir de sua instituição no interior do acampamento, acompanhar o processo de luta pela terra no acampamento e demais território onde estiverem seus sujeitos. Em curtas palavras garantir a formação e transformação da realidade no decurso do itinerário das famílias. Estar num espaço permanente de acordo com a realidade e necessidade do lugar, deslocando-se sempre que necessitar, assim como ser Itinerante pedagogicamente dentro do Acampamento para entender a realidade para entender a realidade dentro deste.<sup>96</sup>

José Martí<sup>97</sup> descreve como era para ser a educação Cubana no período da revolução. Fala que para alfabetizar os trabalhadores, eles não deveriam se deslocar, mas o educador deveria ser itinerante e acompanhar o itinerário de seu educando. Com isso cabe o conceito de Itinerante e cria uma simpatia, expandindo – se rapidamente. Veio responder e dar identidade a escola almejada nas condições da luta. Era necessário criar uma escola que se adaptasse conforme o movimento da luta.

---

<sup>95</sup> Conta Valter Leite, membro do setor de educação do MST PR, a Revista Sentido. Disponível em <http://revistasentido.com/quando-a-educacao-derruba-barreiras/> acesso em 10/10/2017.

<sup>96</sup> Parágrafo construído conforme análises de materiais (mineos) da escola e processos de formação.

<sup>97</sup> José Martí - Maestros Ambulantes <http://www.biblioteca.org.ar/libros/1139.pdf>. Ver mais em Martí, Vida e Obra, 1995, pp.20-35

A lei que regulamenta a Escola Itinerante nas ocupações do MST, é a LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 5.692/71. O primeiro Estado a aprovar as Escolas Itinerantes é o Rio Grande do Sul. Aprovada e reconhecida oficialmente em 19 de novembro de 1996, com o nome de 'Experiência Pedagógica'. Esse projeto ainda foi com base na lei de 1971 porque a LDB 9394/96 ainda estava em processo de tramitação, sendo aprovado em Dezembro do mesmo ano.

Conforme o Caderno da Escola Itinerante nº 01 (2008), no Paraná, um marco na luta pela legalização da escola foi uma experiência realizada no acampamento instalado em frente ao Palácio do Iguazu em junho de 1999, organizou-se uma escola que funcionou por 14 dias, essa experiência foi batizada como Escola Itinerante, em referência as Escolas Itinerantes do Rio Grande do Sul.

Quando se afirma “que a escola deve estar onde o povo está!” ou ainda “que ela existe porque existem povos itinerantes” é porque ela tem essas características e especificidades. Entendemos a Constituição Federal da seguridade a ela com base na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB (1996), nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica das Escolas do Campo (2002), conforme o artigo III

A educação infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamentos das crianças. Este direito está assegurado também no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL.2002).

Conforme CNE<sup>98</sup> no Art. 3º e 6º - “O Poder público deverá garantir a universalização do acesso da população do campo a Educação Básica e a Educação profissional de nível técnico, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, cabendo em especial ao Estado garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio, Educação Profissional de Nível Técnico”.

No início da década de 1.990 conforme massificação dos acampamentos a Escola Itinerante marca sua própria identidade, com características específicas a partir do movimento da luta, independente de quatro paredes. É a escola dos acampamentos, e conseqüentemente a escola dos Sem Terra, princípio da escola do campo que a partir

---

<sup>98</sup> Conselho Nacional de Educação - CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192)

das primeiras experiências começava a tornar-se uma possibilidade. Pois entende - se que “pensar a Reforma Agrária sem educação, no mínimo é pensa – lá de maneira pouco séria”. (Nina dirigente estadual MST/RS/2009). Assim para o MST a luta pela educação popular é justa e necessária, cumpre uma função fundamental no sentido de compreensão e análise da sociedade como um todo, pois,

Para que a reforma agrária cause impacto local e regional, é necessário que se opere uma profunda revolução no conhecimento e nos hábitos dos sujeitos que lutam pela reforma agrária e dos seus aliados. A educação atingirá primeiramente as áreas do conhecimento básico e avançara para o nível superior, mas se dará integrando com o meio ambiental, social, econômico e político. Educar-se- à para produzir, mas também para consumir alimentos e bens de uso e, para sentir através da arte, da literatura onde os sujeitos da ação passam ser os mesmos sujeitos da expressão verbal e não verbal (MST,CD,2009: 19).

Para o MST não há poder popular<sup>99</sup> sem educação e conscientização. Todavia somente a educação em si mesma não modifica a realidade, não transforma o mundo como nos orienta Paulo Freire, mas pode alterar a compreensão que os sujeitos sociais possuem a respeito dela, tornando-se, assim, elemento fundamental para o processo de transformação realidade. Como afirma Sánchez Vázquez (2007):

A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais efetivas (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 235-236).

No início do ano 2003 no Estado do Paraná o MST e Setor de Educação<sup>100</sup> do próprio Movimento, inicia a discussão sobre a necessidade da garantia de uma escola no acampamento que viesse de encontro ao processo de luta vivenciado nos acampamentos<sup>101</sup>. Com a possibilidade se intensifica o movimento e luta pela

<sup>99</sup> Poder popular, em sentido de força popular, de maneira que ao conquistar a terra para algumas famílias, compreendem assim que deste modo conquistam um pequeno espaço de poder que pertencia ao capital. Todavia não basta que esta conquista seja econômica, ela precisa se converter em força política, para assim avançar na busca e conquista de direitos.

<sup>100</sup> O MST e Setor de Educação do MST, não são processos separados. Com ressalva sobre o MST, com isso é importante compreender que Setor de Educação compreende uma das instâncias organizativas do MST. Logo, foi criado em função de uma necessidade do Movimento. Do mesmo modo existem outros setores saúde, formação, comunicação etc.

<sup>101</sup> Diante do proposto é importante o destaque, sobre a contribuição de Paulo Freire na compreensão sobre a escola almejada pelos trabalhadores naquele contexto, suas obras foram muito solicitadas.

legalização e aprovação da Escola Itinerante nos acampamentos, sendo a Escola Itinerante Chico Mendes<sup>102</sup> a primeira a ser inaugurada, seguida da Escola Itinerante Zumbi<sup>103</sup> dos Palmares no interior do Complexo Cajati<sup>104</sup>. Conforme Miguel Arroyo em uma fala aos educadores no Recife/PE em outubro de 2005, “o que deve nos preocupar, e o que nos deve espantar não é a Escola Itinerante. O que deve nos espantar, é que haja coletivos, imensos coletivos, que tenham que ser itinerantes porque lhes negaram o direito a terra” (MST, 2008: 71). A partir destas outras experiências e Escolas Itinerantes surgiram nos acampamentos. Essa escola, portanto, se propõe a trabalhar dentro da pedagogia do Movimento, tendo como base fundamental o ser humano, constituindo assim uma educação voltada para realidade do sujeito que vive no campo, trabalhando a realidade deste, mas saindo desta para uma realidade maior ampla e objetiva.

[...] a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada á sua cultura e as necessidades humanas e sociais. (CALDART, KOLLING, CERIOLI, 2002:26)

Lutar pela Escola num contexto de lutas e enfrentamentos constantes que é a ocupação de um latifúndio<sup>105</sup> e conseqüentemente o desafio da vida no interior dos acampamentos é com certeza resistir às regras postas pelo capital e pressionar as

<sup>102</sup> Informação sobre ambas as escolas, ver Caderno da Escola Itinerante nº 01 (2008). Situada naquele período no Acampamento José Abílio dos Santos no município de Quedas da Iguaçu/PR, a Escola Chico Mendes inaugurada em 30 de outubro de 2003, com 660 educandos e 43 educadores.

<sup>103</sup> No ano 2003 no acampamento continha aproximadamente 360 educandos. Desses 80 estavam fora da escola, às aulas que iniciaram em 10/11/2003 foram com esses, com um número de 28 educadores. Todavia com a inauguração todas as crianças de Educação Infantil ao 4º ano vão frequentar a Escola Itinerante. Obs: em se tratando dos educandos e educadores esse número variava constantemente em função da rotatividade das famílias e educadores.

<sup>104</sup> Trata-se do conjunto interligando diversas fazendas ligadas entre os familiares e parentes. Todos os acampamentos mencionados no resgate histórico da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares faz parte do Complexo Cajati e conseqüentemente do histórico da escola.

<sup>105</sup> Um latifúndio é uma propriedade agrícola de grande extensão pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração extensiva de seus recursos. A extensão necessária para se considerar uma propriedade como um latifúndio depende do contexto: enquanto na Europa o grande latifúndio pode ter algumas centenas de hectares, na América Latina, pode facilmente ultrapassar os 10 mil. Além da extensão, outras características do que é conhecido como latifúndio são: baixos rendimentos unitários, uso da terra abaixo do nível de exploração máxima e baixa capitalização. O latifúndio tem sido tradicionalmente uma fonte de instabilidade social, associada à existência de grandes massas de camponeses sem terra. Para resolver os problemas causados por grandes propriedades, já se tentou fórmulas diferenciadas, dependendo do tipo de governo: desde a mudança na estrutura da propriedade (reforma agrária), inclusive com expropriações, até a modernização da exploração agrícola (agricultura de mercado).<https://pt.wikipedia.org/wiki/Latif/10/10/2017>.

Secretarias de Educação para constituírem uma escola que respeite a vida dos acampados, organizada em ciclos de formação humana, sendo construída em conjunto com o MST.

A Escola Itinerante existe por haver uma contradição na sociedade, problema social de concentração dos meios de produção e do saber. O que garante a Escola Itinerante não são as políticas públicas. A EI é vulnerável à correlação de forças, depende da força popular. No momento em que pararmos de lutar de forma organizada, corremos o risco de a escola sofrer as consequências. Porém, precisamos ver legalmente como garantir que o poder público responda às necessidades da Escola Itinerante (MST, 2007, p. 5).

Para entender o momento de criação da Escola em 2003, segundo MST (2008:14), na época, havia uma relação bem “amistosa” entre Movimento Sem Terra e o atual governo do estado, Roberto Requião, que afirmava seu compromisso com o MST, manifestando-se favorável ao Projeto de Educação do Campo que vinha sendo discutido no Estado, o que possibilitava a criação da Escola Itinerante. Outro fator importante, naquele momento, foi à conquista da Coordenação da Educação do Campo dentro dos espaços da SEED, elemento que fortaleceu e ajudou a assegurar o processo interno que legalizou o projeto de Escola Itinerante. Iniciou-se assim em abril de 2003, a Jornada de Lutas. Até chegar ao Conselho Estadual de Educação, Órgão Público que o aprova em 08 de dezembro de 2003 sob o Parecer número 1012/03, o processo para a criação da Escola Itinerante, perpassou por vários setores internos na Secretaria de Estado da Educação. Para Alessandro Santos Mariano<sup>106</sup>:

O momento de implementação da Escola Itinerante no Paraná representava a transição do período de repressão do governo Lerner para uma administração menos repressiva com Roberto Requião. Ainda em 2003 já havia quatro Escolas Itinerantes organizadas nos acampamentos: 10 de Maio, Dorcelina Folador, José Abílio dos Santos e Antonio Tavares (MST, 2007:6).

Cabe enfatizar o sentido de trabalho realizado por essa escola, que vai iniciar no acampamento e continuar depois no assentamento. A E.I em sua essência vinculada aos desafios do cotidiano qual esta inserida, procura valorizar e trabalhar a partir das vivências e experiências dos sujeitos do campo. Sentido fundamental a sua construção permanente, pois a base para seu desenvolvimento são as experiências concretas da luta. Pois para FREIRE (1987) um dos precursores da pedagogia humanista,

---

<sup>106</sup> Alessandro mariano: no ano 2003 após concluir o Curso Normal de nível médio em Veranópolis/RS, (IEJC/ITERRA), veio com a tarefa de contribuir na implementação, formação e coordenação pedagógica da Primeira escola Itinerante da Brigada Teixeira.

nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua “promoção”. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção (FREIRE,1987:41).

Prossegue em sua reflexão, orientando-nos a cerca da compreensão de que

a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos. Distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na práxis, com a sua transformação; segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987:41).

No MST o processo da luta cotidiana é um aprendizado constante, de maneira que os sujeitos que dele participam apresentam compreensão acerca das questões inerentes a sociedade, seja no campo político, econômico ou social, pois a Educação acontece independente de quatro paredes, para além da escola. Ao contrastar elementos no que tange a relação de ensino aprendizagem na Escola dos Sem Terra<sup>107</sup>, se percebe que não necessariamente há necessidade de adentrar um estrutura que caracterize a escola, este espaço pode ser um barraco de família, a céu aberto, a sombra de uma árvore ou outro lugar confortável a todos de maneira que se sintam bem e participem, sem deixar à parte a relação com a vida ao entorno. Em Camini (2009) é possível compreender que

Mesmo sob uma lona preta, a ação pedagógica cresce intrínseca às contradições da sociedade capitalista. A oposição entre a sociedade capitalista e a força de crianças, jovens e adultos do MST objetivados a formar militantes que lutem por direitos expropriados como a terra negada, buscando constituir suas vidas em função dos interesses da classe trabalhadora do campo (CAMINI, 2009:38).

Com base na interação, se entende que a constituição de uma Escola com características específicas surge pela necessidade desses sujeitos tantas vezes invisibilizados na história, capaz de enfrentar tantas desigualdades e sobreviver a isso. Em Takau Júnior (2005) é possível compreender um pouco da importância do estudo para quem esta em Movimento

Apesar das condições estruturais e físicas estarem longe do ideal, seus integrantes não reclamam das dificuldades e procuram exaltar os benefícios dela. A EI cumpre, de maneira satisfatória, o seu papel de educar. Como exemplo, não há abandono escolar, pois se matricula uma criança ou

---

<sup>107</sup> A estrutura física da EI é uma criação histórica do original do Movimento Sem Terra, pois não se inspira em qualquer modelo que houvesse precedido a não ser os barracos/ moradias nos acampamentos.

adolescente assim que eles chegam ao acampamento. A criança só para de estudar ali se os pais saírem do acampamento (TAKAU JÚNIOR 2005:50).

Todavia esta Escola nas condições em que é forjada educa, mas principalmente ensina aqueles que dela fazem parte a problematizar questões latentes na atual sociedade, em especial situações de desigualdades extremas com as quais convivem as camadas pobres desprovidas de bens materiais.

#### 4. 3.2 A luta pela terra e o direito a Educação - Escola Itinerante Zumbi dos Palmares

Eu quero uma escola do campo/Que tenha a ver com a vida com a gente/Querida e organizada/ E conduzida coletivamente./Eu quero uma escola do campo/Que não enxerga apenas equações/Que tenha como chave mestra/O trabalho e os mutirões. /Eu quero uma escola do campo/Que não tenha cercas que não tenha muros/Onde iremos aprender/A sermos construtores do futuro./Eu quero uma escola do campo /Onde o saber não seja limitado/Que a gente possa ver o todo/E possa compreender os lados (Construtores do Futuro-Gilvan Santos).

O MST, como Movimento Social organizado luta por uma sociedade com maior humanização, onde o foco seja não somente o ser humano, mas o ambiente a sua volta, para assim se preservar a vida e almejar esperanças posteriores. Uma sociedade onde todos possam ter direitos, a terra, ao lazer, moradia digna e de qualidade, saúde e inclusive à educação<sup>108</sup>, valorizando e cultivando os saberes populares, construídos social e historicamente, éticos e morais, proporcionando a uma visão de mundo voltada para o contexto social em que vivem, assumindo a identidade do ser Sem Terra.

Sem Terra é mais que Sem Terra, exatamente porque é mais que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela identidade, uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica e uma cultura de luta e de constelação social. Há um processo de construção deste sujeito, que é a história da formação dos sem-terra brasileiro, em um recorte político e cultura diferenciada (CALDART, 2002: 129-130).

Em Caldart, percebemos que a formação dos sujeitos Sem Terra, ocorre não somente na escola, mas para além dela, nos diversos movimentos organizativos do MST, nas marchas, mobilizações, congressos, cursos de formação e encontros de formação interno e externo além da luta cotidiana, em suma aquilo que o contexto da luta de classe exige. Todavia, vale ressaltar que a escola e educação compõe um dos elementos fundamentais que se somam a esse processo organizativo, pois ela tem um

---

<sup>108</sup> Abarcando esse entendimento eis um lema importante do MST: “Movimento Sem Terra: com Escola Terra e Dignidade”. Esta constatação leva a perceber que a luta vai além da busca pela terra.

valor importantíssimo na formação do sujeito, é nela que acontece a educação formal onde se busca a “socialização” dos conhecimentos científicos, herança humana. E é neste processo de apropriação do conhecimento na interface com as contradições societárias que enriquece a possibilidade das pessoas se descobrirem enquanto classe, e chegam a conhecer este “descobrimento” como “consciência de classe<sup>109</sup>”.

Ao tratar-se de Cascavel, com base nas ponderações daqueles que ergueram os primeiros alicerces desta escola, dizem que uma grande preocupação, no ano 2003, era sobre o número expressivo de adultos não alfabetizados<sup>110</sup> ou que tinham interesse em seguir com seus estudos, além das crianças com idade escolar fora da escola. Assim a partir de iniciar a formação de educadores no interior do próprio acampamento, formação externa, reuniões da comunidade acampada para discutir a proposta política e pedagógica, dentro da concepção de escola do MST. Com essas e outras problemáticas uma equipe de trabalho do setor de educação do MST<sup>111</sup>, deslocou-se até o acampamento, onde nesse momento foram realizadas reuniões com a coordenação, direção e brigadas, levantando problemáticas e possibilidades.

Em assembleia a Escola Itinerante teve aprovação por unanimidade, passando a atuar existir de fato dentro do acampamento. Nesse sentido aflora-se o debate sobre a Escola Itinerante a partir do 1º curso de formação dos educadores/as das Escolas Itinerantes, que aconteceu entre os dias 29/09 a 02/10 de 2003, em Quedas do Iguaçu, no Acampamento Dez de Maio. Esse evento não contou com recursos públicos, tendo em vista que a escola não estava legalizada no Estado do PR. Contudo no acampamento trabalho e estudo com os candidatos a educar os Sem Terrinhas, havia iniciado há algum tempo. Foram discutidos e apresentados ‘a direção os nome dos possíveis educadores/as<sup>112</sup>, sendo esses que foram para a formação e outros que viriam se somar posteriormente. Neste curso discutiu-se o como organizar a escola, o método curricular a ser trabalhado e o significado da mesma as famílias Sem Terra.

São considerados educadores/as na EI todas as pessoas que desenvolvem tarefas ou funções que dizem respeito ao processo educativo das crianças acampadas. São homens e mulheres, geralmente muito jovens, oriundos dos vários lugares do estado, que em busca de terra, vida, educação e dignidade

---

<sup>109</sup> Conceito de Thompson

<sup>110</sup> Ver figura V do anexo.

<sup>111</sup> Comporam a equipe Maria Isabel Grein, Simone Resende...

<sup>112</sup> Os educadores iniciantes do processo trabalharam sem remuneração financeira no período de novembro de 2003 a maio de 2004, enquanto a Escola Itinerante não tinham convênio firmado com a Secretaria de Educação de Estado-SEED, para pagamento de educadores. (MST, 2008: 57)



juntam-se com os demais agricultores Sem Terra para lutar pela Reforma Agrária. Alguns poucos já cursaram o Ensino Médio. A maioria tem cursado o Ensino Fundamental (MST, 2001: 70)

Essa movimentação e efervescência de público nos acampamentos serviu para agilizar o processo de aprovação do projeto, fato vivenciado em dezembro do mesmo ano. Todavia com ressalva “aprovação por dois anos de experiência”, depois com base nos resultados esse se prolongaria. Nesse período o acampamento contava com um número grande de famílias e no estado, tendo um número bastante elevado de famílias acampadas e com elas muitas crianças fora da escola. Como é sabido desde o início o MST tem preocupação com a formação dos seus sujeitos, porém nestes últimos anos tem posto a educação como um dos principais pontos de negociação, ou seja, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. E uma das conquistas mais recentes do MST é implementação das Escolas Itinerantes em vários Estados, e esta tem como um dos objetivos estabelecer um vínculo estreito com a comunidade. Pois

a comunidade precisa conquistar um espaço e contribuir com o processo pedagógico da Escola através das lideranças, das equipes e dos setores do MST, passem a acompanhar o funcionamento da Escola da participação nas instâncias e em seminários ou plenárias, onde possam avaliar, refletir e apontar os rumos do processo de ensino e aprendizagem e da proposta política e pedagógica que ali se desenvolve. Os membros da escola também podem ajudar como voluntários (MST, 2005:210).

A construção da Escola num espaço conflituoso se deu em especial pela falta de vagas nas escolas dos Distritos de Rio do Salto e São Salvador, Município de Cascavel, o transporte escolar não comportava um número tão grande de estudantes, tendo em vista que naquele período havia em torno de mil e duzentas famílias acampadas, e principalmente por muitas crianças serem discriminadas nas escolas da cidade, por ser Sem Terra, cheirar fumaça, entre outros fatores. Conforme análise de Fogaça (2006)

[...] o impacto de uma política itinerante, é que construímos uma escola que se desloca para onde o povo está, por isso não trabalha na perspectiva de esperar que os educandos fiquem sem escola porque não conseguem chegar até ela. O trânsito da Escola Itinerante permite um deslocamento e encontro do saber sistematizado com o saber vivido. Linguagens que se cruzam e transformam, a escola que foi criada para alguns, em uma escola para todos (FOGAÇA, 2006, p. 73).

Como é uma Escola sujeita às mudanças constantes e por ser de lona preta, taquara, ou esteiras, com essas condições não poderia comportar a documentação, assim

teve uma base oficial, responsável pela documentação e algumas funções pedagógicas. A Escola Base<sup>113</sup> ficou a cargo do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak<sup>114</sup>.

Desde as primeiras experiências e estudos para se pensar a Escola, se percebe que como toda experiência nova, são muitos os desafios em especial num território de luta e resistência como é o acampamento. Conforme fala da educadora pode-se entender que no acampamento:<sup>115</sup>

Os primeiros passos foram de grandes aprendizados, mas de muitas dificuldades desde a pouca formação dos educadores atuantes, já que eram em sua maioria jovens, porém muito aspirantes, com muita garra e força de vontade, assim como a falta de merenda, material pedagógico até mesmo um espaço apropriado para a realização das atividades pedagógicas. Muitos eram os momentos de formação no acampamento com estudo político e preparação de atividades a serem trabalhadas. Era preciso planejar com cuidado e fazer as coisas com responsabilidade sempre, pois além do compromisso com a pedagogia socialista, mas também pelo fato de alguns comentarem e acreditar que a escola era “de brincadeira/ de mentira”. Pois na concepção de muitos e era o que viam na sociedade, boas estruturas, o molde predial das escolas tradicionais alinhados e isso nossa organização não tinha pra oferecer.

Numa ocupação o público é diverso com visões e opiniões divergentes, por essas razões nem todos se identificaram com a escola inicialmente, se negando inclusive a por seus filhos na escola do acampamento, alegando a não formação no ângulo acadêmico dos educadores. Com isso torna – se muito difícil fazer um trabalho, que diga o contrário, nesse tempo alguns educadores sentiram – se impotentes. Nesse período inicial constantemente era preciso dar explicação pública referente à legalidade da Escola Itinerante. Não havia reconhecimento das declarações fornecidas para fins cadastrais/recadastrais ou documentais como bolsa família, títulos eleitorais e outros. Pessoas afirmavam que nos departamentos oficiais a escola não existia. Agora podemos, imaginar, como essas pessoas que saíam e perdiam a viagem, na cidade se sentiam. De

---

<sup>113</sup> Escola Referência, localizada no Assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul articulado com o Núcleo Regional de Educação de Cascavel. É responsável pela documentação da escola, de outras Escolas Itinerantes, portanto mantenedora.

<sup>114</sup> O nome Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, homenagem a militante e educadora do MST do Paraná, que morreu em um acidente de ônibus no mês de novembro de 1997, quando ainda era estudante.

<sup>115</sup> Os três parágrafos seguintes foram descritos com base no testemunho de uma das educadoras atuante do processo inicial de construção da Escola Itinerante, no acampamento Dorcelina Folador. 05/08/2017.

fato muito mal, desacreditando de tudo, o dialogo tornava – se limitado. Todavia mesmo em meio a tantos limites, a união do coletivo, fazia toda a diferença, nos reuníamos frequentemente para estudos, avaliação, planejamentos e entre esses, as rodas de conversas e trocas de experiências.

A essa altura a escola (barracão provisório) estava sendo construída e a pelos membros da comunidade. Muitas pessoas estavam ansiosas, querendo ver/saber como funcionaria essa escola, de lona preta, chão batido, sem a visão da estrutura costumeira, e com educadores do próprio acampamento (...?). Esse fazer do pouco, aquilo que esta ao alcance na realidade do contexto, tornar – se pedagógico, não era entendido por muitos pais e mães na dimensão que era o acampamento, estamos falando de mais de mil e duzentas famílias. Mas o importante é realmente trabalhar com o pouco recurso, mas ter muita criatividade/capacidade pedagógica, para envolver os educandos/as das várias idades no processo/ambiente educativo. Num marco inicial foi disposto das salas já construídas, que eram usadas para igreja, reuniões e a salas de aula da EJA. Bem como pouco material pedagógico/didático, conseguido para trabalhar, com as crianças. Em seguida logo após “desapropriar” o espaço que seria da escola, esta foi projetada e construída pela comunidade acampada (...).

A Escola Itinerante Zumbi<sup>116</sup> dos Palmares foi uma das pioneiras em termos de “Itinerância” no Estado do Paraná. Com a preocupação da formação nas várias dimensões humanas, educação omnilateral, como nos orienta o educador Paulo Freire. Pois se compreende que na concepção pedagógica da educação socialista “nenhum trabalho pode ser realizado se não existem as habilidades” (SHULGIN, 2013:108). Assim entende-se que o ser humano precisa ser desenvolvido em sua totalidade, todavia

---

<sup>116</sup> O maior quilombo da história da resistência ao cativo foi Palmares. No final do século XVII, em torno de 20 mil pessoas viviam neste território de resistência. Foram muitos os quilombos que se formaram por todo o Brasil. Quilombos foram atacados, destruídos e novos quilombos foram erguidos em três séculos de luta contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo. “O nome da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares é uma homenagem ao líder mais importante de Palmares, Zumbi nasceu em 1655, numa das aldeias dos quilombos. Quando jovem foi capturado por soldados do governo de Pernambuco e entregue ao padre Porto Calco. Estudou português e latim, foi batizado com nome Francês. Em 1670, Zumbi fugiu da casa paroquial, voltou ao quilombo dos Palmares onde tornou – se um grande líder por sua cultura, coragem, capacidade de organização e comando. Cerca de 40 expedições foram empreendidas contra Palmares, a destruição só foi possível quando se uniram todas as forças inimigas que apelaram para o famoso bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, que armou uma enorme expedição contra Palmares em 1694 e provocou a morte de Zumbi no dia 20 de novembro de 1695. Que morreu afirmando “Vocês podem me matar, mas os ideais da liberdade vocês não matarão”. Por isso o acampamento em janeiro de 2004 definiu este nome da escola com o lema ‘Aprendendo com a terra e com a vida’ (CEISS, 2009)”

“não temos boas habilidades e não sabemos fazer o trabalho corretamente (...) dessa forma colocamos a questão da luta pelas habilidades no sentido mais amplo da palavra, e não apenas no sentido de aprender a ler ou escrever (SHULGIN, 2013:110). Pois “se o trabalho<sup>117</sup> é apenas o método, apenas uma forma de assimilar conhecimento, então, ele torna – se desnecessário, supérfluo, até mesmo prejudicial (SHULGIN, 2013:115). Há uma relação, portanto que a escola precisa assumir, mas que não se restringe à relação com ela, há um ambiente social a ser qualificado nessa perspectiva.

A inauguração da Escola<sup>118</sup> ocorre em 07 de Fevereiro de 2004, juntamente com a festa da colheita do feijão. Nesse dia, estiveram presentes várias lideranças e representantes de Movimentos Sociais, militantes do Estado do Paraná, amigos do MST. “A escola Itinerante nasceu da necessidade e da luta dos acampados, especialmente das crianças” (MST, 2005, p. 188). Segundo Camini (2009: 112), “até 1996, nenhuma escola de acampamento foi reconhecida pelo poder público, que se manteve inerte frente ao número de crianças e adolescentes fora da sala das aulas, ignorando a realidade das áreas de conflitos, não obstante as constantes mobilizações e pressões”.

Nos aspectos que envolvem a concepção de mundo e de sociedade a escola, ressalta a importância da valorização da cultura do campo, abrangendo a história das pessoas, porém não deixando de conhecer outras formas de organizações. Assim a Escola busca resgatar a importância dos conhecimentos científicos historicamente acumulados, “Um local de possibilidades onde acontece a ampliação dos conhecimentos e os aspectos da realidade” (PPP, 2009: 28).

A Escola<sup>119</sup> precisa ser pensada, recriada cotidianamente

Imagine uma escola diferente (...). Imagine uma escola com muitas crianças (...) Todas elas podendo trazer para dentro da escola, seus sonhos, seus desejos, suas perguntas, seus problemas ... Uma escola onde se preparem e se organizem para assumir a luta do povo ... uma escola onde não seja o professor aquele que tudo sabe, tudo ensina, tudo manda ... Imagine uma escola onde os alunos sejam os comandantes ... Organizadores, responsáveis, capazes de decidir o que fazer, para que fazer e como fazer as atividades dentro e fora da sala de aula... (...). Agora deixemos de imaginar...Vamos à

<sup>117</sup> Em O Capital, Marx (2011) Marx enfatiza um único método para produzir esses homens plenamente desenvolvidos, ou seja, daquele ensino associado ao trabalho produtivo. MARX, Karl, O Capital: crítica a economia política. Vol. 1. 29ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

<sup>118</sup> Figuras VI e VII do anexo.

<sup>119</sup> MST Arte. 6º Concurso Nacional de Arte – Educação do MST: como fazer a escola transformando a história?. Imprensa Oficial do Paraná, abril de 2007. Ver ainda CD Cantares da Educação do Campo.

luta! Vamos a pratica companheiros! Façamos essa escola (MST Arte, 2007. pp. 20/21).

E diante disso na busca por direitos e dignidade são ainda mais ousados; “a escola que imaginamos deve preparar cidadãos – conscientes de seus direitos e deveres; lutadores pela justiça social; por relações democráticas e pela participação popular nas decisões e gestão dos processos públicos. Capazes de formular, de conceber alternativas de organização e desenvolvimento. Preparados para argumentar, arregimentar apoios e para negociar suas propostas e reivindicar direitos” (MOLINA, 2006: 96).

A instituição foi construída para atender as demandas da educação básica, inicialmente era apenas para os anos iniciais em função do andamento da organicidade, todavia logo em seguida a demanda amplia-se aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A materialidade da escola é resultado da luta dos trabalhadores dos acampamentos na busca por uma educação no/do campo. A escola forjada e projetada para os sujeitos do campo precisam caminhar junto no contato da luta, adaptar-se ao movimento da vida, muitas vezes de maneira imprevisível. Neste sentido ela precisa:

Ajudar a reconstruir a vida do trabalhadores do campo; buscar organizar-se levando em conta essa vida e os espaços nos quais ela se desdobra. A materialidade dessa escola é a vida, a realidade onde se encontra. Sua marca esta na luta, estando o povo instigado a lutar permanentemente na defesa dessa escola. Ele é o sujeito pensante de todo seu processo de construção, inclusive do processo pedagógico. As Escolas itinerantes do Movimento Sem Terra podem ser tomadas como exemplo de uma tentativa de construir uma escola diferente, uma escola em movimento, uma escola que acompanhe o povo em sua luta e que seja viva (Almeida, 2008, p.103).

A centralidade do trabalho com as famílias tanto no acampamento quanto no assentamento diz respeito à valorização da vida como um todo, da busca da dignidade. Assim compreende-se que o resgate da dignidade e o direito à educação, tantas vezes negada historicamente ao ser humano é tarefa dessa escola inserida no contexto da luta. Sobre a Escola Itinerante o site da SEED, Dia a Dia Educação<sup>120</sup> vai ressaltar que

A Escola Itinerante acompanha o deslocamento das famílias Sem Terra e garante às crianças, jovens e adultos acampados o direito à educação. É uma escola Pública e foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer N°1012/03 em 08 de dezembro de 8/12/2003, uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dado a situação de itinerância, tem a sua base oficial e toda parte documental e pedagógica sustentada por Escolas Base, estas atualmente são, o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak,

<sup>120</sup> <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=565>, visitado em 27/08/2017, grifo nosso.

localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu, Ligado ao NRE de Laranjeiras do Sul, e o Colégio Centrão, localizado no município de Querência do Norte, ligado ao NRE de Loanda, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, através do Departamento da Diversidade/Coordenação da Educação do Campo. A Escola Itinerante tem como de seus princípios a democratização da gestão escolar, que se concretiza na participação da comunidade, na gestão administrativo-financeira e na direção coletiva dos processos pedagógicos, de forma dinâmica e organizada. “A principal tarefa dessa escola é resgatar a dignidade e o direito à educação, tantas vezes negada historicamente ao ser humano”.

A Escola tem uma identidade coletiva, por surgir através de uma necessidade peculiar da massa. A EI em si mesma com, suas práticas educativas, forja sua identidade própria, a partir das lutas e desafios cotidianos. Este projeto veicula toda uma concepção de pessoa humana, de sociedade, de cultura, de conhecimento, de poder, que se propõe em seu Projeto Político e Pedagógico e no jeito de se organizar. Uma das práticas educativas é organização dos tempos educativos, que é um dos importantes aprendizados que MST construiu em sua trajetória, que foi incorporada na escola. Ao reconhecer a educação como formação humana, nas várias dimensões da vida, entendeu-se que a Escola Itinerante do MST no Estado do Paraná<sup>121</sup> deveria incorporar em seu trabalho pedagógico os diferentes tempos e espaços educativos.

A proposta pedagógica da escola esta organizada através do Ciclo de Formação Humana. O Ciclo de Formação Humana se apresenta como um aspecto fundamental, não significando apenas como uma mudança da estrutura escolar, mas visa romper com o modelo seriado e fragmentado das escolas. (PPP, 2014:21).

Ao fazer referência sobre a escola de acampamento, o sentido versa como um espaço de formação humana, com formação humana inovadora em sua essência, voltado para o contexto dos sujeitos que o frequentam, capaz de contribuir para a formação das pessoas, fornecendo subsídios para que se consiga fazer uma leitura do mundo. A escola precisa constituir-se num espaço que contribua para formação do sujeito, capaz de estar além da cognição, com capacidade de forjar sujeitos críticos. No MST a escola é um espaço de vivência, valores étnicos, da cultura e identidade Sem Terra.

Uma escola que se organiza do jeito do MST, educa principalmente através das novas relações sociais que produz problematizando e provocando valores, alterando comportamentos, destruindo, construindo concepções, costumes e ideias (CALDART, 2000:24).

---

<sup>121</sup> O termo contrasta breve contextualização que é importante ressaltar que nesse Estado, as Escolas Itinerantes do MST encontraram-se aprovadas (2003) enquanto experiência pedagógica, lutando pela homologação de sua institucionalização definitiva junto a Secretaria de Educação do Estado, a exemplo de outros estados como o Rio Grande do Sul.

A participação integral da comunidade na escola é de suma importância, esta participação não só no físico, mas sim, uma ajuda mútua na questão pedagógica, ou seja, no planejamento, no acompanhamento, no processo avaliativo, nos momentos de socialização de experiências, nos momentos culturais, produzindo assim novos conhecimentos, resgatando e construindo novos valores, respeitando as diversidades pessoais. Na EI;

As aulas acontecem em todos os momentos e lugares, pois os educadores atuam em conjunto com a organização dos mesmos, desafiados permanentemente pelas mais inusitadas situações que encontram na itinerância e que os provoca a criatividade e espírito de sacrifício, pois nem sempre as condições estão dadas para o desenvolvimento das aulas (MST, 2001: 68).

Trata-se, portanto de uma escola cuja centralidade não esta na sala de aula, portanto não descolada da vida, vivência e experiência do público que a compõe. Conforme Margarete Paza Machado<sup>122</sup>, ela que iniciou sua trajetória na EI na condição de coordenadora pedagógica, desde 2004, presenciou o curso da EI desde o ADF, mudança para o Acampamento 1º de Agosto e dentro disso as mudanças significativas do contexto, no interior do acampamento e conseqüentemente com a escola

No ano 2000 fiz o curso “A realidade brasileira” em Juiz de Fora (MG) durante dois anos, foi onde realmente percebi o quanto nós precisamos aprender. Durante esse período se firmou a relação com o MST, então fui convidada a contribuir na Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, no Acampamento Dorcelina Folador no ano de 2004. Sabia da realidade, que tudo estava por construir, ao chegar somo-me aos educadores muito comprometidos com a construção da escola. Os desafios e aprendizados foram diversos. Entre os desafios esta o trabalho sem algumas condições mínimas. Diariamente chegavam novos educandos/as, com documentação escolar irregular ou nem isso, sem registro de nascimento, às vezes nem os pais possuíam, o que significava uma preocupação a mais à escola e ao acampamento no sentido de regularizar a documentação dessas pessoas. A criança ia para a EI logo que chegava, de acordo com sua faixa etária e potencialidades, todavia, não poderia ser efetuada a matrícula. Com a documentação era elaborada uma avaliação de reclassificação, para então obter a validação da matrícula no ciclo correspondente. Foi um período difícil, porém muito significativo e fundamental ao público de abrangência e neste sentido reafirmando sempre o compromisso com a escola e sua pedagogia a quem se propõe a vir para o chão dessa escola. Para mim enquanto sujeito também desse processo, apesar de não ter vivido em baixo de uma lona, o aprendizado foi grande, se fosse preciso faria tudo de novo, pois com esse Movimento aprendi muito.

Neste momento as famílias participam ativamente dos trabalhos práticos referente à infraestrutura e nas discussões dos trabalhos pedagógicos. Era sabido que a

---

<sup>122</sup> Entrevista concedida a Cleide Aparecida Ferreira em 11/10/2017.

discussão sobre que escola queriam para seus filhos tinha um longo caminho a percorrer. Foram vários os conflitos<sup>123</sup> e contradições de fora como também de dentro, diariamente ameaças de despejo, perseguição. Conforme descrito na Revista Sentido<sup>124</sup> se entende em partes o significado desta luta diária destes que vivem não em casas, mas barracos simples de lona preta, ora de improvisado, mas que é a casa deles, todavia

Saber que a casa onde moramos pode deixar de ser nossa de um minuto para outro é algo difícil de imaginar para quem não vive essa realidade. É com essa dúvida que vivem os sem-terra. Lutando dia após dia pelo direito a um pedaço de chão, onde possam viver em paz com suas famílias. Mas essa não é a única batalha deles. Outra, de igual importância, é garantir que seus filhos estudem, tenham uma vida digna, se preparem para dar continuidade ao MST e enfrentem o maior pesadelo de todos eles: o despejo (Sentido, 2014:pp.8-10).

Além disso, não se trata somente de perseguições por parte de fazendeiros, mídia e despejos, mas mortes caso esteja ao alcance por isso a vigilância dos Sem Terra nesses territórios é algo permanente, e assim ocorre uma espécie de controle sob quem entra ou sai do acampamento, pois nunca se sabe quem é o inimigo, como se porta ou como chega e quais intenções tem. Por isso estão alerta. As pessoas quando chegam para conhecer o acampamento tem uma imagem totalmente inversa a apresentada pela mídia, por isso não há como conhecer se você não adentrar esses espaços (dizem).

Nesta perspectiva não é possível olhar para a EI apenas como uma estrutura de escola, pois a “escola no MST é mais do que escola, e educação são mais que educação, a medida que são considerados os vínculos que constituem sua existência nesta realidade” (Caldart, 2000:143).

É preciso forjar no cotidiano das crianças e jovens capacidades de abstração e interação para que saibam ver o que olham, saber ler é imprescindível para saber escrever, escutar o que ouvem e sentir o que tocam, sabendo integrar os sentidos sempre que necessário seja, sem perder a totalidade das condições do ambiente, qual permite uma avaliação aguçada do processo.

A EIZP acompanhou a história das famílias Sem Terra desde o ADF, trazendo seu jeito de ser escola, traços de anseio de um povo humilde e sonhador, que luta pelo

<sup>123</sup> Sobre conflitos ver mais no capítulo II.

<sup>124</sup> Disponível em <http://revistasentido.com/quando-a-educacao-derruba-barreiras/>, acesso em 1º/11/2017. Ver também; TAKAU JUNIOR, Iokisa. Escola itinerante: escola, Estado e MST no espaço do Acampamento. XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo, 2009, Disponível em <http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais/> Acesso em 20/08/17.



direito a terra, para sustentar seus filhos e garantir um futuro melhor às famílias. São esses sonhos que movimentam as pessoas, que lhes devolvem a esperança do sonho da terra livre, de um povo liberto. Portanto, a consolidação dessa escola partiu deste pressuposto de garantia de vida melhor e liberdade dos filhos sem terra do MST, onde muitas vezes na cidade foi discriminado por morar num barraco de lona e cheirar fumaça ou por não ter um calçado, apenas chinelo remendado para ir à escola. E, com isso é o que faz com que seja debatida a importância do MST ter sua escola no acampamento, devido à falta de vagas nas escolas de Cascavel. Em 2003 deu – se início as atividades com 80 crianças que se encontravam fora da escola, anterior ao processo de legalização, pois

As escolas municipais, além de não dispor de vagas suficientes para atender as crianças, não aceitavam aquelas oriundas do Paraguai, uma vez que elas não possuíam documentação que as regulamentavam no Brasil. Por outro lado, as famílias que conseguiam regularizar sua situação no país e, também conseguiam vagas, frequentavam as escolas nos distritos de Rio do Salto e São Salvador, no município de Cascavel (MST, 2008 p.55).

A concepção de avaliação constitui-se como um diagnóstico do processo de ensino/aprendizagem, a partir desse levantamento diante dos critérios é elaborado o parecer descritivo do educando/a. Para isso a realidade é transformada em temas geradores ou porção da realidade como melhor definição. O currículo da escola esta pautado a partir das vivências da comunidade, e neste se inclui o trabalho, os jogos, as festas, a organização, o estudo, relacionando diante disso a prática com a teoria<sup>125</sup>. Para isso definir objetivos a curto, médio e a longo prazo, alterando-os conforme necessidade. Deste modo as vivências nestes espaços são determinantes aos conteúdos estudados. Assim

Na nossa EI, temos o cuidado de não medir o conhecimento porque entendemos que conhecimento não se pode medir, por isso não temos notas, trabalhamos com parecer descritivo, onde deixamos de claro os avanços e os limites de cada educando, e juntos, sugerimos como os desafios podem ser superados (MST, 2001:52).

Os eixos temáticos da educação do campo “definidos nas Diretrizes Estaduais para a Educação do Campo, são entendidos como problemáticas centrais a serem focalizadas nos conteúdo escolar” (idem: 29). Estes eixos são: Cultura e identidade;

---

<sup>125</sup> Ver mais em; MST. Como fazer a escola que queremos. Caderno da Educação N. 1. Produção própria, São Paulo, 1992.

Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável; Organização política, movimentos sociais e cidadania; Trabalho.

As modalidades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, são implementadas no ano 2005, com o incentivo e insistência da comunidade em manter os filhos da comunidade mais próximos e com um vínculo maior com a comunidade. Sobre a Escola em 2007 Adelmo Iurczaki, da Universidade Tuiuti do Paraná enfatiza que

A Escola Zumbi dos Palmares é a única experiência do Estado do Paraná a ofertar o ensino de 5ª a 8ª séries. Poderíamos adiantar que o trabalho com alunos de 5ª a 8ª séries nas escolas do MST não tem sido uma tarefa fácil, já que as disciplinas são trabalhadas por diferentes professores, e os mesmos não residem no acampamento, além de trabalharem em várias escolas. Ressalta-se que a proposta da Escola Itinerante tem procurado ser uma proposta diferenciada das demais em todos os aspectos (IURCZAKI,2007, p.115).

Na Escola os educandos/as vivenciam nas ações cotidianas o processo de auto – organização, e dentro desse processo de organicidade dos estudantes, a organicidade assemelha-se ao processo de democracia (ascendente e descendente) dos acampamentos e assentamentos. De maneira que todos estarão nucleados, cada membro com tarefas específicas, e quanto a coordenação, se da num processo de revezamento, oportunizando o aprendizado e interação a outros. A partir do ano 2012 intensificou a busca e compreensão do estudo dos Complexos, que são uma tentativa de superação da escola capitalista, nesse sentido, os complexos são uma articulação entre atualidade, a auto-organização e o trabalho e alguns conceitos da experiência Russa.

O objetivo que os alunos devem atingir é não somente estudar a realidade atual, mas também se deixar impregnar por ela. A consequência é que os antigos métodos de ensino não podem mais servir, é preciso estudar os fenômenos que estão acontecendo na realidade atual. São simplesmente partes de um processo inerente ao desenvolvimento histórico geral. É preciso demonstrar a essência dialética de tudo o que existe, mas uma demonstração deste tipo só é possível na medida em que o ensino se concentre em torno de grupos de fenômenos constituídos em objetos de estudo: assim, a questão do ensino unificado, da concentração do ensino por complexo, torna-se, uma questão candente; a questão do método que agora e coloca não é simplesmente a questão de uma assimilação melhor e mais completa destes ou daqueles estudos; trata-se de uma questão que se relaciona com a essência do problema pedagógico, com o conhecimento dos fenômenos atuais em suas relações e dinâmica recíproca, isto é, com a concepção marxista da pedagogia (PISTRAK, 2000, p.34 e 35).

A educação no MST e conseqüentemente da escola, esta pautada nos Princípios Pedagógicos<sup>126</sup> e Filosóficos<sup>127</sup> construídos na coletividade MST. Todavia diante da premissa educacional do MST inserida num contexto maior, surge a Concepção Filosófica e Pedagógica que os remete às intrínsecas relações da agitada sociedade de classes, onde a questão educacional vê-se constantemente diante de novos desafios. Assim há, portanto, inúmeras argumentações. Sobre isso, entende-se que

A Concepção Filosófica está relacionada ao conteúdo necessário, associado à concepção de ser humano que o MST defende. Essa concepção determina o critério de seleção de conteúdos, baseado na perspectiva da superação do sujeito individualista, egoísta. Enfim, trata-se da concepção de sujeito, enquanto construtor de uma sociedade, centrada no ser humano. Fundamentalmente pautados no cooperativismo, associativismo, participação coletiva. Portanto, essa concepção trata de um projeto histórico da superação da sociedade de classe, da exploração do capital sobre o trabalho. O que não está presente no processo educativo é: como superar essa sociedade de classe? (Unioeste, 2010:06).

Ao tratar-se dos mecanismos que envolvem a educação no MST se entende que

A proposta de educação do MST parte dos seguintes pressupostos: Que tipo de pessoa queremos formar para nossos quadros; que objetivos específicos têm a escola nesta formação; quais os principais princípios e orientações metodológicas para os professores de assentamento; que tipo de professor é necessário para este tipo de escola; como deve ser a relação da escola com o conjunto do assentamento; como deve ser a relação com o Estado e com outras entidades; quais os principais desafios para realizar esta proposta em todas as escolas de assentamentos do MST? (MST, 1990: 3).

Na relação intrínseca entre a vida cotidiana dos acampamentos e assentamentos, a pedagogia da luta em sua plenitude e a pedagogia da escola, para Luciano

A Escola Itinerante torna-se uma ferramenta que alimenta seus educandos com concepções de vida contrárias aos valores e a cultura capitalista através de uma pedagogia própria que visa compreender a realidade na medida em

<sup>126</sup> Princípios pedagógicos da educação no MST: 1° Relação entre teoria e prática. 2° Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação. 3° A realidade como base da produção do conhecimento. 4° Conteúdos formativos socialmente úteis. 5° Educação para o trabalho e pelo trabalho. 6° Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos. 7° Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos. 8° Vínculo orgânico entre educação e cultura. 9° Gestão democrática. 10° Auto organização dos/das estudantes. 11° Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos Educadores /das educadoras. 12° Atitude e habilidade de pesquisa. 13° Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Princípios da educação do MST. MST, 1996:10. Caderno de educação nº 8, jul.1996.

<sup>127</sup> Princípios filosóficos da educação no MST: 1° Educação para a transformação social. Educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo. 2° Educação para o trabalho e a cooperação. 3° Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. 4° Educação com/para valores humanistas e socialistas. 5° Educação como um processo permanente de formação/transformação humana. - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Princípios da educação do MST. MST, 1996:24. Caderno de educação nº 8, jul.1996.

que tenta transformá-la, construindo-se, assim em base estruturante para as ações do MST (Luciano, 2008: 86).

Conforme ressalta IURCZAKI (2007)

Esta escola assume ser uma experiência aberta para a vida e o mundo, onde os sujeitos que participam da luta social pela reforma agrária, aprendem a cultivar a memória, o aprendizado coletivo da história dos/as trabalhadores/as, a identidade do campo, cultivando a pertença, a organização e o coletivo chamado MST e também a transformar a realidade, vivendo a ternura, a solidariedade, a união entre si (Iurczaki, 2007:111).

Para as famílias dos acampamentos, integrantes do coletivo escolar, a construção, manutenção e seguridade da EI, num território ocupado, não legalizado, significou em grande medida a saída para permanecer firme na luta, pois ao saber que poderia sair para mobilizações, encontros, reuniões do contexto organizativo, ou até mesmo para a lavoura, tendo em vista a distância das áreas de cultivo, os filhos estariam amparados, pela escola, vizinhança, já que nestes espaços os barracos são em média de 3 a 5 m de distância, até menos de acordo com o número de acampados, ou pela ciranda coletiva organizadas internamente<sup>128</sup>.

#### 4. 3.3 A Escola como força viva - Ações educativas no Movimento da Luta

“Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo”.  
Malala Yousafzai. Prêmio Nobel da Paz de 2014.

Discorrer sobre a vida e existência desta escola no espaço qual esta inserida é tratar da vida e do cotidiano daqueles que nela se inseriram e contribuíram para que se torna realidade. A vida da comunidade como um todo perpassa o interior da escola e vice versa, este portanto, trata-se de um dos ambientes mais requisitado no decorrer dos dias e das ações da comunidade. O centro comunitário esta na escola, apesar da mesma estar anexa ao espaço da comunidade do assentamento, porém pelo fato de não haver nenhuma estrutura construída neste aspecto, as reuniões das famílias assentadas, festas, comemorações para além da escola, ocorrem nessas dependências.

Nos acampamentos ligados ao Complexo Cajati, a começar por Sirlene Cesar, seguido do Dorcelina Folador e outros as primeiras organizações em termos de composição do setor de educação, formação de educadores e alfabetização, iniciará com

---

<sup>128</sup> Para maior compreensão sobre a EI e seu funcionamento, sugestão de leitura: Educação do Campo e Ensaios da Escola do Trabalho: A materialização do trabalho como princípio educativo na Escola Itinerante do MST Paraná. Valter de Jesus Leite. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, 2017.

a EJA como uma das necessidades fundamentais. As pessoas do acampamento que tinham um pouco mais de conhecimento eram solicitadas ou se prontificavam para a tarefa voluntária. Em relação à alfabetização inicial das crianças, haviam processos isolados, pois era também uma preocupação com aqueles que se encontravam fora da escola, por insegurança ou dificuldade de acesso, todavia não havia muito conhecimento sobre o processo e pessoal capacitado. Em maio de 2003, dão início aos primeiros estudos dos educadores alfabetizadores. Os primeiros estudos e reuniões sobre a EJA motivaram muitas pessoas a participarem, trazendo suas ideias e a vontade de serem alfabetizadores. Conforme Anibal Ponce, (1986) se constata uma referência utilizada quando se trata da educação dos pobres<sup>129</sup>

Seria uma obra de caridade ensinar os ignorantes a ler e escrever. Mas, logo depois, surge outra passagem, de sentido não duvidoso: “Nenhuma das pessoas empregadas em serviço domésticos pela Companhia deverá saber ler e escrever, elas não deverão ser instruídas nesses assuntos, a não ser com o consentimento do Geral da Ordem, porque, para servir a Jesus basta a simplicidade e humildade” (PONCE,1986: 123)

Com base neste entendimento, constata-se que a mudança no sistema de ensino precisa começar pela organicidade dos trabalhadores que menos tem acesso. Mais adiante com base nos escritos sobre as práticas e experiências da pedagogia socialista, sem fazer juízo de valor, mas numa tentativa abrupta alcançar a compreensão mesmo que parcial sobre a diferenciação no tratamento da instrução entra as classes sociais vemos que

Aquelas crianças que frequentam a escola aprendem apenas com dificuldade a ler, escrever e contar, e mesmo assim, mal. Nós temos escolas muito ruins na Rússia e é proibido que os professores ensinem às crianças algo além da alfabetização. É preferível para o governo manter o povo na ignorância e, dessa forma, nas escolas é proibido falar às crianças e dar-lhes livros sobre outros povos que conquistaram a sua liberdade, quais são suas leis e regulamentos; proibem explicar porque algumas nações tem determinadas leis, e outras nações leis diferentes, e porque algumas pessoas são pobres e outras são ricas. Em poucas palavras é proibido dizer a verdade (...) Dessa forma, a criança sai da escola sabendo pouco, do mesmo jeito que entrou. A própria mãe, geralmente não é capaz de ensinar nada aos filhos pois ela também não sabe nada (Freitas, Caldart, 2017:23).

---

<sup>129</sup> Neste intuito, é preciso considerar que a partir do século XVII, vai ocorrer a ascensão da burguesia, através da implantação do capitalismo e pela intensificação das empresas coloniais que conquistavam e usufruíam das riquezas das Américas, da África e da Índia. Este será um período trágico, problemático tanto ao operariado, quanto aos camponeses, concretizado por guerras e aspirações à paz. Contexto em que surge o trabalho assalariado e, progressivamente, as manufaturas substituem a produção artesanal.

A partir do pressuposto e compreensão de que “todo povo tem história” como bem descreve Hobsbawm (2013), para o Movimento esses precisam ser instruídos, tornar-se sujeitos politizados, capazes de interpretação e compreensão sobre o funcionamento e bases da sociedade. E ao passo que ele se instrui, se humaniza e ao o fazer contagia aos demais na vida coletiva que são os acampamentos e assentamentos.

Assim diante da demanda no contexto do ADF, surgem Também muitos educandos/as dispostos a prosseguirem em seus estudos, mostrando com isso que nunca é tarde para começar ou reiniciar uma etapa em nossa vida. Motivados pelo slogan “Sempre é tempo de aprender. Sempre é tempo de ensinar!”<sup>130</sup> Demonstrando assim que nunca é tarde para aprender e ensinar. Várias foram às razões para projetar no interior do acampamento a busca pela escola em sua totalidade, não somente com o intuito de alfabetizar aqueles que não tiveram oportunidade na idade “certa”, quanto às crianças em fase de formação. Os adultos vinham movidos por uma necessidade concreta, aprender a leitura da palavra para que não mais perdessem suas terras por assinar documentos que não decifram; instruírem-se os para então ajudarem seus filhos nos estudo e tarefas escolares; possibilitar a liberdade de ir e vir para diversos lugares sem se perder, obtendo assim aproximação maior do mundo ao redor dele. Da mesma maneira entende-se que em nenhuma hipótese podemos nos privar ou privar aos demais aos conhecimentos científicos sistematizado, acumulados historicamente. Logo se é um direito, precisa ser reivindicado, pois

para ser cidadão, isto é, participar ativamente da vida da cidade, do mesmo modo que para ser trabalhador produtivo, é necessário o ingresso na cultura letrada. E sendo essa um processo formalizado, sistemático, só pode ser atingido através de um processo educativo também sistemático. A escola é a instituição que propicia de forma sistemática o acesso à cultura letrada reclamando pelos membros da sociedade moderna (Saviani, 2004, p.03).

A partir do ano 2004 inicia-se uma forte movimentação no interior dos acampamentos na luta contra o analfabetismo, pois se entendia que se haviam as condições básicas de alfabetização no interior dos acampamentos, não haveria necessidade do contrário. Embora a EJA tenha sido garantida somente num período recentemente por meio das APEDs especiais pela Instrução nº 015/2009/SUED/SEED e pelos pareceres 289/09 e 368/09 do Governo do Estado do Paraná. O MST se preocupou em potencializar o olhar e formação de sua base, sobre isso ressalta

---

<sup>130</sup> Baseado na pedagogia libertadora de Paulo Freire, destaque a frase “Ninguém educa ninguém “Ninguém se educa a si mesmo. As pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo”. Paulo Freire

Assumimos como questão de honra acabar com o analfabetismo em nossas áreas de assentamentos e acampamentos, através da adoção de vários métodos pedagógicos e inspirados em Paulo Freire. Pela grandeza da missão, nos coube também a tarefa de conhecer outras experiências no Brasil e na América Latina, no espírito de aprender com outros processos históricos. Assim, e graças à solidariedade do povo cubano, tivemos acesso ao método de alfabetização SIM, EU POSSO! do Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba, no ano de 2005. (MST, 2007, p.5).

São pessoas que as “duras penas” compreenderam que a educação consiste em além de ler os códigos da escrita, também entender o significado das palavras contidas em documentos. Haja vista que no passado, familiares inocentemente, foram iludidos com falsas palavras, usaram a digital para assinar aquilo que seria determinante dali para diante. Portanto, na atualidade a alfabetização não consiste somente em entender a escritura do papel, para assegurar a terra obtida à custa de árduo trabalho e sofrimento, mas resgatar a dignidade e nisso implica tomar posição frente às decisões.

Com a expansão do acampamento, em fins de julho de 2004 foram realizadas diversas reuniões com as brigadas internas, assim na pauta foi apresentada a necessidade de uma nova ocupação, pois era prevista a chegada de novas famílias provenientes ou não de outras ocupações. Com base na demanda na madrugada do dia 29 de julho de 2004, começaram a chegar caminhões, ônibus, carregados de famílias vindas de outras localidades, municípios vizinhos (veio grande demanda do município de Mariluz/PR) para fazer uma grande ocupação e se incorporaram ao Acampamento Dorcelina Folador, aproximadamente 250 famílias, toda essa movimentação despertou o interesse dos meios de comunicação. Dados os últimos encaminhamentos, ficariam três brigadas no acampamento as demais seguiriam para a nova área que se localizaria na mesma fazenda. Com tudo organizado, a ocupação ocorreu na madrugada do dia 1º de agosto de 2004, com 1200 famílias, uma das manhãs mais frias do ano, a recém criada Escola Itinerante, como o próprio nome diz acompanhou o movimento. Neste contexto se efetivam duas Escolas Itinerantes Zumbi dos Palmares I e II, dividiram se as turmas, reduzindo o número de educandos especialmente que permaneceram no DF, mas não a vontade de aprender. As aulas para os anos iniciais do ensino fundamental e EJA continuaram com suas atividades, em função de Escola e educadores serem itinerantes, irem juntos das famílias. Assim a escola não parou com a mudança, pelo contrário se fortaleceu na continuidade da luta, em especial no 1º de Agosto.

O ADF, portanto, se apresenta como um marco importante de resistência na luta pela Terra, pois este espaço recebeu muitas famílias vindas de diversos lugares, como já mencionado, assim como a partir muitas famílias realizaram o sonho da conquista da terra.

A escola e o acampamento passaram por vários momentos importantes em sua gênese e formação. O primeiro é caracterizado pela própria organização do acampamento Dorcelina Folador, onde se iniciou a constituição do Setor de Educação e a Escola; o segundo, marcado pela nova ocupação, determina a divisão do acampamento: O acampamento Dorcelina Folador permanece no mesmo espaço e forma-se o acampamento 1º de Agosto, cada qual com uma Escola Itinerante e o terceiro momento, se constitui com os novos passos da organicidade do acampamento e do Projeto Político Pedagógico da escola (MST, 2008, p.54).

No Primeiro de Agosto<sup>131</sup> as aulas, são retomadas em meio à plantação de aveia existente, já no dia 02/08, com prévia organização das famílias e dos materiais básicos para as aulas<sup>132</sup>. Nesse contexto a Escola por ser elemento constitutivo da luta das famílias, terá seus desafios e possibilidades, mesmo sob forte, pressão midiática, e ameaças constantes de despejos e outras situações<sup>133</sup>. Em função da passagem da difícil conjuntura do momento, razões internas e externas, no final do ano 2006 a Escola IZP I que ficava no ADF fecha as portas, com isso permanece a escola do acampamento 1º de Agosto com o mesmo nome, agora única. Porém desta outras tende a espalhar-se pelo interior do Estado em função de outras ocupações e com a ida de educadores educandos, seguindo o movimento da luta.

Conforme visto na edição de junho de 2006 do Jornal Sem Terra, p.7 em 30 de maio o MST apresenta a experiência da Escola Itinerante em reunião da Escola do Governo, no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba/PR. Conforme se pode perceber “O trabalho está resgatando o direito à cidadania das famílias acampadas”. Para a coordenadora do MST, e uma das responsáveis pela efetivação da Escola Itinerante, Isabel Grein, ao jornal “Este projeto, é um resgate da educação do campo, onde a comunidade se sente participante da gestão, na construção pedagógica da escola”. Na ocasião o secretário de Educação do Estado do Paraná, Mauricio Requião, elogiou o MST pelo trabalho desenvolvido na área da Educação. “Não sei se algum município consegue oferecer um ensino de qualidade tão grande como esse do MST”, salientou.

<sup>131</sup> Mais uma ocupação no Complexo Cajati, o acampamento passou a ser chamado de Acampamento 1º de Agosto, em função da data de ocupação, o local fica a 5 Km das margens da BR 277.

<sup>132</sup> Figuras VIII e IX do anexo.

<sup>133</sup> Figuras X e XI do anexo.



Disse ainda, que está é uma parceria extremamente gratificante, “pelo engajamento e paixão com que esses educadores e educadoras dedicam às crianças e aos jovens”, declarou.

No Primeiro de Agosto a Escola vai permanecer desde a ocupação até, a saída das famílias selecionadas para compor a área adquirida, nas proximidades da BR 277, a aproximadamente 5 km do acampamento, este constituirá no Assentamento, em fins do ano 2011. Em 2012 inicia as atividades deste período letivo, num espaço já conquistado, o Assentamento Valmir Mota de Oliveira.

No ano 2007, o MST lança uma Cartilha orientando a militância para a importância e integração ao debate. “O compromisso de Todos e Todas Sem Terra Estudando, deve ser uma responsabilidade coletiva de todos os dirigentes e militantes, das escolas e de todos os setores e instâncias do MST, envolvendo desde os núcleos de famílias até às coordenações e direções locais, regionais, estaduais e nacional”(MST,2007:11). Porém é sabido que nos acampamentos em estudo esse processo teve início com as experiências iniciadas em 2003.

No cotidiano dos acampamentos, das lutas em geral o grupo familiar num todo se faz presente, estes por sua vez se unem a outros com situações em comum constituindo assim a família maior que é o conjunto do MST, pois se entende que

O processo de aprendizagem no contexto da luta tanto do acampamento, quanto do assentamento ocorre em sua totalidade, acompanhando o movimento real dos acontecimentos, já que a vida real passa diante dos olhos, não se trata de uma ficção, mas sim é a vida. E nesse movimento com situações concretas, ela se faz, pois “é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorado nesta luta; em terceiro lugar, qual espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; então é preciso que cada um saiba, em seu respectivo espaço, travar a luta (PISTRAK, 2000, p. 53).

No acampamento, portanto, as ações educativas no Movimento da luta, são as mais diversas, as pessoas e nisso as crianças Sem Terrinha, aprendem nas relações que se estabelecem, pois todo processo organizativo perpassa as famílias, seja projetar e construir um barraco, vida em comunidade, recepcionar novos integrantes, visitar uma família que precisa, idosos, um doente entre outros. Para o bem estar e melhorar as relações em comunidade são promovidas ações coletivas, desde atividades, festivas, formação, ou de lazer com as crianças, a juventude, com as mulheres, ou com toda comunidade obviamente.

A mobilização dos Sem Terrinhas no interior e exterior dos assentamentos e acampamentos, tem significados importantes na vida em comunidade, seja em denunciar a ausência do Estado no atendimento às demandas da educação no/do campo ou pressioná-los a atender a pauta de reivindicações do Movimento. Assim vale registro de um dos momentos, em 31/10/2012, aproximadamente 100 crianças com idade entre 05 e 12 anos deixaram seus barracos e dirigiram-se até a sede do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, acompanhadas das mães e educadores dos quatro acampamentos e um assentamento (pertencentes a EIZP). Na ocasião o professor Vander Piaia, chefe do NRE, recebeu as reivindicações do movimento. A esse respeito, Sítio Coletivo registra<sup>134</sup>

São com palavras de ordem como "*Escola itinerante chegou para ficar, lutando pela terra e o direito de estudar!*" ou "*Che, Zumbi, Antonio Conselheiro; na luta por justiça, somos todos companheiros!*", que as crianças camponesas fortalecem sua identidade sem terra. São nas jornadas que os filhos e filhas dos agricultores aprendem valores de forma lúdica e pedagógica. No mês dos "presentes e das travessuras", os Sem Terrinha aprendem a lição que na sociedade das desigualdades é preciso lutar desde cedo para que direitos deixem de ser privilégios (Sítio Coletivo, 31 out. 2012).

Na comunidade qual se constitui como uma família ampliada que é o acampamento todos tem oportunidade de aprender, cada faixa etária com aquilo que é capaz de interpretar e aproveitar, dos estudos e atividades teóricas e práticas. Todos tem função importante e é importante, nem um é melhor ou pior que o outro. Pois ao mesmo tempo em que coordena uma atividade, um NB, uma brigada, também é coordenado. Assim ao obter compreensão básica do funcionamento da sociedade, pode compreender o sentido da ocupação, do acampamento e assim ter maior argumentação na defesa de seus direitos. Conforme visto acima, até mesmo os Sem Terrinha compreende e ao o fazer conseguem elevar à auto-organização (vista em Pistrak) e lutar por seus direitos. Deste modo a passagem pela convivência do acampamento torna-se necessária e fundamental no sentido de ao conquistar a terra saberá valorizar – a, assim como as demais relações e compreensão com a luta. Pois sabem que depois deles outros vão precisar, muitos vão chegar e tantos outros aguardam pela conquista da terra.

Assim como a luta pela terra na particularidade do capitalismo brasileiro adquire caráter subversivo, a luta pela educação no campo tem sido historicamente rechaçada pelos “de cima”. Isso pode ser evidenciado pelas

---

<sup>134</sup> <http://sitiocoletivo.blogspot.com.br/2012/10/>, acesso em 04.11.17

perseguições sofridas pelas escolas do MST, que padecem de falta de recursos públicos e constantes ameaças de fechamento<sup>135</sup>.

Sobre o fechamento das escolas, MST (2011)<sup>136</sup> *“No campo brasileiro, existem milhares de crianças, jovens e adultos que têm seus direitos fundamentais negados pelo Estado, dentre os quais: terra, trabalho, habitação, saúde e educação básica. Um dado alarmante é que mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas nos últimos oito anos, em uma realidade onde a maioria das escolas que existem estão em condições precárias”*. Por essa razão, o MST desenvolveu, no ano de 2011, a campanha com o título: “Fechar escola é crime”.

A classe trabalhadora mesmo não tendo tido o acesso à universidade tem capacidade de acessar e produzir conhecimento a partir de outra perspectiva que é da prática do trabalho e da vida. E são estes elementos que levam o MST a ousar a propor e a experimentar outra forma de fazer escola, trazendo esta realidade para dentro da mesma. Dessa maneira, trabalho, luta social, história, organização e cultura são as matrizes pedagógicas fundamentais na sua pedagogia. Nessa perspectiva para que a comunidade, o assentamento possa estar dentro da escola intervindo é necessário prepará-lo. Conforme Grein (2013)

As famílias, as lideranças precisam ter conhecimento teórico e prático dos desdobramentos pedagógicos das teorias da educação que direcionam os processos educativos dentro da escola, das políticas de governo, da natureza do Estado, da força da comunidade e do povo organizado, só assim poderão intervir com capacidade e qualidade, trabalhando as contradições existentes e transformando em ações educativas da classe trabalhadora (GREIN, 2013:69).

Com base nas ponderações compreende-se que ao não perder de vista os aspectos da organicidade e preocupação com a Escola, bem como a relação entre o processo de ensino, aprendizagem, assentamento e comunidade tendem a seguir processos inerentes, de forma que a comunidade esteja dentro da escola e a escola

---

<sup>135</sup> Fabiana de Cássia Rodrigues, p.33) MST: Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>136</sup> MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Fechar escola é crime! Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2011/05/31/fechar-escola-e-crime.html>>. Acesso em: 08 out. 2017.

dentro da comunidade<sup>137</sup>, uma escola financiada pelo Estado, pois é direito da população, mas conduzida pela comunidade.

No ano de 2011 foi finalmente legalizada a compra da área qual se constituirá no Assentamento Valmir Mota de Oliveira<sup>138</sup>, esta que estava em negociação há muito tempo<sup>139</sup>. Com isso o MST, assume como política manter a Escola do e no Campo no assentamento. Com a transferência da estrutura para a área efetiva, se discute a centralidade de todos os estudantes dos diferentes espaços de acampamentos e assentamentos em um só espaço. A construção de toda base estrutural foi assumida pela comunidade, ou seja, os acampamentos e assentamentos. Os materiais das salas desmanchadas da estrutura anterior foram reaproveitados. As salas de aulas deram início e término no mês de janeiro de 2012. Com isso foi organizada uma equipe da comunidade para articular o transporte escolar junto a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, com intuito de apresentar as demandas: transporte escolar e reafirmar a importância da escola no Assentamento. Portanto, foi realizado um abaixo assinado e passado para as famílias dos demais espaços com informações sobre a centralização dos estudantes em um só espaço. Antes da mudança da EI estudavam somente educandos/as do Assentamento Valmir Mota de Oliveira, e Acampamento 1º de Agostos, logo em seguida foi orientado aos pais/mães ou responsáveis o pedido de transferência dos alunos, vindo então somar – se as comunidades, 07 de Setembro<sup>140</sup>, PA São João e antiga Casa Nova (atualmente PA Resistência Camponesa), além de alunos com Necessidades Especiais. Com isso o ano letivo 2012, iniciou na comunidade Valmir Mota, mesmo em meio a construção da estrutura que não estava concluída. No momento, duas estruturas estão firmadas no mesmo espaço/estabelecimento. A Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares e o Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e Com a Vida<sup>141</sup>.

Quando o Sem Terra ocupa um latifúndio e o transforma em assentamento, ele desapropria da terra conquistada o latifúndio e constrói com ela sua

---

<sup>137</sup> Ver mais em: MST. Como fazer a escola que queremos. Caderno da Educação N°. 1. Produção própria, São Paulo, 1992, cadernos da EI, CALDART, Roseli Salet. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola. Petrópolis, RJ. Vozes: 2000, entre outros.

<sup>138</sup> Assentamento composto de 83 famílias nas proximidades da BR, 277 sentido Cascavel a Curitiba/PR, conforme apresenta figura XII do anexo.

<sup>139</sup> Ver mais em Capítulo II deste trabalho.

<sup>140</sup> Acampamento de aproximadamente 12 anos, foi desocupado em meados do ano 2017 em função do não cumprimento do acordo do INCRA com a proprietária. As famílias estavam acampadas na área desde 07 de Setembro de 2005, parte delas integraram o Acampamento Primeiro de Agosto.

<sup>141</sup> Ver mais em PPP, 2014.

própria história. Quando ocupa uma escola em busca de formação o Sem Terra precisa aprender a apropriar-se dela sem desapropriar quem nela já é dono do patrimônio que procura. A relação pedagógica não é uma relação de desapropriação, mas de apropriação compartilhada, o que talvez torne ainda mais complexa a ação do alicate que corta este tipo de cerca que separa o Sem Terra de sua própria condição de sujeito que aprende e ensina (CALDAT, 2000:139).

Com base nos apontamentos em destaque compreende-se que no caso das escolas conquistadas através da luta coletiva<sup>142</sup>, tanto do Acampamento quanto do Assentamento, significa dizer que é preciso assegurá-las e diante as circunstâncias aprender a construir outro tipo de relação com o Estado, que não pode ser a mesma que permitiu a chegada das famílias a terra. No que se refere ao processo de "criação do Colégio", bem como o termo de autorização dos cursos fundamental e médio, o diretor Gilson Gonsalves<sup>143</sup> explica

Nesse período há um impasse em função da falta de estrutura física, não segue os padrões exigidos, as normas de segurança, do corpo de bombeiros, vigilância sanitária e órgãos afins. Mas funciona numa estrutura decorrente de um processo anterior, construída pelo MST, numa relação entre a proposta pedagógica do Movimento ao que a legislação determina. Ao acionar a VS e requerer o laudo, esta negou-se e inclusive queria fechar a escola, alegando a ausência de estrutura. Em outras palavras toda estrutura predial deveria ser tal qual outras estruturas de ensino, o modelo deveria ser seguido. Mas entendemos que isso não era responsabilidade da comunidade/MST, mas sim do Estado. Montamos o processo e o Conselho Estadual de Educação cedeu.

No que diz respeito ao reconhecimento dos cursos fundamental e médio, Gilson diz

que geralmente o CEE autoriza por cinco anos, neste caso autorizaram por apenas dois anos, pela falta do laudo da vigilância sanitária. A VS emitiu apenas um relatório informando sobre as atuais condições de funcionamento e precariedade da escola (sistema dual) e o que o Estado deveria fazer para garantir um bom funcionamento. A partir desse relatório a comunidade escreveu outro relatório e anexou no processo. Então o CEE autorizou o funcionamento por três anos, 2015, 2016 e 2017. Neste ano estamos novamente montando todo o processo, pedindo novamente a autorização dos cursos. Certamente haverá dificuldade, pois a VS não vai querer dar o laudo. No entanto, não vamos deixar de fazer todo processo, de reivindicar, até porque a partir disso vamos ter novamente elementos para cobrar do Estado a construção da unidade nova do CEATV. Porque a escola funcionando no

<sup>142</sup> Ver mais em: CALDART, R. S. O MST e a formação do Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, P e FRIGOTTO, G. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

FLORESTA, L. Escolas dos acampamentos/assentamentos do M.S.T.: uma pedagogia para a revolução? 2006. 1 v. 199p. Tese de doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. FREIRE - Paulo. Um educador do povo. 4ª edição, novembro 2002. ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola/SP. Boletim da Educação – Número 12, Edição Especial – Dezembro de 2014, II Encontro Nacional de Educadoras e educadores da Reforma Agrária, II ENERA. Coleção cadernos da Escola Itinerante – MST- Pesquisa sobre A Escola Itinerante: Refletindo o Movimento da Escola, Ano II- N° 3- Abril de 2009.

<sup>143</sup> Entrevista concedida a Cleide Aparecida Ferreira em 05 de outubro de 2017.

campo ela tem por obrigação de atender a sua comunidade escolar. Portanto quando o MST luta por escola no campo, não é simplesmente porque tenha escola no campo, mas que essa escola, esse colégio atenda a realidade do campo. Que a educação, que os conteúdos científicos trabalhados nas disciplinas estejam relacionados à realidade dos estudantes. Para que estes sejam valorizados a partir de sua realidade, de trabalhadores do campo, filhos de trabalhadores. E que a partir do conhecimento relacionado à suas experiências, eles também permaneçam no campo. Esta é uma atitude louvável do MST, por ter essa preocupação com a permanência dos trabalhadores no campo. Para nós é uma satisfação poder contribuir (Diretor Gilson Gonsalves: 05.10.2017).

Em suma constata-se que esse Movimento tem-se constituído como agente de mediação importante, ao oferecer um horizonte a milhares de trabalhadores rurais marginalizados e sem perspectivas de futuro. Portanto não há dúvidas quanto à importância da emergência do MST no cenário político brasileiro, sobretudo por ele colocar o tema da reforma agrária na agenda política do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho parte de uma tentativa de sistematizar algumas considerações a respeito da questão das contradições do campo no contexto atual, e neste sentido o processo de luta pela terra pelo Sem Terra, bem como a importância da organização dos trabalhadores no enfrentamento as problemáticas do capital. Com o fortalecimento do campo, este não tende necessariamente a desaparecer<sup>144</sup>, todavia exige espaço para o sujeito que dele sobrevive. Por isso a necessidade de um projeto que contribua para a realidade do campo é fundamental para o avanço da agricultura camponesa, no eixo familiar, “defendida por organismos internacionais, como a FAO e Banco Mundial, como modelo de agricultura sustentável, em conformidade com o meio ambiente” (UNB, 1999:36).

Se constata que somente existe a necessidade de organização das massas menos favorecidas, porque existe um processo de exclusão “invisibilizado” pela sociedade. Esse, embora aparentemente pareça, todavia não se trata e não deve ser tratado como mais um caso isolado, a luta pela conquista desse assentamento no local onde se encontra com a força latente do agronegócio não é qualquer coisa. Com base nos apontamentos se compreende que as famílias que o compõe, tem algo em comum em

---

<sup>144</sup> Conforme projeção do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, com base nos dados do Anuário Estatístico do Brasil - 1996, o Brasil contará com aproximadamente 27 milhões de pessoas vivendo no campo em 2020 (UNB,1999:36). UNB. Por uma educação básica do campo (memória). Edgar Kolling, Ir. Néry, Mônica Castagna Molina (org.)Ed. Teixeira. Brasília DF, 1999.

diversos sentidos; cada uma a seu modo trás marcas da desposição, da dominação e exclusão social. Foram expropriadas de suas terras de maneira direta ou indiretamente, trabalharam como meeiros, posseiros entre outros. Cada família que vivenciou o processo organizativo do acampamento, diante da construção de pautas de reivindicação, saídas para a capital do Estado, capital federal, a espera de uma notícia boa todos os dias era desgastante para alguns. Os anos se passavam consecutivamente e nenhuma solução, o pouco que tinham ia se acabando com as intempéries e vivencia sob a lona preta, ante a falta de respostas foram inúmeras desistências. “Para quem conseguiu resistir foi bom, porque alcanço o que tanto queria, uma vida melhor pra família, não foi o meu caso que precisei deixa o acampamento por doença na família, naquele momento era o que tinha que faze, então foi a melhor coisa que fiz<sup>145</sup>”.

A geografia da exclusão social é mais vasta afetando a população com maior índice a vulnerabilidade, por vezes dispersas ocultando-as do olhar da sociedade. No contexto atual em que percorre a relação escolar, entende-se que a escola do campo deve direcionar sua concepção pedagógica para outro imaginário, para a valorização do ser humano em sua totalidade, acompanhando seu curso na história. E assim ser capaz de compreender a educação como um caminho para o humano ser mais e não para o comprador consumir mais, ser suscetível ao apelo do mercado. Ao tratar das relações e contexto que envolve os sujeitos da pesquisa, se percebe que o centro da vida produtiva em seu entorno esta na força da massa, na coletivização, embora ainda existam contradições a superar. Com base neste entendimento em FREIRE (1987: 78) compreendemos que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação - reflexão. O dialogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo para pronuncia – lo, não se esgotando, portanto na relação eu – tu”.

Entre a realidade vivida pelos sujeitos sociais e a realidade de maior abrangência, busca-se resgatar e repensar alguns aspectos que contribuam para pensar se a Escola do MST pode ser analisada enquanto um novo conceito de escola ou uma escola que está atribuindo novos contornos ou novas formas escolares na educação do campo. De maneira humilde o trabalho almejou privilegiar o acesso e direito a educação desses sujeitos sociais em movimento, um dos direitos negados, pois de certa forma interessa manter a ignorância. Com a pesquisa se compreende que no MST a luta já é

---

<sup>145</sup> Conversa informal com uma Sem Terra acampada desde o ADF, depois 1º de Agosto até próximo do período de Assentamento, 27/10/2017.

um processo de educação. Ao derrubar a cerca de um latifúndio, se tem uma luta por direitos, pois não se trata somente de derrubar a cerca. Embora existam as Diretrizes Nacionais da Educação, o MST parte de seu específico, diante do processo de educação do campo, que valorize a vida e as condições dadas nesse contexto.

Ao fazer referência ao assentamento obviamente se faz referência a escola também e vice versa, pois ambos são resultados de um processo histórico e de luta destes trabalhadores. Pois toda estrutura escolar construída, que se tem é fruto da organização coletiva das famílias, não somente pela comunidade Valmir Mota, mas também pelas comunidades que integram a escola. Neste processo de luta por mudança e melhoria na área escolar, vem também o foco organizativo do assentamento.

Com base nas constatações o sentido da expressão Sem Terra consiste numa identidade própria, ao passo que ao conquistar a terra a luta continua, além disso, esse é apenas um dos passos da luta. Esses “são os trabalhadores Sem Terra, organizados principalmente nas fileiras do MST, que fazem reascender através da luta e conquista da posse da terra, o direito ao trabalho e à dignidade roubada, mas também, empunham lampejos de emancipação de classe e de conformação anticapitalista, o que já fora brandido, com mais ênfase pelas entidades sindicais e pelos partidos operários, em ricos momentos da história contemporânea”.<sup>146</sup>

Com base na percepção dos fatos e olhar aguçado para os processos distintos do contexto abordado, pode-se assinalar a relação na luta pela terra e luta por escola, pautada numa pedagogia diferenciada capaz de atender aos anseios da população que vive do campo, são processos intrínsecos. A partir da luta pela terra associada à luta pela escola pode-se dizer que, não são processos separados. Mas que ambas forjaram um processo rico em termos de conhecimento e experiência de vida, vivenciado por esses acampados/assentados. Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. E com isso entende-se, a partir das ponderações daqueles que foram participantes ativos de sua trajetória que a escola tem relevância significativa na luta da terra e que esta é resultado da luta pela terra.

A realidade vivenciada no assentamento em foco espelha uma paisagem de crescimento e desenvolvimento, seja no campo social, como econômico, a tratar-se das possibilidades do espaço e localização, todavia compreendem que há muita luta e

---

<sup>146</sup> Artigo; Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil - (uma contribuição à "Leitura" Geográfica do Trabalho) Antonio Thomaz Júnior



caminhada a seguir, tendo em vista que toda estrutura existente em cada núcleo familiar deve-se exclusivamente ao empenho e esforço destas, tendo em vista que até o momento não houve repasse de crédito/investimento, seja para benfeitorias em geral ou para compra de animais, ou ferramentas de trabalho. Uma das justificativas iniciais para a aquisição da área estava relacionada à produção, ou seja, a maneira de produzir comida pelas famílias, baseada na produção agroecológica.

Como o PA pretende ser um núcleo de produção Agroecológica, a preservação ambiental, recuperação de áreas degradadas, recuperação e manutenção de APP e RL, entre outras práticas que garantam a sustentabilidade do PA são imprescindíveis. Recuperar e manter a vegetação existente, constituir barreiras no entorno do assentamento e de lotes individuais deverão ser priorizados no processo de construção de uma agricultura ecológica. (PDA, 2014:133)

Essa é, portanto, uma definição coletiva do Movimento, apesar de grande parte das famílias não compreender ainda essa preocupação e permanecer nos padrões convencionais. Todavia Dessa maneira compreende-se que a sustentabilidade se dará gradualmente, à medida que se abandonem velhos hábitos, com a busca de novos conceitos e práticas, voltadas a gestão da propriedade como um todo, no âmbito produtivo e ambiental, planejando, organizando, dirigindo e controlando os recursos oriundos da propriedade. Com a finalidade de “proporcionar uma renda mínima para a família que permita uma vida confortável, otimizando os recursos da propriedade, aumentando a capacidade de suporte das potencialidades existentes e implantadas, permitindo ainda uma diversificação mínima de atividades” (PDA, 2014:76). Na atualidade

As mudanças na estrutura fundiária do contexto brasileiro, esta além da efetivação de alguns assentamentos, e por conseguinte a luta pela terra torna-se uma das principais pautas “Mesmo a multiplicação das ocupações, o crescimento da luta pela terra na territorialização do MST e a implantação de milhares de assentamentos não foram suficientes para causar alguma mudança na estrutura fundiária, por menor que seja. A luta pela reforma agrária passa ser uma das principais políticas do século XXI. E não é uma luta do passado. É uma luta do presente e do futuro, por construir (FERNANDES 2001: 8).

No assentamento o grupo de mulheres tem se fortalecido, assim como a discussão em torno da produção de alimentos orgânicos. Semanalmente grande quantidade de alimentos sai das famílias com destino a feira agroecológica na cidade de Cascavel. A procura tem sido grande, atraindo a atenção de produtores indecisos com a agroecologia. Algumas famílias estão certificadas com base nos termos e exigência

orgânica. Esse é um dos maiores desafios fazer diferente pensar na vida, num espaço cercado de grandes extensões de terras, onde a pulverização ocorre inclusive de avião.

Em suma se constata que a Escola do Movimento se insere num processo intrínseco aos aspectos da luta de classes, tem apresentado esforços para apresentar a maneira mais viável, na tentativa de atender as especificidades do contexto qual esta inserida e dos seus sujeitos. Configurou-se como o eixo norteador da discussão da urgência da nova escola necessária à classe trabalhadora, à medida que reivindica uma nova forma de conceber e gestar o processo educativo. Com base nos pressupostos, considera-se que a referida Escola aponta para novas questões e debates, reacendendo novos olhares e novas demandas no âmbito da organização do sistema educativo. Dessa maneira propõe-se ao reconhecimento e apreciações sobre a relevância da experiência demonstrada e, ainda, o que diz respeito a sua contribuição para um projeto educacional contra hegemônico.

Na EI, e na Escola atual (dualidade), que diante das mudanças da atualidade vão transformar-se, porém, ela não mudou em sua essência, por mais que haja necessidade de adaptação aos tramites burocráticos e exigências. São frutos da mesma luta, não alterou sua natureza, pois os sujeitos sociais que participam são os mesmos. A existência dessa escola, esta conectada a vida e permanência dessas pessoas nesse espaço. A mudança que há esta relacionada a seu plano estruturante jurídico. Assim, uma questão que vale análise com maior profundidade esta em, como transformar um sujeito comum, num sujeito histórico? O desafio aqui foi apresentar essas pessoas em sua totalidade, atualizar essa história para que não se perca, pois foi de grande significado não somente para essa comunidade, mas para além dela<sup>147</sup>. A classe trabalhadora é móvel, ela não é “detentora dos meios de produção”, ela esta em movimento constante, ela é internacionalizada, por isso o Movimento diz que a luta é internacional. Sem terra é do século XVI/XVIII, mas esse tipo de definição histórica é do final da década de 1970.

Ainda que existam inúmeras questões a serem aprofundadas e outras a serem esclarecidas, o resultado da pesquisa que focalizam a organização dos trabalhadores

---

<sup>147</sup> Não cabe aprofundar aqui, mas essa comunidade, desde o acampamento foram constantes as visita de acadêmicos, organizações camponesas e pessoal interessado, para fins de levar a experiência de organização em busca de condição de vida digna, com terra, educação, saúde etc. Alguns países, além do Paraguai e local, França, Venezuela, Peru, Cuba, México, Canadá, País Basco...

neste contexto e conseqüentemente o processo de luta pelo direito à educação no local onde se inserem, permitem vislumbrar implicações significativas no processo de formação do sujeito coletivo em Movimento. Deste modo é preciso considerar a trajetória percorrida por essas famílias itinerantes, as conquistas obtidas e o caminho ainda a percorrer na busca por mudanças significativas que reivindicam desde a ocupação.

Esse ensaio foi um passo, na busca pela compreensão e entendimento do processo de luta e organicidade do MST na luta por uma sociedade diferente, onde os valores humanos estejam acima de propósitos indivizibilizados. Objetiva-se neste sentido dar continuidade no estudo e análise da proposta pedagógica do MST, além da relação intrínseca entre terra e o espaço educativo pautado na luta de classes. Assim entender e contribuir para as propostas de Educação que visam à construção de outras formas de fazer e pensar educação.

Realmente se essa força chamada MST, foi crescendo deste jeito, na luta por terra e pão construindo educação, ensinando e aprendendo, nessa briga por direitos, numa amanhã muito próxima, muita coisa vai mudar, a liberdade virá, os canhões se apagarão, e agora é só canção, melodia de amar (...)  
(Zé Pinto, MST, set. 1999).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luis Paulo de ET al. “Discutindo a cultura camponesa no processo de ensino-aprendizagem em três escolas do sul do Brasil”. In: Machado, Carmem Lucia Bezerra; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; PALUDO, Conceição. **Teoria e Prática da educação do campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008, PP.100-109.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**/ Miguel G. Arroyo. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRANDÃO, C. R. (org). **A questão política da educação popular**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil** (atualização) – Porto Alegre - CORAG- Assessoria de Publicações Técnicas. 7º edição. 2000.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: junho 2017

CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo.**/ Org. Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Nº 4, 2002

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola.** Petrópolis, RJ. Vozes: 2000.

CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante: na fronteira de uma nova escola.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CANÁRIO, R. A escola como construção histórica. In: CANÁRIO, R. (Org.). **O que é a escola? Um olhar sociológico.** Porto: Porto, 2005, p. 59-88.

CARVALHO, H. M. (org) **O campesinato no séc. XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASCAVEL. **Cascavel é a 5ª cidade do Paraná com maior número de habitantes.** <http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=26344>

CHALHOUB, Sidney, **Trabalho, lar e botequim - O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque,** 3ª Ed. Unicamp.: SP, 2012.

D'AQUINO, Terezinha. **A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das terras de Promissão – SP.** 23 Encontro Nacional de Estudos Rurais. São Paulo, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** 15 ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Tese de Doutorado. Departamento de Geografia/FFLCH/USP. São Paulo, dezembro de 1999.

FERNANDES, Florestan, 1920 – 1995, **Marx, Engels, Lenin: história em processo /** Florestan Fernandes – 1ª ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2001. Revista de Cultura Vozes, março ([www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html](http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html)).

FOGAÇA, J. Um **caminho de muitas marcas: a luta dos sujeitos da Escola Itinerante no Rio Grande do Sul**. In: MEURER, A. C.; DE DAVID, C. (Org.). Espaços-tempos de itinerância: interlocuções entre Universidade e Escola Itinerante do MST. Santa Maria: UFSM, 2006.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**, 30ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra – 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**/ Paulo Freire. - São Paulo: Paz e Terra, 1996. 40ª reimpressão, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Caldart, Roseli Salete. **A construção da Pedagogia socialista: escritos selecionados**./Luiz Carlos de Freitas e Roseli Salete Caldart (Orgs.). 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GREIN, Maria Izabel. **Trabalho e educação politécnica: elementos da experiência em educação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 09, n. 2, pags.56 – 72, jul/dez. 2013.

HENRIQUES, R. et al. (Org.) **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Secad/MEC, 2007. (Cadernos Secad, 2). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>>. Acesso em 20/05/17.

HOBSBAWM, Eric J.,1917-2012- **Sobre História**/Eric Hobsbawm; tradução; Cid Knipel Moreira.- São Paulo: Companhia das Letras,2013

HOBSBAWM, Eric. **Os camponeses e a política, in: Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IURCZAKI, Adelmo. **Escola Itinerante: uma experiência de educação do campo no MST**. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Programa de Pós - graduação em Educação, Faculdade de Educação Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a constituição: um Sujeito Histórico na luta pela Reforma Agrária**. Ed. Expressão Popular, 1997.

LEUDEMAN-Cecília da Silva. MAKARENKO - Anton. **Vida e obra, a pedagogia na revolução**. Expressão popular/São Paulo, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl Heinrich, 1818-1883, **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**/Karl Marx; tradução de José Paulo Neto - 1ª .ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl, ENGELS, Friederich. **O Manifesto Comunista**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 3º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl: **Os Economistas - O capital: Crítica da Economia Política - Livro primeiro - O processo de produção do capital, Tomo 2**. Coordenação e revisão de Paul Singer - Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. ed. 1996 - São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. MDA. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra no e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST, 2000. **Nossos Valores**. Pra soletrar a liberdade, N1. Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio! Caderno do educando. PRONERA/ITERRA. 2000.

MST, CD. **Os desafios da luta pela Reforma Agrária popular e do MST no atual contexto**. Caderno de debates n. 1, out. 2009.

MST. Caderno de Educação, n. 13, Edição Especial. **Dossiê MST – Escola. Documentos e Estudos – 1990/2001**. Veranópolis: ITERRA, 2005. 263 p.

MST. **Como fazer a escola que queremos**. Caderno da Educação N. 1. Produção própria, São Paulo, 1992.

MST. **Escola Itinerante uma prática pedagógica em acampamentos**. Coleção Fazendo Escola. Caderno nº 4, MST/RS 2001.

MST. **Escola Itinerante do MST: história, projeto e experiências**. Cadernos da Escola Itinerante do MST, Curitiba, v. 8, n.1, 2008.

MST. **Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos–documento para discussão**. Setor de Educação, São Paulo, 1990.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Boletim sem terra**. Porto Alegre. Números 01-35, maio/1981-abril/1984.

MST. **Relatório de avaliação de três anos da escola itinerante no Estado do Paraná**. Curitiba, 2007.

MST. **Todos e Todas Sem Terra Estudando “Campanha de Nacional de Alfabetização no MST”**. Publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Jul.2007

MST. Quem Somos. Disponível em < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MST. **Valores de uma práxis militante**. Caderno de formação N.6. Escola Nacional Florestan Fernandes. ENFF. 1ª edição, 2009

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Artigo sobre Desenvolvimento Rural - **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**, Estud. av. vol.15 n°.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

PINSKI, Jaime. (org.) **O ensino de história e a criação do fato**. 3ª.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 6 ed. São Paulo. Cortes: 1986.

SHULGIN, Viktor Nikolaevich. **Rumo ao politecnismo** (artigos e Conferências); tradução de Alexey Lazarev e Luiz Carlos de Freitas – 1ºed – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

PDA. **Projeto de Desenvolvimento de Assentamento - Valmir Mota de Oliveira**, Cascavel/PR. 2013

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PPP. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Aprendendo com a Terra e com Vida**, CASCAVEL/PR. 2014.

PPP. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**, RIO BONITO DO IGUAÇU. CEISS. 2009.

Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.2, nº3 jul-dez, 2012. p.92-114 Página 110 (usado no texto. Pdf conflitos agrários e o mercado de terras), visitado em 08/03/2017

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular: 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. 9 edição, Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1983, 2003.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Principais Problemas da educação do Campo no Brasil e no Paraná**. In: SEED. Cadernos Temáticos: educação do campo. Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, PR, 2005. p. 35-46.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). **A longa caminhada: (re) construção camponês em Promissão**. Tese de doutorado. São Paulo: Depto. De Geografia da USP.

SNYDERS, Georges. **Escola, Classe e Luta de Classes**. São Paulo: Centauro, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec, 1993.

STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. **Brava Gente. A trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J. P. IN: CALDART, R. S. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis, Vozes, 1997, p.25.

STEDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**./João Pedro Stedile (org) – 1ª.ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2016

Takau Júnior, Iokisa. “Escola Itinerante: escola, estado e MST no espaço do acampamento”. 2005. 78 f. Monografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

THOMPSON, E.P.(Edward Palmer)1924 – **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. E. P Thompson, trad, Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

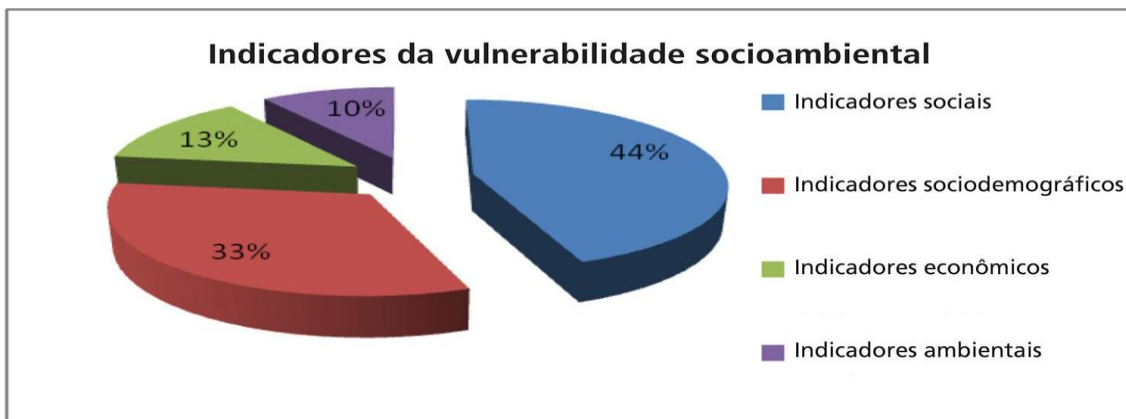
THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Unioeste. **II Simpósio Nacional da Educação – Infância, sociedade e educação: As Escolas Itinerantes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Estado do Paraná** - Unioeste- Campus, Cascavel; 13 a 15 de out 2010.

VEJA, **REVISTA**. Edição de 16/04/1997. p. 50 Disponível em [http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/arquivo/160497.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/160497.html) Acesso em data 02/12/2008.

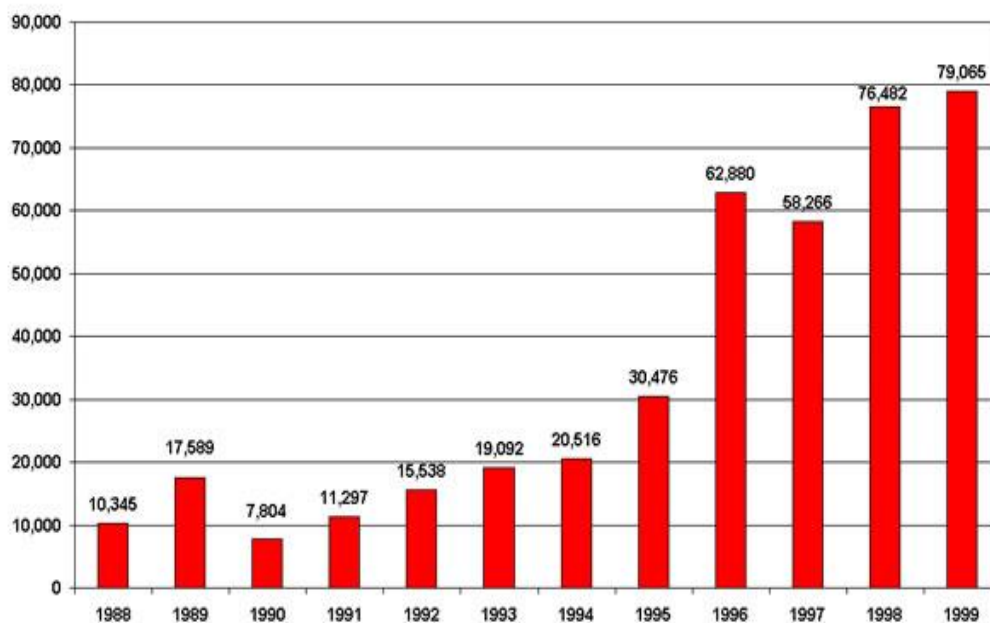


## ANEXOS



Fonte: Elaboração própria (2013).

**Figura I:** Gráfico dos Indicadores da vulnerabilidade socioambiental - Cad. Metrop. vol.16 no.31 São Paulo June 2014, <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3111>, acesso em 1º/11/17



**Figura II:** MST – Tabelas - Brasil - Ocupações de Terra - Número de Famílias - 1988 – 1999 - CPT, 2.000 (<http://> As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Tabelas).



**Figura III:** Acampamento Primeiro de Agosto - 24 de abril de 2009:

<https://www.google.com.br/search?q=barracos+de+familias+sem+terra+cascavel>, acesso em 16.10.17



**Figura IV;** <https://sepechapa4sg.wordpress.com/2009/12/13/a-luta-pela-terra-mst-sebastiao-salgado/> acesso em 25 set.2017

## Analfabetismo Geral

### Zona Rural, Paraná, Estimativa

Nível de Instrução do dirigente da propriedade	Homens (Censo Agrop. 2006)	Analfabetismo funcional (INAF 2011)	Analfabetos funcionais
Analfabeto	19.026	100%	19.026
Nenhuma instrução (alfabetizado)	19.225	65%	12.496
Alfabetização de adultos	14.345	65%	9.324
Fundamental Incompleto	181.091	65%	117.709
Fundamental Completo	47.720	26%	12.407
Médio completo	42.085	8%	3.367
Formação Superior	12.708	4%	508
<b>Total</b>	<b>336.200</b>		<b>174.838</b>

**Fonte:** INAF, Brasil 2011; Censo Agropecuário, Paraná 2006. Adaptado.

**52%**

**Figura V:** Tabela - Analfabetismo Geral, zona rural, Paraná, estimativa, 2006.

ESTADOS

6 | JORNAL SEM TERRA – FEVEREIRO DE 2004

Paraná

## Inaugurada Escola Itinerante em acampamento de Cascavel

Em 7 de fevereiro foi inaugurada mais uma escola itinerante no estado: a Zumbi dos Palmares, no acampamento Dorcelina Folador, no município de Cascavel. O lançamento da escola foi uma grande festa. Desde agosto de 1999, as famílias estão acampadas e, durante esses cinco anos, cerca de 260 crianças - que hoje cursam o ensino fundamental - estavam longe dos estudos.

A celebração, com churrasco, baile e colheita simbólica de mil sacas de feijão produzidas no acampamento, reuniram militantes do estado, convidados e amigos do Movimento. Parte da colheita foi doada ao projeto Fome Zero.

Os acampados escolheram o nome de Zumbi dos Palmares para a escola porque o líder quilombola é símbolo de luta e libertação, assim como a educação para os Sem Terra.

A escola iniciou suas atividades com 7 turmas de 30 crianças e 14 turmas de 20 educandos do projeto de Educação de Jovens e Adultos. As sete salas de aula, biblioteca - formada por doações - e um refeitório, com capacidade para 300 pessoas, foram construídas, como toda a estrutura dos acampamentos, com vigas e lonas pretas.

Assim como nas outras escolas do MST, o projeto político-pedagógico da Zumbi dos Palmares segue a metodologia da Pedagogia da Terra, inspirada pelo trabalho do educador Paulo Freire e voltada para o desenvolvimento do pensamento crítico e político.

Atualmente, 1.100 famílias vivem no acampamento Dorcelina Folador à espera da desapropriação da terra e implantação do assentamento.

A escola vai atender mais de 200 crianças



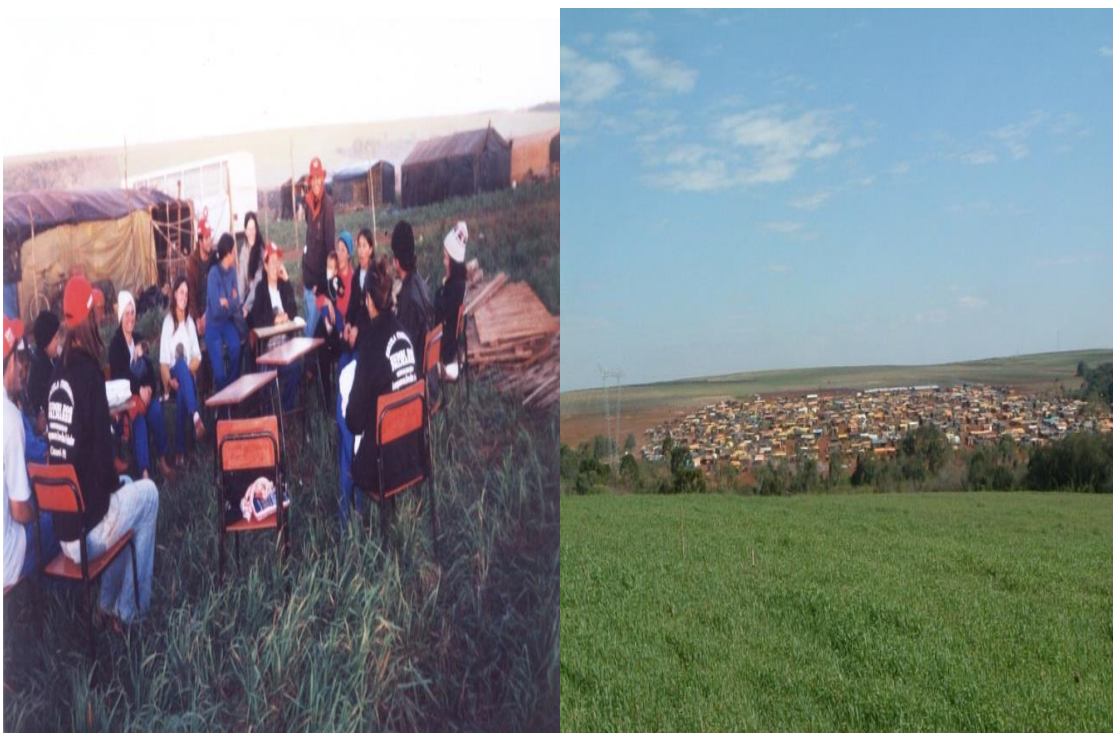
**Figura VI-** JST - Inauguração da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares – ADF- 07 de fev. 2004



**Figura VII-** Imagem Paulo Porto – Inauguração da Escola Itinerante – 07 de fev. 2004



**Figuras VIII e IX-** Imagem Paulo Porto – Aula a céu aberto. Nos dois momentos é possível observar que ao passo em que as aulas acontecem, em seu entorno, num processo de interação com o ambiente, outras atividades práticas ocorrem - Escola Itinerante Zumbi dos Palmares – 02 de ago. 2004.



**Figuras X e XI -** Imagens Paulo Porto – Primeira Reunião dos Educadores/as - Escola Itinerante – 1º de ago. de 2004. Imagem XI – Vista do Acampamento Primeiro de Agosto em 28.07. 2005.

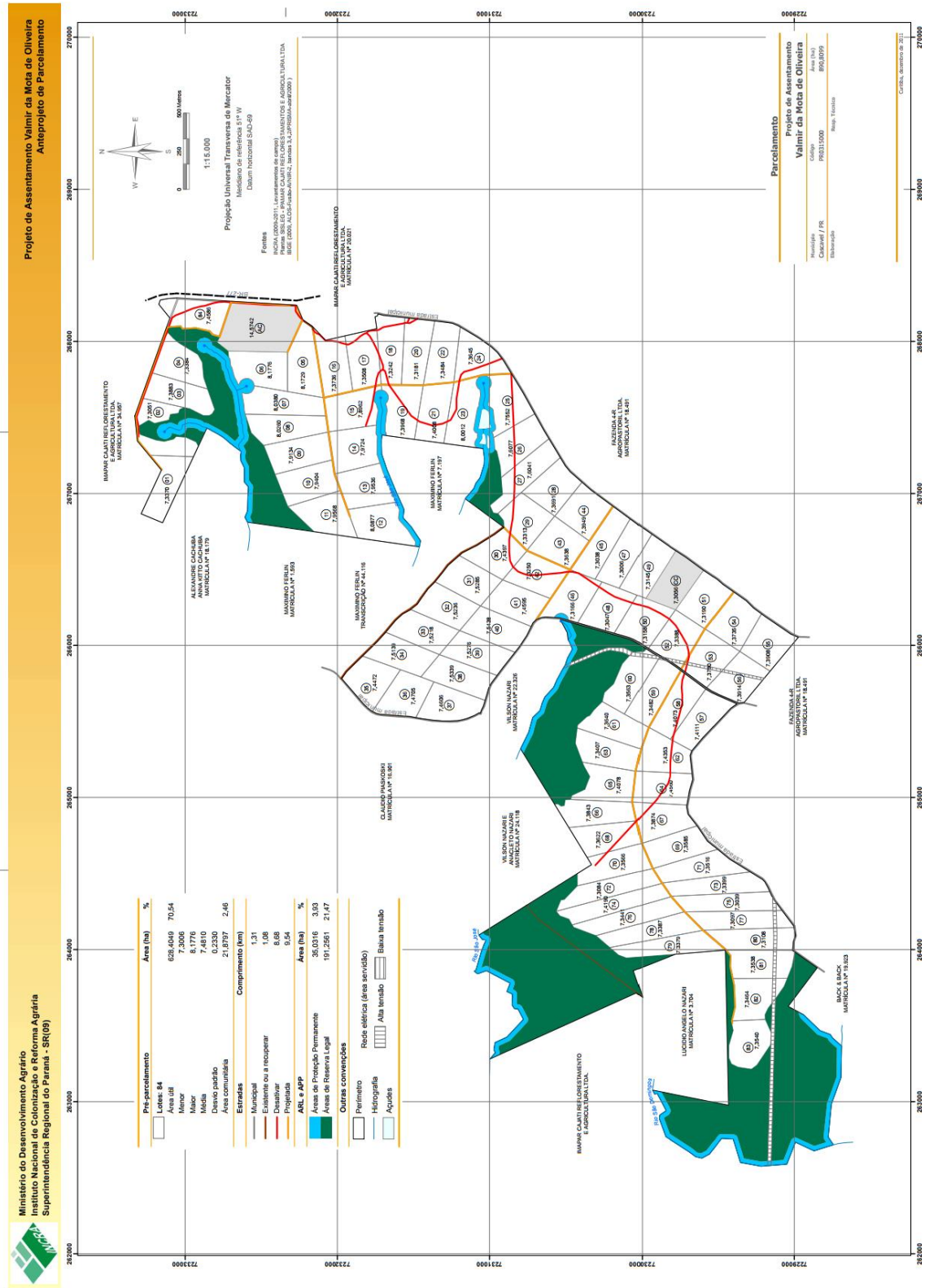


Figura XII: Mapa do Assentamento Valmir Mota de Oliveira. Fonte INCRA 2009-2011, levantamentos de campos. IBGE, 2009.

Anexo: XIII

### APÊNDICE A – ENTREVISTA

Aplicada às pessoas/famílias participantes do processo de ocupação e organicidade

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Município onde residia antes de vir acampar: \_\_\_\_\_

Período de ingresso no Acampamento: \_\_\_\_\_

- I. A família possuía terra anterior à vinda à ocupação?
- II. Houve participação em outros movimentos/organizações sociais? Conhecia o MST, como?
- III. Quais foram às circunstâncias que moveram a família a ir para um acampamento de famílias Sem Terra?
- IV. Qual era a principal preocupação/insegurança ao tomar a decisão?
- V. Quais foram os maiores desafios enfrentados no período da ocupação e vivência no Acampamento?
- VI. Como se estabelecem as relações humanas no território do acampamento?
- VII. A busca pela Escola foi importante, contribuiu para o avanço da organização? Em que sentido?
- VIII. A escola tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade, como? Há outras ponderações em que avaliem como prudente em relação à conquista da escola.
- IX. Na atualidade, qual significado da conquista da terra?

**Obs:** As questões serão elencadas na forma de diálogo informal, de maneira que o entrevistado sinta-se a vontade para expor seus anseios e argumentações sobre o assunto.

Anexo: XIV

*Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)*



***TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS***

Eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **CLEIDE APARECIDA FERREIRA, Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério** na condição de orientador, Co-orientador: **Me. Valter de Jesus Leite** do projeto e trabalho de pesquisa intitulada “**A LUTA POR TERRA, PÃO E SABER: A Escola forjada na pedagogia da luta**” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

A pesquisa consistirá em abordar o processo histórico, de luta pela terra e enfrentamento no Complexo Cajati, Cascavel/Paraná região oeste do estado do Paraná, desde sua efetiva ocupação no contexto da década de 1990 até o período de consolidação do Assentamento, (meados da segunda década dos anos 2000), incluindo local de realização das entrevistas, sua, quem as fará, quem estará presente, conteúdo das entrevistas, entre outras informações como registro de áudio, de vídeo ou imagem.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Os dados obtidos por meio da pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em

nível individual, visando assegurar o sigilo da participação.

Contatos do pesquisador responsável: Cleide Aparecida Ferreira, Curso: Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - CAMPUS - Erechim - RS, endereço eletrônico: [cleideedu@yahoo.com.br](mailto:cleideedu@yahoo.com.br), e contato pessoal: (45) 999845972.

Cascavel, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Rubrica do participante

\_\_\_\_\_  
Rubrica do pesquisador